



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXVIII – N° 049 – TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTES DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3º - João Durval - (PDT-BA)  
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (65,68)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b></p> <p><b>Eunício Oliveira</b> (65,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b> (63)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 2</b></p> <p><b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b></p> <p><b>Wellington Dias</b> (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (49,55,69,93)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Rodrigo Rollemberg</b> (67,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b></p> <p><b>Inácio Arruda</b> (89,100)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Eduardo Lopes</b> (37,45,64,101)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b></p> <p><b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,72)</p> <p><b>Líder do PPL - 1</b></p> <p><b>João Costa</b> (81,82)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b></p> <p><b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## EXPEDIENTE

<p><b>Doris Marize Romariz Peixoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastorí</b> Diretor da Secretaria de Ata</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATA

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 50ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE ABRIL DE 2013 .....</b>	18729	SENADOR VITAL DO RÊGO – Preocupação com o avanço da dengue no País; e outro assunto. .	18742
1.1 – ABERTURA .....	18729	SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Questionamentos sobre a legalidade das empresas que operam no Programa Minha Casa Minha Vida e a qualidade dos serviços prestados. ....	18744
1.2 – EXPEDIENTE .....	18729	1.2.1 – <b>Comunicações</b> Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de aprovação do Ato nº 1, de 2013-CDH, que disciplina aspectos organizativos e de funcionamento da referida Comissão ( <b>Ofício nº 47/2013</b> ).....	18729
1.2.1.1 – <b>Leitura de requerimentos</b> Nº 313, de 2013, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorgival Terceiro Neto. .	18733	1.2.6 – <b>Leitura de requerimento</b> Nº 315, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União no Programa Minha Casa Minha Vida. ....	18747
1.2.1.2 – <b>Leitura de projeto</b> Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2013-Complementar, de autoria do Senador José Pimentel, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos. ....	18734	1.2.7 – <b>Discursos do Expediente (continuação)</b> SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da desburocratização do processo de revalidação de diplomas emitidos por instituições estrangeiras de ensino superior. ....	18747
1.2.1.3 – <b>Comunicação da Presidência</b> Término do prazo, em 15 de março último, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 580, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.</i> .....	18736	SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Considerações sobre projeto de lei, apresentado por S. Ex <sup>a</sup> , que assegura àqueles que prestam atividades de limpeza e de serviços domésticos a opção pelo regime de microempreendedor individual; e outro assunto.....	18752
1.2.1.4 – <b>Discursos do Expediente</b> SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Manifestação de pesar pelo falecimento da Sr <sup>a</sup> Cléa de Melo Cavalcanti, mãe de S. Ex <sup>a</sup> .....	18736	SENADOR ALVARO DIAS – Denúncia da existência de irregularidades na construção de residências do Programa Minha Casa Minha Vida no Estado do Paraná.....	18754
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas à falta de investimentos em saúde pública e às prioridades de gastos do Governo do Distrito Federal.....	18739	SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Homenagem ao Padre Tiago Theisen. ....	18757
		SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Considerações sobre a PEC, cujo primeiro signatário é S. Ex <sup>a</sup> , que prevê a perda automática do mandato de parlamentar condenado por improbidade administrativa ou crime contra a Administração Pública....	18758
		SENADOR PAULO PAIM – Defesa de maior celeridade na tramitação do projeto que autoriza o instituto da desaposentadoria; e outros assuntos.	18759
		SENADOR RENAN CALHEIROS – Destaque para os avanços previstos pelo Estatuto da Juventude, cuja votação está prevista para amanhã. ....	18772
		SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Comentários acerca dos incentivos e oportunidades oferecidos pelo Estado do Tocantins como forma de atrair empreendedores para a região.....	18774

**SENADORA ANGELA PORTELA** – Preocupação com a situação dos servidores comissionados e dos concursados não nomeados da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; e outros assuntos... 18777

### 1.2.8 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro em diversas comissões (**Ofícios nºs 80 a 84/2013**). Designação do Senador Mozarildo Cavalcanti para compor, como titular, as Comissões de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação, Cultura e Esporte; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Desenvolvimento Regional e Turismo. .... 18781

### 1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

**SENADOR ROMERO JUCÁ**, como Líder – Satisfação com homenagem recebida por S. Exª da Confederação Nacional do Comércio; e outros assuntos. . 18781

**SENADOR CIRO NOGUEIRA** – Apoio à redução da maioridade penal. .... 18783

**SENADOR CÍCERO LUCENA** – Pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado da Paraíba Dorgival Terceiro Neto; e outro assunto. .... 18784

**SENADOR SÉRGIO SOUZA** – Defesa de interesses do Estado do Paraná; e outros assuntos. 18786

**SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG** – Insatisfação com a atual gestão do Governo do Distrito Federal..... 18788

### 1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 18790

### 1.3 – ENCERRAMENTO..... 18794

## SENADO FEDERAL

### 2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

- Por Unidade da Federação ..... 18795
- Bancadas dos Partidos ..... 18796
- Por ordem alfabética ..... 18797

### 3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 18798

### 4 – LIDERANÇAS ..... 18799

### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 18803

### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 18804

### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

- CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 18816
- CAS – Comissão de Assuntos Sociais ..... 18821
- CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ..... 18825
- CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte ..... 18830
- CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle..... 18835

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa..... 18842

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ..... 18849

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura. .... 18855

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 18861

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ..... 18867

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ..... 18870

## 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) ..... 18873

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 18873

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) ..... 18874

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) ..... 18874

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) ..... 18874

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) ..... 18875

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 18876

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010). 18877

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010) ..... 18878

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 18879

## CONGRESSO NACIONAL

### 9 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) ..... 18880

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 18883

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 18885

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) ... 18886

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito. 18887

Comissões Mistas Especiais ..... 18889

### 10 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) ..... 18893

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) ..... 18894

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) ..... 18895

## Ata da 50<sup>a</sup> Sessão, Não Deliberativa, em 15 de abril de 2013

### 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 54<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência das Sr<sup>as</sup>. Angela Portela e Ana Amélia,  
e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza e Cícero Lucena*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se  
às 19 horas e 1 minuto)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos.

São lidos os seguintes:

Of. nº 47/13 – CDH

Brasília, 4 de abril de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência a aprovação, no dia 3-4-2013, do Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2013, anexo, que disciplina aspectos organizativos e de funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Ana Rita**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

## ATO nº 1 de 2013 - CDH

Disciplina aspectos organizativos e de funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal.

**A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais, RESOLVE:**

**Art. 1º** Este Ato regula aspectos organizativos e de funcionamento interno da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o intuito de garantir maior eficiência aos trabalhos do Colegiado, à luz do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

**Art. 2º** Os trabalhos da CDH para o biênio 2013/2014 seguirão planejamento prévio aprovado pelo Colegiado no qual serão consideradas as demandas apresentadas pelos membros da Comissão em igualdade de participação.

**Art. 3º** Sempre que considerar oportuno, a presidência da CDH convocará reuniões de trabalho, com o intuito de fortalecer o engajamento parlamentar nos trabalhos.

**Art. 4º** As reuniões deliberativas serão semanais, às 11 horas das quartas-feiras, em caráter extraordinário.

**Parágrafo único.** Em caráter excepcional, a presidência poderá convocar reunião extraordinária em dia da semana e horário distintos do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 5º** Os presidentes das subcomissões deverão apresentar planos de trabalho para a composição de agendas.

**§1º** As reuniões das subcomissões acontecerão, preferencialmente, às segundas-feiras e às terças-feiras.

**§2º** As audiências públicas da Comissão ocorrerão, preferencialmente, às segundas-feiras e às terças-feiras, em alternância com a realização de reuniões das subcomissões.

**Art. 6º** A designação de relator *ad hoc* somente ocorrerá após duas ausências do relator de matéria constante em pauta de reunião deliberativa.

**Art. 7º** A realização de audiência pública no âmbito da CDH, e de suas subcomissões, atenderá ao seguinte:

**I** - Somente será aceito pela secretaria da CDH caso inclua em seu teor a lista de convidados ou os representantes do órgão;

**II** - Eventualmente, os representantes poderão ser substituídos pelo requerente;

**III** - Serão no máximo seis os convidados;

**IV** - Os requerimentos somente serão deliberados com a presença do autor ou de membro subscrevente;

**V** - Os temas das audiências públicas deverão observar, preferencialmente, a pertinência com a área temática prevista no art. 102-E do RISF, salvo quando se tratar de audiência pública para instruir sugestões legislativas que tratam de assunto de interesse público relevante.

**VI** - A realização de audiência pública se dará sem prejuízo da reunião deliberativa semanal;

**VII** - A presidência da CDH definirá a agenda de realização das audiências públicas observando, sempre que possível, o rodízio de propositores, conforme o planejamento de atividades da Comissão;

**VIII** - As subcomissões enviarão proposta com o cronograma de audiências públicas a serem realizadas durante a sessão legislativa.

**IX - No âmbito das subcomissões poderá ser realizada audiência pública, que será aprovada *ad referendum* da CDH.**

**X - A CDH decidirá se é o caso de realizar a audiência pública no âmbito da subcomissão ou da Comissão.**

**XI - A subcomissão deverá indicar a data, o horário e os participantes da audiência pública à presidência da CDH, para que esta verifique a sua compatibilidade com a realização dos trabalhos da Comissão.**

**Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Sala da Comissão, 3 de abril de 2013.

**Senadora ANA RITA**

Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ofício nº 40/2013-CI

Brasília, 11 de abril de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente, Caro Presidente Renan,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 10 de abril do ano em curso, o Ato nº 5 – CI, de 2013, que “Altera o Ato nº 2, de 2009 – CI, para dispor sobre o horário das reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura”.

Assim sendo, encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento desta Casa Legislativa e posterior publicação no **Diário do Senado Federal**, o Ato nº 5 – CI, de 2013, conforme preceitua o art. 412, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente, com o abraço do Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

**ATO Nº 5, DE 2013 – CI**

**Altera o Ato nº 2, de 2009-CI, para dispor sobre o horário das reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.**

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal

resolve:

Art. 1º Dê-se ao art. 1º do Ato nº 2, de 2009 – CI, a seguinte redação:

“Art. 1º Até que seja alterado por Resolução do art. 107, inciso I, alínea **b** do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) reunir-se-á semanalmente durante a sessão legislativa ordinária, para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhe competem, às quartas-feiras, às sete horas e trinta minutos. .... ”(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2013. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

<b>ATO N° 5, DE 2013 – CI</b>	
11ª REUNIÃO – 10 DE ABRIL DE 2013	
PRESIDENTE:	<i>Fávaro</i>
<b>TITULARES</b>	
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIA (PT)	1. HUMBERTO COSTA (PT)
DELcíDIO DO AMARAL (PT) <i>Delcio</i>	2. JOSÉ PIMENTEL (PT)
JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>	3. WELLINGTON DIAS (PT)
WALTER PINHEIRO (PT) <i>Walter</i>	4. EDUARDO LOPES (PRB)
ACIR GURGACZ (PDT) <i>Acir</i>	5. PEDRO TAQUES (PDT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB) <i>João Capiberibe</i>	6. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo</i>
INÁCIO ARRUDA (PC do B) <i>Inácio</i>	7. VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
CLÉSIO ANDRADE (PMDB)	1. ROMERO JUCÁ (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	2. SÉRGIO SOUZA (PMDB) <i>Sérgio Souza</i>
EDUARDO BRAGA (PMDB)	3. RICARDO FERRAÇO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
VITAL DO RÉGO (PMDB)	5. WALDEMIR MOKA (PMDB)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	6. IVO CASSOL (PP)
CIRO NOGUEIRA (PP)	7. FRANCISCO DORNELLES (PP)
SÉRGIO PETECÃO (PSD) <i>Sérgio Petecão</i>	8. KÁTIA ABREU (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa</i>	2. ALVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i>	3. VAGO
WILDER MORAIS (DEM) <i>Wilder</i>	4. JAYME CAMPOS (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	
FERNANDO COLLOR (PTB)	1. GIM (PTB)
BLAIRO MAGGI (PR)	2. ARMANDO MONTEIRO (PTB)
JOÃO COSTA (PPL)	3. EDUARDO AMORIM (PSC)
ALFREDO NASCIMENTO (PR)	4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

- Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.  
Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO  
Nº 313, DE 2013**

Requeiro, nos termos do disposto no Art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar, pelo falecimento na última sexta-feira (12) de abril, do corrente ano, do advogado, procurador aposentado, escritor, ex-prefeito de João Pessoa e ex-governador da Paraíba, Dorgival Terceiro Neto, bem como a apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013. – Senador **Cícero Lucena** – Senador **Cássio Cunha Lima** (PSDB/PB).

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO  
Nº 314, DE 2013**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

Os valores dos débitos previdenciários discriminados para cada um dos municípios do Estado da Paraíba;

Tendo em vista o dispositivo estabelecido pela Lei nº 12.716, de 2012, que determina a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em estado de calamidade pública em decorrência de seca, como está sendo realizado o parcelamento desses débitos, no caso dos municípios paraibanos acometidos pela estiagem prolongada?

**Justificação**

Em janeiro do corrente ano, foi anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff, a iniciativa do Governo Federal de repactuação dos débitos previdenciários municipais, mediante realização do chamado encontro de contas. Trata-se de medida que pretende confrontar o estoque da dívida previdenciária existente por município com as receitas a serem repassadas pela União, advindas principalmente do Fundo de Participação dos Municípios.

De acordo com a Presidenta, inicialmente seriam beneficiados 833 municípios, com o indicativo de zerar, até dezembro, as pendências de 95% destes. Trata-se, em princípio, de uma iniciativa meritória e que viria ao encontro dos anseios das administrações municipais de todo o país. Entretanto, a despeito da oportunidade da proposta, há sérios problemas que podem vir a comprometer sua eficácia e justeza.

Estudo da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) demonstra que esse encontro de contas, na forma em que está sendo concebido pelo Governo Federal, apresenta sérias inconsistências do ponto de vista metodológico. Primeiramente, há uma divergência com relação ao cálculo do estoque dos créditos municipais, cujo montante, de acordo com a CNM, corresponderia a mais de R\$ 25 milhões. Tal valor ultrapassa, em muito, o que está sendo apresentado pelo Governo Federal, R\$ 816 milhões. Segundo o estudo, o governo desconsidera um conjunto importante de outros créditos também de natureza previdenciária.

Além disso, o mesmo estudo aponta ainda que uma parcela significativa dos débitos previdenciários contabilizada pelo Governo Federal inclui montantes já quitados, prescritos, ou mesmo calculados de forma indevida.

No balanço geral apresentado pelo estudo, os municípios em bloco acumulariam um superávit da ordem de R\$ 3,2 bilhões, recursos estes a receber do INSS.

Finalmente, a Confederação Nacional dos Municípios faz também menção à ausência de transparência por parte do Governo Federal que, além de omitir informações relevantes, como aquela relativa ao tamanho da dívida de cada unidade municipal, tem sistematicamente alijado esses municípios do processo decisório.

Especificamente no caso dos municípios do Estado da Paraíba, grande parte dos quais tem sido atingida pela estiagem prolongada, tem-se dispositivo legal, que prevê a suspensão temporária dos débitos previdenciários (Lei nº 12.716, de 2012). Desse modo, interessaria aos municípios paraibanos a obtenção de informações mais detalhadas sobre a real situação do débito previdenciário, com vistas a: (i) consolidar um quadro circunstanciado das dívidas e receitas relativas a cada município e; (ii) propor, com base na Lei nº 12.716, de 2012, nova sistemática de revisão da parcelamento dos débitos e créditos, de forma a atender os interesses e necessidades mais prementes da comunidade paraibana.

De acordo com o art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe ao titular do Ministério da Fazenda a remessa das informações ora solicitadas.

Dada a importância desta questão, sobretudo para que se possa sanar, de forma definitiva, esse gra-

ve problema que assola grande parte dos municípios, insto meus pares a juntarem-se a mim neste pleito.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.  
(À Mesa, para decisão)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 125, DE 2013  
(Complementar)**

**Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo regime de microempreendedor individual àqueles que prestem atividades de limpeza e de serviços domésticos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º-C:

“Art. 18-A .....

.....  
§ 4º-C Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no *caput* o empreendedor individual que exerça atividade de limpeza e de serviços domésticos.” (NR)

**Justificação**

O número de trabalhadores domésticos no Brasil que realizam sua atividade como diaristas passou de 714,1 mil, em 1992, para 1,99 milhão em 2011, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerando o total de trabalhadores domésticos, o percentual de profissionais que exercem serviços domésticos sem habitualidade saltou de 16,4%, em 1992, para 30% em 2011.

Apesar desse importante espaço no mercado de trabalho, somente 25% desses diaristas estão inscritos na Previdência Social como Contribuintes Individuais, de acordo com levantamento do órgão. A maior parcela desses trabalhadores – 75% – atua na informalidade absoluta e, em consequência, não goza dos direitos previdenciários, como aposentadoria, salário-maternidade, auxílio-doença e pensão.

Neste momento, em que o Congresso Nacional volta seu olhar para o empregado doméstico mensalista e garante a ele os mesmos direitos dos demais

trabalhadores, por meio da Emenda Constitucional 72/2013, cumpre-nos ampliar o campo de visão e fazer as adaptações legais necessárias ao acolhimento previdenciário dos trabalhadores domésticos sem vínculo empregatício e que atuam especificamente como diaristas.

É nesse sentido que apresento à douta consideração de meus pares a proposta de alterar a Lei Geral da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006), de forma a permitir a inscrição do diarista como microempreendedor individual (MEI).

Não há dúvida de que tal possibilidade será um estímulo à formalização desses trabalhadores. O referido estudo da Previdência Social concluiu que a falta de capacidade financeira para contribuir individualmente tende a ser um importante obstáculo para a expansão da cobertura previdenciária desse grupo. Já, com o acréscimo, na LC 123/06 ora proposto, o diarista poderá deixar a condição de Contribuinte Individual, em que recolhe 11% de seus rendimentos, e passar a ser um microempreendedor individual, recolhendo apenas 5% do salário mínimo à Previdência Social, mais R\$ 5,00 para o município, a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Tomando o salário mínimo atual – R\$ 678,00 – como base, esse trabalhador terá a expectativa de recolher R\$ 33,90, em vez dos R\$ 74,58 que teria de pagar como Contribuinte Individual. Assim, considerando o acréscimo do ISS, sua contribuição mensal seria de R\$ 38,90.

Uma análise superficial da redução no valor do recolhimento poderia levar à falsa conclusão de que a nova regra prejudicaria as contas da Previdência Social. Na realidade, a mudança vai permitir a ampliação da base de contribuintes e, com isso, o aumento da arrecadação previdenciária.

É importante destacar, também, que a elaboração do projeto levou em conta a dinâmica do mercado de trabalho do diarista, cujas atividades, hoje, extrapolam os limites dos domicílios. Como demonstra estudo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), consultórios, escritórios, entre outras empresas, contratam esse profissional para fazer serviços de limpeza, arrumação ou faxina.

Chamo a atenção, ainda, para as possibilidades que se abrirão ao diarista, a partir da adequação legal proposta. Uma vez formalizado como MEI, esse profissional poderá ter cadastro na Receita Federal (CNPJ) e na Secretaria de Fazenda do município. Com isso, poderá emitir nota fiscal e dar maior credibilidade e respaldo a seu negócio.

Tendo em vista os benefícios sociais decorrentes do ajuste legal ora proposto, solicito o apoio de meus pares ao presente projeto.

Sala das Sessões, de abril de 2013. – Senador **José Pimentel.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

##### LEI COMPLEMENTAR

Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Republicação em atendimento ao disposto  
no art. 5º da Lei Complementar  
nº 139, de 10 de novembro de 2011.)

Mensagem de veto

Texto anterior a republicação

Vide Lei nº 10.189, de 2001

Vigência

**Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### CAPÍTULO IV Dos Tributos e Contribuições

##### Seção III Das Alíquotas e Base de Cálculo

Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo.

§ 4º-A. Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no **caput** o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

§ 4º-B. O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a fragilização

das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

#### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72

**Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social." (NR)

Brasília, 2 de abril de 2013.

#### Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros

Presidente

Senador Jorge Viana

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá

2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro

1º Secretário

Senadora Angela Portela

2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira

3º Secretário

Senador João Vicente Claudino

4º Secretário

#### Mesa da Câmara dos Deputados Mesa do Senado Federal

Deputado Henrique Eduardo Lves

Presidente

Deputado André Vargas

1º Vice-Presidente

Deputado Fábio Faria

2º Vice-Presidente

Deputado Simão Sessim  
2º Secretário  
Deputado Maurício Quintella Lessa  
3º Secretário  
Deputado Antonio Carlos Biffi  
4º Secretário

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 15 de março do corrente, para apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 580, de 2012**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2012** e cujo prazo integral de vigência expirou em 24 de fevereiro de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, eu gostaria de ter a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Cristovam Buarque.

Convidado para fazer uso da palavra, como orador inscrito, em permuta com esta Presidente, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB) – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, depois de um período de licença para tratamento de interesse particular, aqui, do nosso Senado, retorno hoje à Casa e, lamentavelmente, o meu pronunciamento de hoje é um pronunciamento de pesar.

Durante o período em que fiquei afastado, mais precisamente no mês passado, no dia 19, veio a falecer a minha mãe e, para mim, que sendo médico achava que estava preparado para o impacto da perda, foi uma surpresa ver o quanto realmente é doloroso a gente ver um ente querido partir. Minha mãe foi aquela pessoa que se dedicava integralmente aos filhos, a mim e aos três outros irmãos. Realmente – digamos assim – naquela base fundamental da formação do caráter do homem, nesse período até os 15 anos, eu tive a minha mãe presente. Depois, saí de Roraima para estudar, já que lá não havia como, realmente, prosseguir os estudos,

porque só tínhamos até o ensino fundamental, antiga-mente chamado ginásial. Eu saí primeiro e depois ela e meu pai foram para Belém, para que minhas irmãs pu-dessem também estudar, e o meu irmão, que já estava antes, também, comigo. Nesse período todo, o que eu vi, como soem ser as mães, foi a figura de uma pessoa que sempre teve a austeridade de dizer o não quando a coisa estava errada, de orientar quando o caminho era o que deveria ser seguido. Tive, enfim, da minha mãe só exemplos de uma pessoa magnífica. E, coinciden-temente, ontem, ela, se estivesse viva, completaria 89 anos de vida. Ela passou um período, realmente, duran-te pelo menos duas décadas, com muitos sofrimentos, uma doença atrás da outra, mas heroicamente resistia, e eis que, no dia 19 de março, como já disse, ela foi a óbito e nós tivemos, realmente, essa perda enorme.

Eu quero fazer esse registro para dizer que tenho certeza de que todos os filhos –, mas eu, particularmente eu e meus irmãos – tivemos para com nossa mãe um cuidado no seu período de sofrimento com as doenças, um cuidado que não era nada, comparado com o que ela nos deu. E eu queria fazer só esse registro hoje, Senadora Ana Amélia, deixando aqui o meu agradeci-miento à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, que aprovou uma moção de pesar pelo falecimento da minha mãe e, também, ao Senado Federal, que, a requerimento dos Senadores João Vicente Claudino, Alfredo Nascimento, Armando Monteiro, Epitácio Cafe-teira, Fernando Collor, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, João Costa, Gim Argello e Antonio Carlos Rodrigues, também aprovaram requerimento, que tomou o número 177, de pesar pelo falecimento da minha querida mãe.

Então, faço este registro hoje porque eu diria que é até uma homenagem póstuma que faço a ela, já que muito dos incentivos que tive na vida para lutar pelo que eu queria, para lutar pelos mais desamparados, recebi justamente dela.

Era uma mulher que nasceu em Roraima, mas filha de paraibanos, que foram para Roraima na década de 30. Portanto, como roraimense acabou por tornar-se um pouco paraense, já que foi passar, talvez, a maior parte da sua vida justamente no Estado do Pará, para que nós, seus filhos, pudéssemos estudar.

Faço, portanto, este registro e peço a V. Ex<sup>a</sup>, Se-nadora Ana Amélia, como Presidente, que autorize a transcrição desses dois votos de pesar da Assembléia Legislativa do meu Estado e do Senado Federal.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# *Voto de Pesar*

## **“REQUERIMENTO N° 177, DE 2013**

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento da Sra. Cléa de Melo Cavalcanti.

REQUEIRO, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento da Sra. Cléa de Melo Cavalcanti, mãe do Senador Mozarildo Cavalcanti, ocorrido em 19 de março de 2013.

Requeiro, mais, que este Voto seja levado ao conhecimento do Senador Mozarildo Cavalcanti e, por seu intermédio, aos demais familiares.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade a Dona Cléa. Era um exemplo, conforme sempre ressaltou o Senador Mozarildo.

Sua vida sempre foi pautada pelo seu comprometimento, retidão e honestidade. Era muito querida na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Por estas razões, Dona Cléa de Melo Cavalcanti é merecedora da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 19 de março de 2013.

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

Senador ALFREDO NASCIMENTO

Senador ARMANDO MONTEIRO

Senador EPITÁCIO CAFETEIRA

Senador FERNANDO COLLOR

Senador EDUARDO AMORIM

Senador BLAIRO MAGGI

Senador JOÃO COSTA

Senador GIM ARGELLO

Senador ANTONIO CARLOS RODRIGUES”

*MOÇÃO DE PESAR N°005/13*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

- *Moção de Pesar* aos familiares da Sra. *CLEA DE MELO CAVALCANTI*, pelo seu falecimento ocorrido no dia 19 de março do corrente, na cidade de Belém-PA.

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares da senhora *Clea de Melo Cavalcanti*, mãe do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Desejamos que a mesma seja acolhida pela providência divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 21 de março de 2013.

Deputado *FRANCISCO SALES GUERRA NETO*  
Presidente  
Deputado *CORONEL CHAGAS*  
Vice-Presidente  
Deputado *REMÍDIO MONAI*  
2º Secretário

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo, a Mesa também é solidária com a perda da família. Na forma regimental, sua solicitação será atendida.

Convidado para fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável o Senador Cristovam Buarque (*Pausa.*)

Pelo Regimento, é um orador inscrito e uma comunicação solicitada pelo Senador Cristovam Buarque.

O próximo orador inscrito é o Senador Vital do Rêgo. Pela sequência, Senadores Aloysio Nunes Ferreira, José Pimentel, Valdir Raupp, Wellington Dias e Paulo Paim.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, nesta semana, Senadora Ana Amélia, Senador Vital do Rêgo, o *Correio Braziliense*, certamente vai estampar uma manchete sobre a inauguração do Estádio Nacional Mané Garrincha.

Mas será uma manchete que talvez não diga que é uma obra de R\$1,5 bilhão! E com recursos do Governo do Distrito Federal, que recusou dinheiro do Governo Federal – talvez para não se submeter ao Tribunal de Contas.

Pois bem, dentro de mais alguns dias, no dia 21 de abril, na inauguração, a manchete vai ser bem diferente dessa aqui.

Veja, Senador Paim, a diferença entre a manchete da inauguração do melhor estádio do Brasil, como se diz, e esta manchete “Morte de Bebês Fecha Maternidade no Hospital Regional de Ceilândia”. Esta é a manchete de ontem, e a manchete de amanhã vai ser a inauguração do estádio.

Essa é a realidade de um Governo que temos em que toda prioridade foi concentrada na realização de um estádio monumental em uma cidade que nunca conseguiu encher um estádio de 30 mil que tinha e outro de 40 mil, no Gama – um bilhão e meio, e os hospitais sendo fechados porque estão morrendo crianças recém-nascidas!

E não é a primeira vez, Srs. Senadores e Sr<sup>s</sup> Senadoras. Se a gente for olhar a história recente, em 2010, onze bebês também morreram, em menos de dois meses, em hospital do Distrito Federal. Ou seja, antes do atual Governo. E o atual Governo foi eleito para corrigir isso, prometendo que, em seis meses, a saúde no Distrito Federal estaria em ordem, até porque o novo Governador é um médico e vestiria roupa de médico para cuidar da saúde. Disse na campanha, e eu fui avalista dele, de que ele seria o Secretário de Saúde. A situação é tão vergonhosamente ao contrá-

rio que nem o Secretário é quem vai à televisão falar sobre isso aqui, é um subsecretário.

Em agosto de 2011, já no Governo atual, um bebê prematuro morreu onze dias após o nascimento, na cidade do Gama, por falta de vaga em UTI neonatal, apesar de haver uma determinação judicial de receber essa criança.

Em maio de 2012, em um intervalo de menos de dez horas, dois bebês morreram no Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília, enquanto aguardavam vaga em leitos na Unidade de Terapia Intensiva neonatal.

Em 25/06/12, um bebê morre após parto por falta de UTI neonatal no Hospital de Santa Maria.

No mesmo período, a falta de vagas na UTI Neonatal de um hospital de Brasília fez com que nove – nove! – bebês recém-nascidos em situação de risco, fossem abrigados em leitos improvisados em uma sala reservada para parto.

E Brasília conta – do investimento de diversos governos antes do atual – com 44 leitos de neonatalogia. Não é falta dos leitos, é falta de organização, de vontade, de querer fazer com que isso funcione.

Em dezembro de 2012, após denunciar desvio de função de 21 técnicos de enfermagem, foram eles demitidos por justa causa no Hospital Anchieta. Segundo a denúncia, os técnicos atuavam no lugar dos médicos auxiliares. Os funcionários fizeram imagem de uma cirurgia delicada no crânio de um paciente, onde a médica recebe ajuda de dois técnicos sem a presença de um médico auxiliar.

Isso numa cidade que já foi orgulho e exemplo para o Brasil inteiro, com um programa chamado Saúde em Casa, que entre 1995 e 1998, tinha 297 equipes de saúde da família, quase 300, atendendo, Senador, 1 milhão de pessoas, metade da população, toda a população pobre, praticamente, que não precisava andar mais de um quilômetro para receber atendimento médico e, quando era preciso, recebia o atendimento médico em casa. Isso foi desfeito. Foi desfeito não pelo atual Governo, pelo governo que me sucedeu. Mas o atual fez campanha – e eu repito, fui avalista, isso que me entristece profundamente – de que retornaria o programa Saúde em Casa.

Com o programa Saúde em Casa, não haveria necessidade nem mesmo de tantas UTIs, não haveria necessidade nem mesmo de tanta gente indo para o hospital, porque o atendimento anterior, preventivo, evitaria tudo isso.

Mas, Senador Vital do Rêgo, o que surpreende é que esse é um Governo que dispõe de tanto dinheiro dado pelo Governo Federal, que no ano passado devolveu – devolveu! – R\$496.029.763,06. Desse dinheiro, para se ter uma ideia, do Salário-Educação devolveu

81 milhões; do Programa Nacional de Alimentação Escolar, 35 milhões; do Programa Nacional de Apoio ao Transporte, 11 milhões, do Programa Brasil Alfabetizado, criado no meu tempo de Ministro, 358 milhões.

E o Governador atual se comprometeu, durante a campanha comigo, que no dia 21 de abril de 2014, nós colocaríamos uma placa na frente do Aeroporto de Brasília dizendo: "você está entrando num território livre do analfabetismo". Isto não é fácil fazer, em três anos, na Paraíba, em Pernambuco, mas em Brasília era: reduzir de 4% para 1%, porque a gente considera, na Unesco, que em 2% já é considerado erradicado o analfabetismo, como fez o ex-Presidente Chávez na Venezuela.

Pois bem, em vez de fazer isso, devolveu R\$358 mil. Isso soma, na Secretaria de Educação, R\$117.824.150,42 milhões. Para outros gastos que nem se discriminam, como quadras esportivas, ProInfância, plano de articulação, Brasil Profissionalizado para a construção, são R\$15 milhões devolvidos; no Banco Mundial, R\$2,467 milhões não foram usados, e mais R\$270 mil. Isso soma R\$42 milhões. O Fundeb devolveu R\$35 milhões; o FPE devolveu R\$4 milhões; o FPM devolveu R\$4,8 milhões; e, aplicações financeiras, R\$6 milhões. O total geral, como eu já disse, são R\$496.029.763 milhões.

Eu devo esses números a uma Deputada local, chamada Eliana Pedrosa, cuja equipe fez as pesquisas para chegar a isso.

Esta é a realidade: na mesma semana em que se inaugura o mais caro estádio do mundo – vou repetir –, o mais caro estádio do mundo – daqui a quatro anos, não vai ser; o do Qatar vai custar mais, porque vai ter até ar-condicionado por causa do calor; mas hoje é o estádio mais caro –, crianças estão morrendo em hospitais e maternidades são fechadas pela incompetência de resolver o problema, mantendo as maternidades abertas.

Ao mesmo tempo, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras passam pelo aeroporto, toda a semana, quando vão para as suas cidades e de lá voltam, e devem ter visto o que foi feito, do ponto de vista ecológico, num imenso jardim que havia quando se entra na cidade de Brasília.

O Governo age em nome dessa mesma ideia, de imposição pela FIFA. E todos dizem que vou perder muito voto, porque não estou batendo palmas para a Copa, mas prefiro perder votos a perder princípios. Eu acho que estamos usando as energias erradamente.

Este era o jardim que havia na frente, na entrada do aeroporto. (Apresentação de foto.)

Este é como está hoje. (Apresentação de foto.)  
Eu fui lá ontem ver.

Este é como estava ontem. (Apresentação de foto.)

E agora já nem há mais essas árvores no chão. (Apresentação de foto.)

Limparam tudo, tudo, tudo!

Esse era um jardim de flores, de esculturas e de árvores. Não tem mais a escultura – é preciso saber até para onde foi, pois era uma escultura famosa –, não tem mais árvores, não tem mais flores. É preciso alargar o caminho, porque a FIFA exige. Essa foi a explicação que me deram.

Liguei para a Secretaria de Meio Ambiente do Governo que disse que não tinha conhecimento de que isso seria feito. Liguei para reclamar e não pude reclamar, porque eles não tinham conhecimento. Aí o Governo emite uma nota dizendo que isso foi aprovado pelo Ibram, e a Secretaria diz que não tinha conhecimento e que ia multar o próprio Governo, do qual a Secretaria faz parte, pelo que foi feito. E, segundo a Secretaria me informou, o governador disse que multasse, sim, o Governo. É claro! Um governo que pode devolver R\$500 milhões pode pagar uma multa a si próprio, o que mostra um descontrole, uma desorganização por conta de prioridades equivocadas.

Isso que eu mostrei na área de saúde, que é manchete de jornal, também se vê em outras áreas. Isso se vê na área de educação; isso se vê na área de transporte, inclusive, que não consegue funcionar; isso se vê na área de segurança. A exemplo disso, na semana passada, aqui em frente, dentro da Praça dos Três Poderes, entre o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, uma pessoa foi baleada porque estava em um processo de violência, de roubo. Ou seja, bandidos tomando conta da Praça dos Três Poderes, em frente ao Supremo Tribunal Federal e ao Palácio do Planalto! Tiroteio na frente do palácio do Governo só em momentos de grandes tragédias e revoluções.

No Brasil, nós nos acostumamos com isso. Nós nos acostumamos com os 100 mil mortos no trânsito e na violência; nós nos acostumamos com a situação de maternidade sendo fechada por causa de bactérias – Senador Mozarildo, o senhor é médico –, porque dizem que não havia luvas, não havia protocolo, como vocês, médicos, chamam. Morreram crianças – não uma, não duas, não três, não cinco; foram seis, em dois dias –, e fechou-se a maternidade, o que deixa as mães esperando nem em situação difícil, porque chegam lá e não são atendidas, já que a maternidade foi obrigada a fechar por descontrole, por irresponsabilidade, por descaso. Ao mesmo tempo, há um controle em caso, uma ênfase, uma competência, eu diria, na construção de um estádio, que, tudo indica, nunca mais vai ficar

cheio depois da Copa, apesar de dizerem que será usado para outras atividades.

Gostaria muito, daqui a cinco, seis anos, de vir aqui dizer que eu estava errado e que essa arena, como chamam, se transformou em um centro importante da vida cultural de Brasília. Eu não teria a menor dúvida de vir aqui e pedir desculpa porque previ erradamente.

Mas, hoje, nada indica que isso vai acontecer. Basta olhar para a África do Sul, que fez uma Copa e passou os estádios para a iniciativa privada. As iniciativas privadas estão devolvendo, e o governo está planejando derrubar os estádios porque não consegue fazer funcionar e o custo de manutenção é alto. Melhor fazer como o Catar, que vai fazer um estádio desarmável para depois dar de presente aos países da África. Melhor já prever que seria provisório. Terminada a Copa, terminava a finalidade, e o custo não ficaria em R\$1,5 bilhão. Mas não faria mal nenhum que custasse R\$2 bilhões, R\$3 bilhões se nossas crianças não estivessem morrendo por falta de atendimento médico no período imediatamente posterior ao nascimento.

Sra Presidente, eu gostaria de passar a palavra, para um aparte, ao Senador Álvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. É fundamental que vozes se levantem contra esse escândalo do superfaturamento dos nossos estádios de futebol. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando coloca essa inversão de prioridades. As atenções deveriam estar voltadas para outro cenário, o cenário de pobreza que há, do analfabetismo, da ausência de oportunidades. Ou seja, a seleção de prioridades está sendo mal escalada. Mas eu fico pontualmente restrito à questão do superfaturamento. É um escândalo. Isso é roubo, Senador; estão roubando dinheiro do povo brasileiro nesses estádios de futebol. Basta que se estabeleçam parâmetros de comparação. Eu vou até ao Estado da nossa Presidente Ana Amélia, para citar o estádio do Grêmio, a Arena do Grêmio. Se nós compararmos os preços das obras da Arena do Grêmio com os de Brasília, verificaremos uma descomunal diferença de valores. Se compararmos também com a arena do Palmeiras, teremos descomunal diferença de valores. E por que isso ocorre? Porque, em Porto Alegre e em São Paulo, na Arena do Palmeiras e na Arena do Grêmio, os recursos são privados. São recursos dos clubes. Aqui em Brasília, são recursos públicos, do imposto pago pelo povo brasileiro. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. É oportuno o seu pronunciamento. E pode ter certeza: V. Ex<sup>a</sup> não perde um voto com essa posição; ao contrário. V. Ex<sup>a</sup> não está preocupado com votos neste momento, está preocupado em cumprir o seu dever. Mas, se estivesse preocupado, deveria fa-

zer também o mesmo discurso, porque esse discurso não tira votos. O povo não é ignorante. O povo tem sabedoria para verificar o que está acontecendo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

É dinheiro de imposto e, no caso do Distrito Federal, é dinheiro de algo que a gente pode dizer que é até mais sagrado do que imposto. Quando o Distrito Federal foi criado, o Presidente Juscelino doou a terra aqui desapropriada para o Governo do Distrito Federal. Criou-se uma empresa chamada Terracap para usar esse terreno a fim de financiar tudo de que a cidade precisava, ou seja, é como se a Terracap estivesse sentada em cima do nosso pré-sal – o pré-sal é o terreno. Estão vendendo o terreno que pertence não só às gerações de hoje, que pagam impostos, mas às gerações futuras, que vão precisar desse capital para outros projetos mais importantes. Ou seja, estão roubando dinheiro dos nossos contribuintes e estão roubando dinheiro dos futuros contribuintes que ainda nem nasceram e que têm direito a contar com esse patrimônio à disposição deles.

É isso, Sra Presidenta, que eu tinha para colocar, manifestando o meu descontentamento, o meu repúdio, e lembrando uma expressão que o Senador Álvaro Dias falou: a expressão “inversão das prioridades” eu aprendi no Partido dos Trabalhadores, e o Senador Paim sabe disso. Era inversão nas prioridades de obras desnecessárias e faraônicas para educação e saúde. Nós estamos vendo uma inversão daquela inversão com que nós sonhávamos. Tira-se dinheiro das atividades mais importantes que a gente tem, salvar nossas crianças, para a construção de um estádio, para obras sumptuosas, para obras desnecessárias.

(Soa a campainha.)

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Eu concluo aqui dizendo que esse jardim, como essas crianças, já não tem mais jeito. As crianças já morreram; o jardim já foi destruído; as árvores foram derrubadas, mas ainda há um futuro a ser zelado. E esse futuro exige que nós todos de Brasília nos movimentemos para que não continue o desperdício não só com essa inversão das prioridades, mas também, o que é mais grave, Senador Alvaro, com a inversão de valores morais. É uma inversão de valores morais o que nós estamos sofrendo aqui.

Era isso, Sra Presidenta, o que eu tinha para falar.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque, porque esse é um tema que chama a nossa atenção, muitas vezes, aqui nesta Casa, particularmente por ser a Capital Federal e também a vitrine dos jogos da

Copa do Mundo. A questão é: qual deve ser a prioridade? A saúde ou esse compromisso? Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Convidado, para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Vital do Rêgo.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta eventual desta sessão, Senadora Ana Amélia, dois assuntos eu desejo enfocar na tarde de hoje.

O primeiro é a nossa preocupação com os crescentes casos de dengue no Brasil. Quero aproveitar esta oportunidade para revelar essa preocupação com o avanço de dengue em nosso País.

Corremos um sério risco, neste ano, de repetir a grande epidemia de 2010, Senador Mozarildo Cavalcanti, com quem me congratulo pelo retorno a esta Casa. V. Ex<sup>a</sup>, que, além de médico, é um brilhante Senador, de uma assiduidade intensa, de grandes méritos, estava afastado por motivo plenamente justificado e está retornando ao batente para a nossa satisfação.

V. Ex<sup>a</sup> deve ter acompanhado que, segundo o Ministério da Saúde, foram confirmados quase 580 mil novos casos de dengue.

Aparentemente, a situação vinha sob controle, tendo sido registrados queda nos casos, em 2011 e 2012. Neste momento, existem aproximadamente 714 mil casos em investigação, que devem resultar em torno de 200 mil confirmações.

São vários fatores que colaboram para esse aumento. Na epidemia de 2010, por exemplo, o Tribunal de Contas da União apontou falhas na aplicação dos recursos disponíveis para o controle e combate ao mosquito, especialmente em nível de Estados e Municípios, onde sobraram, para os senhores terem uma ideia, recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Também temos problemas em função de novos tipos de vírus. O vírus de tipo 4 chegou há relativamente pouco tempo ao País, atacando a população que ainda não tem resistência a ele. Os tipos 1 e 2 entraram no País em meados da década de 90, e os casos do tipo 3 passaram a ser relatados a partir do ano 2000.

Infelizmente, a população se acha indevidamente segura, por já conviver com a doença há quase vinte anos. O jornal *Correio Braziliense*, aqui da Capital, traz, em sua edição do último dia 11 de abril, vários relatos de pacientes que deduziram estar contaminados por dengue, pelo conhecimento apenas dos sintomas mais habituais, mas não procuraram nenhum tipo de atendimento médico.

As pessoas se esqueceram de dois aspectos fundamentais do problema: existe a forma hemorrágica da doença, que pode levar o paciente a óbito; e existe

a necessidade de as autoridades de saúde mapearem a incidência dos vários tipos, 1, 2, 3 e 4, o que só é possível após o diagnóstico laboratorial, realizado preferencialmente em hospitais públicos.

A não notificação de casos é um problema internacional, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores. A própria Organização Mundial de Saúde (OMS) estimava a incidência de dengue no mundo entre 50 e 100 milhões casos por ano.

A revista científica *Nature*, na sua primeira edição de abril, trouxe nova pesquisa que mostra que o número real pode ser quase 4 vezes esse estimado – 390 milhões de casos de pessoas contaminadas por ano, no mundo.

E, segundo Marcos Obara, professor de epidemiologia da Universidade de Brasília e integrante do Grupo de Planejamento de Ações de Combate à Dengue, quando uma pessoa é contaminada, ela pode infectar uma nova população de mosquitos e contribuir para aumentar ainda mais a incidência da doença.

A incidência da dengue no mundo contemporâneo está cada vez mais democrática. Atinge vários países em crescimento, onde o crescente nível de renda não esteja sendo acompanhado pela melhora das condições de higiene. A Ásia responde por 70% dos casos mundiais, dos quais 34% só na Índia. Na América, onde encontraremos 14% dos casos, os destaque negativos são o Brasil e o México.

Neste momento, existem onze Estados brasileiros em estado de alerta, que concentram mais de 74% dos casos suspeitos.

Rondônia, Acre, Amazonas, Tocantins, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás apresentam incidência de mais de 300 casos por 100 mil habitantes, considerada alta pelo Ministério da Saúde.

São Paulo, Bahia e o Distrito Federal estão na faixa média, de 101 a 300 casos por 100 mil habitantes, e o restante do País está na faixa considerada baixa, com até 100 casos por 100 mil habitantes.

A situação só não está pior porque houve uma discreta redução dos casos mais graves da doença na comparação deste primeiro trimestre de 2012 com o mesmo período do ano passado.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é necessário e é urgente que as autoridades sanitárias atuem de forma acelerada para evitar nova epidemia. Preocupa-me, em especial, a minha Região, o Nordeste.

Quando a chuva voltar – ah! e como eu espero que a chuva volte – vai encontrar condições ideais para a propagação do mosquito, com o agravante de que parte significativa da população carente encontra-se em condições delicadíssimas de saúde, o sistema imunológico muito baixo, em função da prolongada seca.

É fundamental a cooperação das três esferas de governo, federal, estadual e municipal, além da inestimável participação do cidadão no combate ao mosquito, mas também não se eximindo de confirmar o diagnóstico e não se descuidando do tratamento, por mais simples que ele possa ser.

A dengue pode matar. Mas a irresponsabilidade do governante omisso ou leniente é quase mandante dessa morte anunciada.

Esse é o apelo que faço, Sr<sup>a</sup> Presidente, Ana Amélia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aos governadores estaduais e aos prefeitos.

O *Correio Braziliense* trouxe, como acrescentei há pouco, na quinta-feira passada, dia 11 de abril: "Capital sitiada pela dengue".

Outro assunto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. É com enorme satisfação e com o sentimento do dever cumprido que comunico, ao Plenário e ao País, a aprovação do Relatório Final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (Cistac), entregue, na última terça-feira, dia 9 de abril, ao Ministro Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A Cistac, como é do conhecimento de todos aqui presentes, foi criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, em 9 de fevereiro de 2012, em virtude da aprovação do Requerimento nº 68, de 2011, apresentado pelo Plenário à Comissão, por iniciativa do Senador Vicentinho Alves, inestimável companheiro, Senador pelo Tocantins, que está voltando à Casa depois de um recesso para implantar a Secretaria de Governo do Estado do Tocantins, a serviço do Governador Siqueira Campos. Volta no momento em que estamos concluindo uma missão entregue por S. Ex<sup>a</sup> a esta relatoria.

E quero crer que, nesse pouco mais de um ano de atuação, a Comissão atingiu plenamente seus objetivos.

A aviação civil, Sr<sup>a</sup> Presidente, tem passado por transformações profundas nos últimos anos, transformações essas que colocam uma série de novos desafios para os órgãos encarregados de planejar, regular e fiscalizar o setor.

No campo institucional, passou-se de um modelo em que toda a gestão era centralizada no DAC – Departamento de Aviação Civil do Comando da Aeronáutica, para um modelo em que apenas o controle do tráfego aéreo e a investigação de acidentes aeronáuticos permanecem sob responsabilidade militar. Hoje, a Presidência da República é assessorada pelo Conac – Conselho de Aviação Civil, órgão de natureza interministerial.

A formulação de políticas para o setor é feita pela SAC – Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, com *status* de ministério. A regulação

e a fiscalização dos serviços aéreos e da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica são realizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, autarquia especial, dotada de autonomia financeira e independência administrativa.

E, se a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero, empresa pública, subordinada à SAC, continua a administrar 66 aeroportos federais, a verdade é que já temos quatro aeroportos: São Gonçalo do Amarante, Guarulhos, Viracopos e Brasília, concedidos à iniciativa privada, enquanto outros dois – Galeão e Confins – tiveram sua concessão autorizada pelo Conselho Nacional de Desestatização.

No campo regulatório, passou-se de um sistema de controle da oferta de serviços aéreos regulares, que, de certa forma, protegia as empresas estabelecidas contra a entrada de novas competidoras, para um sistema de livre iniciativa, consagrado na Lei nº 11.182, a mesma que criou a Anac.

Todas essas mudanças no arcabouço institucional e organizacional do setor, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vieram acompanhadas de um expressivo crescimento da demanda. A ascensão das classes sociais com acesso aos bens de consumo aumentou a frequência aos aeroportos, fazendo com que o número de passageiros transportados cresça cerca de 12% ao ano desde 2003. Um dos maiores crescimentos registrados no mundo.

Forjou-se, assim, um cenário extremamente complexo e desafiador. E tanto mais complexo e desafiador, na medida em que estamos na iminência de receber em nosso País eventos mundiais de enorme magnitude: o evento mundial da juventude – um evento católico –, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Foi nessas circunstâncias, Sr. Presidente, que aprovamos, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o requerimento criando a Subcomissão Temporária de Aviação Civil, com a finalidade de "realizar, no prazo de doze meses, ciclo de debates sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional".

Ao longo de doze meses, senhoras e senhores, realizamos 19 audiências públicas, ouvimos mais de 50 autoridades no assunto. E, nessas 19 audiências públicas, tivemos a oportunidade de ouvir representantes dos mais diversos segmentos relacionados à aviação civil.

Foram ouvidas, por exemplo, autoridades da área governamental, representando desde a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, a Anac e a Infraero até os Ministérios do Turismo, da Fazenda e de Minas e Energia. Também foram ouvidos representantes das empresas operadoras, da indústria ae-

ronáutica e de diversas associações e sindicatos que congregam aqueles que atuam no ramo da aviação civil. Buscou-se, ainda, a opinião de especialistas, que contribuíram para o debate com o conhecimento acadêmico e a experiência acumulada em anos e anos de acompanhamento do setor.

Os resultados desse amplo processo de discussão estão condensados nas 260 páginas do nosso relatório. Nelas estão, devidamente sistematizados, diagnóstico e recomendações para temas importíssimos na aviação civil: o marco regulatório geral, ou seja, o Código Brasileiro de Aeronáutica; o planejamento e a coordenação do Sistema de Aviação Civil; a nova estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil; as infraestruturas aeronáutica e aeroportuária; a articulação entre aeroportos e cidades; a interiorização do acesso à aviação; a investigação e prevenção de acidentes; o abastecimento de combustíveis; a formação de recursos humanos; a indústria aeronáutica; e a aviação geral.

A esse último tema, a aviação geral, por sinal, dedicamos bastante atenção, na medida em que o Brasil, embora possua a segunda maior frota de aviação geral do mundo, com aproximadamente 14 mil aeronaves, não tem ainda o que se poderia chamar de uma política pública voltada a esse setor.

Praticamente, toda a reestruturação da aviação civil ocorrida nos últimos anos teve como foco exclusivo a aviação comercial. De modo que optamos por trazer à ribalta a aviação geral, debatendo exaustivamente questões como a interlocução com o setor, o acesso a aeroportos e a regulação e fiscalização técnica.

Essas, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, as considerações iniciais que eu gostaria de trazer, para firmar o conceito que a Comissão teve a respeito do relatório que votamos na sessão da última quinta-feira.

Quero, ao final, participar a minha gratidão a todos os companheiros que participaram comigo dessa subcomissão e que, num levantamento acurado nas 19 audiências públicas, não se negaram a dar sua contribuição num tema de enorme relevância para o País. A essas pessoas, em especial ao Senador Vicentinho, que hoje, repito, encontra-se em licença – idealizador e arquiteto dessa subcomissão, que comandou de forma entusiasta todas as suas fases – eu presto a minha homenagem, a minha admiração e o meu reconhecimento.

A Subcomissão de Aviação Civil concluiu o seu trabalho. Nesta semana, nós estaremos votando o nosso relatório na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Vital do Rêgo, a Sra Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, por permuta com a Senadora Ana Amélia.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, às vezes um empenho em realizar boas intenções acaba exacerbando o inconveniente de certos vícios.

É o que se verifica hoje com a situação do Programa Minha Casa, Minha Vida, um programa inegavelmente meritório, inegavelmente destinado a promover a cidadania, especialmente das pessoas de mais baixa renda, que veem nesse programa a esperança de concretizar o sonho que todos nós perseguimos, que é ter a sua casa própria.

Acontece, Sr. Presidente, que, neste fim de semana e nos últimos dias, uma série de notícias vem povoando a imprensa, dando conta da péssima qualidade das habitações construídas sob a égide desse programa, a tal ponto que a Presidente Dilma Rousseff, nesta quinta-feira, defendeu a construção de casas de qualidade e não “muquifos”, para usar a expressão da Presidente.

Acontece que a construção de “muquifos”, infelizmente, vem se tornando regra e rotina. O noticiário do jornal é farto, nas revistas, nas reportagens de televisão: casas entregues sem as menores condições de habitabilidade. E o Senador Alvaro Dias, nosso sempre Líder, virá logo mais à tribuna, para dar depoimento pessoal, a respeito do que viu, nesse último fim de semana, numa viagem a Londrina, que confirma no local, aquilo que já é notícia de âmbito nacional e que se repete em outras unidades da Federação.

Acontece que o noticiário de fim de semana trouxe, também, o registro de um vício, que é a utilização desse sonho, o sonho da casa própria, por parte de pessoas inescrupulosas, algumas das quais aninhadas, hoje, ou ainda recentemente aninhadas no governo, na utilização desse sonho por pessoas inescrupulosas para ganhar dinheiro ilicitamente.

O jornal *O Globo*, na sua edição de domingo, publica matéria onde está patenteada a audácia dessa gente. Um esquema de empresas de fachada, muitas delas registradas no mesmo endereço, e controlado por grupo de ex-funcionários do Ministério das Cidades. Esse esquema vem obtendo número enorme de contratos para as construções destinadas às camadas de mais baixa renda no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No centro desse esquema está a empresa chamada RCA, Assessoria em Controle de Obras e Serviços, com sede em São Paulo e cujos sócios são ex-servidores do Ministério, inclusive um deles graduado, membro do PCdoB e que, provavelmente, foi aninhado no Ministério das Cidades por influência política desse partido.

Essa empresa atua há muito pouco tempo no mercado. E, no entanto, apresenta números absolutamente invejáveis, como, por exemplo, atuação em 24 Estados da Federação, 1.000 Municípios e garantia de entrega de 80 mil casas.

O jornal mostra, inclusive, a foto da sede da empresa. A se julgar pela foto, não teríamos um gigante da construção civil. Pelo contrário, uma pequena empresa com tentáculos tão grandes como esses relatados pelo jornal *O Globo*.

O nome dessa empresa, RCA Assessoria em Controle de Obras e Serviços, é quase um programa de ação, porque ela se dedica ao mesmo tempo – vejam os senhores –, a ser representante do agente financeiro, a tocar as construções, a medir as obras e a fiscalizar a qualidade. Esse esquema faz tudo isso, realmente, obras, serviços e muito mais que obras e serviços.

Evidentemente, para fazê-lo utiliza-se de uma série de empresas de fachada, figuras de palha, que os sócios e os funcionários registraram em seus nomes, cujos endereços são a própria sede da RCA ou casas de parentes dos sócios da RCA.

É um esquema ao mesmo tempo audacioso e grosseiro.

Sr. Presidente, diante disso e sabendo que entre os meus colegas integrantes dos partidos da situação todos querem a limpeza e a lisura nas ações do governo, sabendo que o desejo de rigor na execução de contratos de obras e serviços públicos não é monopólio de nenhum partido, apresentei hoje requerimento que tem por objetivo verificar, por intermédio de auditoria do Tribunal de Contas, a legalidade das empresas que operam no programa, bem como os resultados da União, da aplicação desses recursos.

Vejo aqui o nobre Líder do Governo, homem correto e honrado, o Senador Pimentel. E eu peço a todos, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, o apoio a essa iniciativa, que nada mais é senão o exercício de nossa prerrogativa parlamentar, de um imperativo de ética pública e de utilização do Tribunal de Contas da União, no seu papel constitucional legítimo, que é o de ser órgão auxiliar do Legislativo, na fiscalização do Executivo.

Ouço o aparte do Líder Pimentel.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, por

trazer à tribuna do Senado do Congresso Nacional esta matéria que foi objetivo de reflexão de vários jornais e que traz preocupação para todos nós. Assistimos, nos anos 80, a extinção do BNH, exatamente por conta de irregularidades e também fruto de uma política de reajuste da prestação da casa própria que inviabilizou o Sistema Financeiro Habitacional brasileiro. Agora, com a criação desse novo programa, que fez passar por uma reformulação muito profunda todo o Sistema Financeiro Habitacional, desde o fim de um sistema que tínhamos de incorporação de imóveis, que chama-mos de Desafetação Imobiliária – é um termo não tão comum no dia a dia do cidadão. Mas o que era isso? Um determinado empreendedor viabilizava um bloco de apartamentos e, com os recursos dos aplicadores desse bloco de apartamentos, financiava um segundo bloco de apartamentos; dava em garantia a um determinado agente financeiro o primeiro bloco, para construir um terceiro bloco; e não concluía nenhum deles, trazendo um grave problema aos aplicadores, aos adquirentes da casa própria e à própria sustentabilidade do sistema. Em 2005, este Congresso Nacional, por unanimidade, cria uma nova legislação chamada de Desafetação Imobiliária.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Lembro-me.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – De maneira que cada bloco de empreendimento, hoje, é uma sociedade de propósito específico muito correta.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Isso.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – E isso tem permitido à classe média e aos vários setores da sociedade brasileira comprar, como dizemos, na planta, a sua próxima casa, o seu próximo apartamento. Nesse aspecto, conseguimos construir o arcabouço jurídico que foi suficiente para resolver problemas dos anos 80 e dos anos 90. No que diz respeito às moradias para as camadas de mais baixa renda, foi desenvolvido esse sistema do Programa Minha Casa, Minha Vida que, em vez de termos um sistema de seguro que representava 35% da parcela mensal, em que se desembolsava uma taxa de juros muito alta. E se fez outro desenho, em parceria muito forte com a iniciativa privada, em que as construtoras que querem se habilitar se inscrevem junto à Caixa Econômica Federal, ali são habilitadas e passam a fazer parte de um leilão de ofertas de unidades, feito pela rede privada de bancos e também pela Caixa Econômica Federal; e, mais recentemente, pelo Banco do Brasil. Esse desenho tinha e tem uma série de salvaguardas de proteção, desde a própria fiscalização do Município, quando faz a lista das pessoas que devem participar,

como também tem todo um controle do Ministério das Cidades, da Controladoria-Geral da União e, em última instância, do Tribunal de Contas da União. Eu também li essa matéria. Fiquei muito apreensivo, até porque precisamos mudar profundamente a cultura empreendedora do Brasil, e hoje muitos empresários já incorporaram isso, ganharam um preço justo, mas fazendo investimento de qualidade.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB - SP) – Isso...

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – ... de acordo com o que foi contratado. Temos uma denúncia. Temos de separar essa situação, ir a fundo para responsabilizar as pessoas que fizeram e, com isso, dar continuidade a esse projeto Minha Casa, Minha Vida, que, no seu arcabouço jurídico, na construção que foi feita em 2005, aparenta o melhor desenho, porque não traz dívida futura para o adquirente do imóvel; ele tem um período certo de pagamento sobre um percentual da sua renda; não cria resíduos para serem pagos após o prazo e não onera o Tesouro da União nem tampouco a Caixa Econômica Federal ou aqueles que são financiadores. O desenho é bem feito, tanto é que os vários analistas, independentemente de posição ideológica ou política, disseram e dizem que é um bom desenho. Mas, infelizmente, onde há a atuação humana, há algumas mentes que querem levar vantagem, e o nosso papel, o papel de V. Ex<sup>a</sup>, que muito bem o exerce aqui, é contribuir para que esses espaços deixem de existir e, no dia de amanhã, possamos ter um projeto pujante que possa resolver o grave problema da casa própria que assola e alcança a família brasileira. Portanto, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa e dizer que também comungo com a necessidade de separar aqueles que querem ganho fácil daqueles empreendedores que, efetivamente, querem cumprir com o seu papel de empresários, de empreendedores que contribuem para a economia brasileira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Muito agradecido, Senador Pimentel, pelo seu aparte. A minha presença na tribuna, hoje, já foi recompensada com o brilhante aparte do Senador Pimentel e também com o apoio que ele manifesta a essa iniciativa que anuncio, para que nós possamos ver efetivamente até que ponto vai essa trama: se ela existiu e deixou de existir, se ela existe ainda e quais são as falhas institucionais nesse desenho que permitiram que uma empresa fosse, ao mesmo tempo, construtora, representante do agente financeiro, fiscalizadora e encarregada das medições.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que é um programa meritório. Tenho, em relação ao desenho, uma reserva, que é o fato de se utilizar parcela dos recursos do FGTS

a fundo perdido. Todavia, é programa, não há dúvida nenhuma, mérito e que tem, inclusive, a parceria do Governo de São Paulo. No Estado de São Paulo, em razão do preço mais elevado dos terrenos, nós tivemos a necessidade de complemento, por parte do Governo do Estado, dos recursos necessários à construção e aquisição das casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, e essa parceria tem dado certo, muito certo.

Ouço o aparte da Senadora Ana Amélia.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, como disse o Senador Pimentel, penso da mesma forma. Um programa de grande qualidade social, como esse, não pode ser comprometido por algum desvio de conduta que venha a contaminar ou comprometer. Não é possível aceitar esse trambique que foi feito – desculpe a expressão, mas é isso mesmo, Senador – para tentar tirar proveito de um programa de grande alcance social. E é dinheiro público que está em jogo. Tenho certeza de que o Ministro Aguinaldo Ribeiro, Deputado Federal pela Paraíba, do meu partido, também tomará as providências urgentes para verificar exatamente essas denúncias, apurar os responsáveis e tomar as providências cabíveis, porque é preciso, de todas as formas, preservar um programa que tem tido um alcance social, não só no seu Estado, São Paulo, mas também no meu Estado, o Rio Grande do Sul, como na Paraíba do Ministro Aguinaldo Ribeiro, bem como no Ceará do Senador Pimentel. Assim, penso que há interesse geral no sentido de apurar essa irregularidade, que é muito grave. Ela é muito grave em todos os seus aspectos, e precisamos fazer todo o esforço para preservar esse programa. Cumprimentos pela iniciativa, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado. Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Realmente é preciso preservar o programa, e inclusive, preservá-lo do programa do loteamento político, porque, na reportagem citada, há claramente menção ao fato de que alguém, colocado como agente de determinado partido político – no caso o PCdoB –, estava exatamente à frente dessa operação.

Em todo caso, creio que o Tribunal de Contas da União está aí para isso e nós vamos acioná-lo.

Eu agradeço imensamente o apoio de V. Ex<sup>a</sup>s.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO  
Nº315, DE 2013**

**Solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida, particularmente nos contratos com empresas que operam no âmbito do referido Programa.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no **inciso IV do art. 71 da Constituição Federal**, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União, a realização de auditoria no Programa Minha Casa Minha Vida, particularmente nos contratos com empresas que operam no âmbito do referido Programa.

**Justificação**

O jornal O Globo, em sua edição de 14 de abril do corrente, publicou matéria mostrando que um esquema de empresas de fachada, parte delas registrada no mesmo endereço e controlada por um grupo de ex-funcionários do Ministério das Cidades, tem obtido cada vez mais contratos para construção de casas populares destinadas às faixas mais pobres da população, no âmbito do Programa “Minha Casa Minha Vida”.

No centro do esquema está a RCA Assessoria em Controle de Obras e Serviços, empresa com sede em São Paulo e cujos sócios são ex-servidores do Ministério. A empresa, que atua no setor há pouco tempo, apresenta números invejáveis como, por exemplo, atuação em 24 estados, mil municípios e garantia de entrega de 80 mil casas.

A matéria mostra que a RCA consegue ao mesmo tempo ser representante do agente financeiro, tocar construções e também medi-las e fiscalizá-las. Para isso, usa uma rede de empresas que os sócios e os funcionários registraram em seus nomes e cujos endereços ou são na sede da RCA, em São Paulo, ou na casa de parentes.

O Programa, desde a sua criação, em 2009, tem demonstrado deficiências de todos os tipos como a falta de cumprimento dos prazos de entrega das obras e a baixa qualidade das residências construídas.

Assim, o presente requerimento tem por objetivo verificar, por intermédio de auditoria do Tribunal de Contas da União, a legalidade das empresas que operam no Programa bem como os resultados na aplicação de recursos públicos.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra, neste instante, à Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, que retorna depois de uma licença para tratar de assuntos pessoais, o seu suplente, Senador Sodré Santoro, desincumbiu-se bem da representação de Roraima no Senado Federal. Seja bem-vindo, Senador!

Caros colegas Senadores, nossa colega Senadora Angela Portela, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu queria voltar a um tema. Na sexta-feira, a Comissão de Relações Exteriores promoveu uma audiência pública, a meu pedido, para tratar de uma questão relevante: a discussão de um projeto do Senador Roberto Requião que trata da revalidação automática dos diplomas de graduação e pós-graduação, emitidos por instituições no exterior.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011, como eu disse, de autoria do Senador Roberto Requião. Para minha alegria, tive a oportunidade de presidir aquela audiência pública de sexta-feira, em nome do nosso Líder Ricardo Ferraço, titular na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reunião esta que também contou com a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Relator desse importante projeto do Senador Requião é o nosso colega, Senador Cristovam Buarque, um especialista em matéria educacional e que, portanto, conhece, como ex-Reitor da Universidade de Brasília, a necessidade de se ampliar o debate em torno desse tema.

Nessa audiência pública, que começou às 14 horas e terminou às 17 horas, fiquei muito feliz de contar não só com a presença dos colegas Senadores, mas também do presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior (ANPGIEES), Vicente Celestino de França; da Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Dr<sup>a</sup> Helena Nader; da Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Luana Bonone; do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Prof. Jorge Almeida Guimarães; do Presidente da Associação Brasileira de Pós-Graduandos do Mercosul (ABPós Mercosul), Carlos Estephanio; do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Prof. Paulo César Duque Estrada; do Vice-Presidente da Academia Nacional de Medicina, Dr. Carlos Celso de Mesquita; e, também, não menos importante, do membro do Conselho Nacional de Educação, Conselheiro Luiz Roberto Cury.

Graças às contribuições desses especialistas, concluiu-se que a revalidação e o reconhecimento automático, no Brasil, dos diplomas obtidos no exterior, para a graduação e pós-graduação, podem comprometer a qualidade dos serviços profissionais da educação desenvolvida em nosso País se alguns cuidados não forem tomados.

Na avaliação dessas autoridades, é preciso agilidade nos processos de revalidação dos diplomas, menor burocracia e critérios transparentes para a revalidação de diplomas estrangeiros no nosso território, sem comprometer a qualidade da formação universitária e, sobretudo, do exercício profissional daqueles habilitados naquelas instituições estrangeiras.

Depois dessa avaliação, o próprio autor da proposta, Senador Roberto Requião, julgou que a revalidação automática, como posto no seu projeto, é inadequada, considerando a realidade brasileira, e, sobretudo, porque nenhum país, Senador José Pimentel, adota a revalidação automática, que é feita entre países pelo sistema da reciprocidade: reciprocidade entre instituições e, também, às vezes, entre países.

Os especialistas também mostraram preocupação com os estudantes, que, em muitos casos, esperam muito tempo para ter o reconhecimento, no Brasil, de diplomas obtidos em universidade estrangeiras. É um fator importante a se considerar. Há o caso de um estudante, casualmente do Rio Grande do Sul, que, depois de ter feito um curso de pós-graduação na área de administração de empresas em uma universidade na Inglaterra, há 10 anos tenta a revalidação desse exame de pós-graduação, desse título e não consegue. É muito tempo, Senador! Além disso, esses profissionais, especialmente na área da pedagogia, melhorariam bastante o nível dos professores do ensino superior e até médio se fossem aproveitados, porque os salários também, mediante a pós-graduação, seriam melhores.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador José Pimentel.

**O Sr. José Pimentel** (Bloco/PT – CE) – Senadora Ana Amélia, quero parabenizá-la pelo tema que V. Ex<sup>a</sup> traz ao debate, até porque o Programa Ciência sem Fronteiras encaminha a nossa juventude para as mesmas universidades daqueles que, mesmo tendo frequentado esses cursos e adquirido o conhecimento, não tendo sido para lá encaminhados por meio de um programa institucional mas por iniciativa própria, com recursos próprios, não têm direito ao seu reconhecimento dos seus títulos no Brasil. Portanto, da mesma forma que o Estado Nacional estimula a ida dos nossos jovens, por meio do Programa Ciência sem Fronteiras, a instituições estrangeiras – e é verdade que esse programa está mais voltado às ciências exatas que para

as ciências humanas –, nós precisamos assegurar aos outros alunos, que vão, por iniciativa familiar, própria e com muito sacrifício, o mesmo reconhecimento. E, por outro lado, nós temos também outro sistema de universidades de menor qualificação que nós chamamos de universidade de final de semana, em países vizinhos, que não dão esse conhecimento. Precisamos tratar diferentemente um do outro a partir da grade curricular e, consequentemente, do conceito dessas universidades. Temos um conjunto de meninos e meninas que foram estimulados a ir ao exterior nos 90 e no início desse novo século para estudar em determinados convênios, feitos por entidades da sociedade civil, entidades representativas do setor produtivo e também dos trabalhadores. Esses nós precisamos também separá-los, para que possamos atender o anseio e conhecimento dessa juventude sem frustrá-la e, ao mesmo tempo, garantindo a qualidade das instituições onde eles estudaram. Quero finalizar dizendo que, hoje, o Brasil necessita de 26 mil médicos para atender as demandas do Programa Saúde na Família, os programas interioranos, e nós não temos essa quantidade de alunos e médicos formados. E nós também temos a clareza, Senadora Ana Amélia, de que os bons empregos devem ser reservados para a nossa juventude, para que ela possa, cada vez mais, estudar, se estimular e ajudar a desenvolver o nosso Brasil. Mas temos um hiato, e este hiato precisamos preencher com muito cuidado, com muita cautela. O governo brasileiro terminou de firmar convênio com o governo espanhol e com o governo português no que diz respeito a médicos. E temos também a necessidade de engenheiros, algo em torno de 15 mil engenheiros. E a posição de V. Ex<sup>a</sup>, resultado dessa audiência pública na Comissão de Relações Exteriores, vai nos ajudar a construir esse arcabouço jurídico para proteger a nossa juventude. Portanto, parabéns pelo pronunciamento!

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer muito Senador José Pimentel, até porque foi muito referido o Ciência sem Fronteiras durante o debate, exatamente, como disse V. Ex<sup>a</sup>, pela necessidade da revalidação, pois de que vale ele ir para uma universidade ou um centro tecnológico? Porque a ciência prática não se... Como na Alemanha, estão muitos brasileiros lá, inclusive do meu Estado, em função da facilidade da língua. São descendentes de alemães, dominam a língua alemã. Então, de fato, isso foi muito referido nessa nossa audiência naquele momento.

E a questão dos médicos também, porque se tem tido, digamos, uma visão diferenciada a respeito dessa questão do número de médicos. A constatação que se tem é de que eles existem em número suficiente, só que são mal distribuídos pelo Brasil. Estão concentra-

dos nos grandes centros, e não se consegue levá-los para o interior.

Na verdade, no caso específico do curso de medicina, o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior é conduzido pelo MEC desde 2011. Aliás, esse programa, o Revalida, que é excelente, todos os médicos o aprovam, é uma ferramenta unificada para avaliação e revalidação dos diplomas de médicos expedidos no exterior. É um programa que toda a classe médica defende.

O programa utiliza parâmetros e critérios isonômicos adequados à aferição da equivalência curricular, provas de conteúdo teórico e testes de habilidades clínicas, para definir a aptidão ao exercício profissional da medicina no Brasil. Isso é graças ao Revalida, que não funciona para outras áreas do conhecimento, seja para pedagogia ou qualquer outra, em nível de graduação ou pós-graduação. O Revalida é específico para a medicina.

A reciprocidade internacional é outra exigência que deve ser respeitada, caso contrário nós estaríamos absorvendo e não teríamos, no país de origem desse aluno, o reconhecimento dos nossos alunos, pela chamada reciprocidade, seja da instituição de ensino superior, seja da legislação do próprio país.

Para demonstrar a importância desse filtro – estou falando do que discutimos sexta-feira, Senador Aloysio Nunes Ferreira –, na avaliação, dos 677 candidatos inscritos no Revalida 2011, acompanhado de perto pelo Conselho Federal de Medicina, 536 participaram efetivamente das provas escritas. Passaram para a segunda fase – desses 677 – apenas 96 médicos diplomados fora do Brasil. Ao final das provas, 65 profissionais foram aprovados, ou seja, 12,12% do total dos inscritos. São profissionais de diversas nacionalidades, que obtiveram seus diplomas em onze países: quinze em Cuba, catorze na Bolívia, treze na Argentina, seis na Colômbia, cinco no Peru, quatro na Venezuela, três no Equador, dois na Nicarágua, um no Paraguai, um na Alemanha e um na França. Então, foi esse o escore da avaliação. Por isso, a relevância do Revalida, que o MEC instituiu em 2011.

É importante considerar... O próprio Ministro Alexandre Padilha, recentemente, na semana passada, num encontro com alguns Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, referiu-se a esse convênio com Espanha e Portugal, em relação aos médicos que poderão dar a sua contribuição, em áreas que são necessárias para atuar, onde não há médicos.

Mas eu vou chamar a atenção para outro detalhe. É importante considerar que o Brasil tem um médico para cada 511 habitantes, segundo dados da pesqui-

sa Demografia Médica no Brasil, divulgada, em 2011, pelo Conselho Federal de Medicina.

Eu não tenho procuração para falar, não sou procuradora de médico, não tenho defesa nenhuma de eventual corporativismo.

A quantidade de médicos no Brasil segue com tendência de alta desde as últimas quatro décadas. Isso significa, segundo dizem os especialistas, que não faltam médicos. A distribuição desses profissionais é que precisa ser repensada. Muitos não vão para o interior, porque não contam com a infraestrutura básica, como laboratórios de análises clínicas ou equipamentos de um simples Raios X, ecografia, mamografia e, claro, nem se fala, ressonância magnética para exames preventivos.

Assim, médicos brasileiros ou estrangeiros terão o exercício da Medicina prejudicado por essa falta de infraestrutura nas regiões mais longínquas do nosso País, mas a população tem o direito de continuar e nós temos a responsabilidade de encontrar uma solução para o atendimento dessa demanda e não deixar essas populações desassistidas.

Portanto, a qualidade é um conceito que deve estar presente em todos os processos de revalidação desses diplomas, seja de graduação, seja de pós-graduação, seja no reconhecimento dos diplomas estrangeiros no Brasil, com as devidas diferenciações, e no tratamento entre graduação e pós-graduação, ou na atuação profissional das diferentes áreas de formação, como chamou a atenção muito bem a Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Dra Helena Nader.

É importante lembrar que, em 2010, quando o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi unificado, para evitar diferenças de avaliação entre estudantes de outros Estados, apenas 9,74% dos bacharéis em Direito foram aprovados, de um total de 116 mil inscritos. Isso significa que apenas um em cada dez graduados estava apto a exercer a advocacia no Brasil.

Nas avaliações do Exame da Ordem, com resultado divulgado no último dia 22 de março deste ano, o resultado foi ainda mais preocupante: de 114 mil, 763 bacharéis formados em Direito, apenas 11.820 conseguiram a aprovação.

No caso da formação em Medicina, basta avaliarmos os recentes números do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Na avaliação aplicada no final de 2012, mais da metade dos médicos recém-formados no Estado de São Paulo foi reprovada no exame do Cremesp, 54,5% dos estudantes foram reprovados nesse exame. Entre os aprovados, os índices de acerto ficaram abaixo de 60% da avaliação.

Isso demonstra as deficiências de nosso sistema educacional. A má qualidade da educação básica, formação deficiente no ensino médio e também no ensino superior, a falta de empenho de parte dos alunos e a abertura indiscriminada de faculdades – indiscriminada de faculdades, Senador Pimentel, aí também há um outro problema –, ajudam a agravar esse quadro da educação superior no Brasil.

Claro que o aluno, hoje, com a parafernálio eletrônica, exige um professor que chame muito mais a atenção. E eu estava vendo na televisão que alguns músicos estavam usando a música para transformar matérias como História ou Matemática, para atrair a atenção dos alunos. E tiveram grande sucesso. Eu queria cumprimentar esses professores, são do Rio de Janeiro.

Eu acho que é encontrar um caminho inteligente para atrair o jovem que é ansioso, porque ele pode pegar o seu celular e ter acesso ao Google, saber todas as informações que ele quer de maneira mais atrativa e interessante. Não pode ser mais aquela aula no sistema antigo, que tinha uma lousa, no meu tempo era quadro negro, era quadro verde, não sei por que negro porque o quadro era sempre verde, e o giz ali que fazia barulho, às vezes, doía o ouvido também, Senador. Eu sou daquele tempo.

Ainda hoje a gente vê professores usando a lousa, o quadro negro, como queiram, e o giz, enquanto há interatividade em escolas de outros países, já fazem a aula toda por computador, ele já está discutindo com o professor a sua tese ou a sua monografia, enfim, com todos esses mecanismos.

Por isso também que o aluno às vezes fica desatento, não por falta de empenho, mas por falta de atrativo naquela aula. Então, aí é preciso também valorizar os professores nesse aspecto.

Por isso a relevância de ações pontuais como a criação de um banco de dados que foi anunciada pelo Presidente da Capes, o Professor Jorge Guimarães, para revalidar os diplomas estrangeiros.

Esse banco de dados, Senador Aloysio Nunes Ferreira, é relevante porque ali vai haver, digamos, a relação de quantos são os pedidos, vai haver ali uma possibilidade mais rápida de se fazer o exame, a análise disso. Então a Capes penso estar comprometida como a agilização desses processos e poderá dar uma grande contribuição na melhoria da qualidade do processo seletivo, no processo de agilizar a revalidação e também separar bem o que é graduação do que é pós-graduação, como bem chamou a atenção a Dra Helena Nader.

Com prazer, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, renovando o agradecimento pela sua presença naquela tarde de sexta-feira.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Senadora, eu é quem agradeço o convite. Foi uma iniciativa muito oportuna e bem sucedida de V. Ex<sup>a</sup> discutimos mais a fundo essa questão da revalidação dos diplomas. Foi uma audiência pública em que tivemos oportunidade de refletir, além de nos informarmos, refletimos e, como fruto dessa reflexão, o próprio autor do projeto, o Senador Requião, chegou à conclusão, conosco, de que o automatismo não seria uma boa coisa. Por outro lado, tínhamos como Relator da matéria um dos Senadores mais qualificados do Congresso, do Senado e uma autoridade em matéria de educação e um homem de boa-fé, o Senador Cristovam Buarque, que também, tendo conhecimento da nossa audiência pública, vai coligindo os dados que V. Ex<sup>a</sup> acaba de relatar da tribuna, vai, enfim, aprofundar o seu estudo sobre esse problema. A questão do tempo, do prazo, é uma questão que angustia e foi também nessa reunião uma unanimidade. Se, de um lado, o automatismo teve a ampla maioria contra, a preocupação com a celeridade do processo, foi unânime. Creio que as informações que a Capes ficou de nos mandar são absolutamente cruciais para que nós possamos avançar na elaboração de emendas ao projeto do Senador Requião para atender especificamente essa questão da celeridade, evidentemente, respeitando os limites da autonomia universitária. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador.

**O Sr. Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco/PSDB – SP) – Quero aproveitar a ocasião também para saudar a presença aqui na Presidência da nossa sessão do nosso querido amigo, Senador Mozarildo Cavalcanti, que retorna à Casa e que em vários pronunciamentos se dedicou à análise desse tema: a má distribuição dos médicos no território nacional e as dificuldades que temos na fixação de profissionais da Medicina, especialmente nos Estados do Norte do País. Muito obrigado.

(Soa a campainha.)

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Aloysio pela valiosa ajuda para reforçar esse argumento da nossa convicção de que precisamos caminhar nesses dois ângulos. A primeira é a qualidade; a segunda, a celeridade e, a terceira, separar o reconhecimento dos diplomas de graduação e de pós-graduação.

O Senador José Pimentel havia me ajudado também, vou mencionar agora – já estou terminando, Sr. Presidente.

É claro que nós temos de aperfeiçoar o modelo, criando esses filtros para melhorar a qualidade daquele aluno e também no exercício da sua profissão para que o trabalho dele seja de qualidade.

O Programa Ciência sem Fronteiras, iniciativa dos Ministérios da Educação (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT) que prevê 101 mil bolsas de estudos em quatro anos para promover intercâmbio no exterior entre alunos de graduação e pós-graduação nas áreas de tecnologia e inovação também é medida importantíssima nesse processo de amadurecimento...

(Interrupção do som.)

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – ...da educação brasileira. (*Fora do microfone.*)

Já estou terminando, caro Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muitos desses bolsistas, inclusive do meu Estado, o Rio Grande do Sul, já estão na Alemanha em importantes centros tecnológicos. Mas eles fizeram uma queixa agora, aproveitando uma feira em Hannover, sobre a dificuldade de acesso a informações do MEC nos casos de atraso da liberação correspondente às bolsas. Penso que pode ser criado um site de contato direto. Vou até manter contato com o Sr. Rolf Hackbart, que é assessor direto do Ministro Aloizio Mercadante, para dar essa sugestão.

Nos dias de hoje, a educação qualificada e a inovação constante são tendências do dinâmico mercado de trabalho. Apenas para exemplificar: na semana passada, aconteceu a mais importante feira industrial do mundo, a Feira de Hannover, na Alemanha, para confirmar a tendência da nova revolução industrial, do século XXI, também chamada de Indústria 4.0, focada na Internet e na interatividade digital.

Na ocasião, participaram 180 brasileiros, entre expositores e integrantes de missões empresariais, coordenados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), meu Estado, que é presidida por Heitor Müller; e 32 empresas gaúchas estavam representadas nesse importante evento. A constatação da maioria delas foi de que a tecnologia no setor industrial está muito avançada e integrada, com a digitalização dos processos, exigindo, portanto, profissionais cada vez mais qualificados e inovadores em nível global.

No caso do Brasil, o presidente da FIERGS avaliou que o número de empresas de diferentes setores alinhados com essa tendência tecnológica ainda é pequeno. Por isso, a necessidade de investimentos em políticas que permitam profissionais habilitados para se adaptarem às mudanças impostas por esse novo modelo industrial, o 4.0.

(Soa a campainha.)

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Portanto, quaisquer ações que caminhem nesse sentido serão bem-vindas. Amanhã, por exemplo, o Relator da medida provisória sobre os *royalties*, Deputado Carlos Zarattini, deve apresentar um parecer sobre a matéria e incluir, no relatório, sugestão de destinação de receitas com os *royalties* do petróleo à educação, no caso dos contratos vigentes.

O atual texto da MP vincula à educação as receitas dos novos contratos da área de concessão dos *royalties* do petróleo firmados após 3 de dezembro de 2012, data da publicação da medida.

A MP deve ajudar o cumprimento da meta de investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, prevista no Plano Nacional de Educação.

Por fim, o Jornal *Valor Econômico* de hoje traz avaliações sobre especialistas em mercado financeiro quanto à necessidade de investimentos em educação. Na entrevista, o analista-chefe de uma gestora financeira, Marcelo Kussaba, diz que a bolsa de valores tem tido interesse por empresas de educação, sobretudo em países onde há falta de mão de obra qualificada e risco de inflação, como é o caso do Brasil. Segundo o especialista, novos serviços educacionais, estreando na Bolsa de Valores, especialmente no segmento do ensino médio, teriam grande interesse dos investidores internacionais.

Portanto, não faltam argumentos favoráveis à necessidade de ações em favor da qualidade na educação de ensino técnico, ensino médio e, sobretudo, ensino superior. Esse é, sem dúvida, o melhor caminho para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Pois não.

**O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA** (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos aqui duas medidas provisórias que já chegaram à Casa e requereríamos a V. Ex<sup>a</sup> que fossem lidas. Na medida em que elas não são lidas, vamo-nos aproximando cada vez mais do prazo fatal para a sua apreciação, sob pena de perda de validade, e aí se repete aquela circunstância que tanto nos angustia a todos, que é termos que deliberar sem que haja tempo de uma eventual volta à Câmara.

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup> a leitura das duas medidas provisórias – creio que são duas medidas provisórias – que estão sobre a mesa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Perfeitamente, Senador Aloysio, a Secretaria já informa que as duas medidas virão para serem lidas hoje, aqui no Plenário.

Com a palavra o Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Mozarildo Cavalcanti, sentimos sua falta nesses meses em que V. Ex<sup>a</sup> resolveu se dedicar mais ao Estado de Roraima, e o seu suplente aqui esteve fazendo bons pronunciamentos, portanto, dando continuidade à boa qualidade da nossa Senadora e dos nossos Senadores do Estado de Roraima, e, para nós, não é nenhuma surpresa.

E queria, aqui, Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup>s Senadoras, começar registrando que o Congresso Nacional está fazendo um forte debate sobre a regulamentação da atividade da trabalhadora doméstica. Depois que o Congresso promulgou a Emenda Constitucional nº 72, que assegura a esses trabalhadores os mesmos direitos dos demais, agora, nós nos debruçamos sobre a sua regulamentação.

Foi criada uma comissão especial que trata especificamente do trabalho da trabalhadora doméstica. Há um conjunto de iniciativas para reduzir custos, para agilizar a formalização e simplificar também o cumprimento dessas obrigações trabalhistas e tributárias.

No entanto, Sr. Presidente, temos também a trabalhadora diarista, para a qual há um disciplinamento feito pelo Poder Judiciário, no que diz respeito à diarista, mas nós precisamos enfrentar um conjunto de temas que a elas dizem respeito, e a legislação que estamos construindo não dá conta da demanda. Se observarmos, ao longo dos últimos 20 anos, o número de diaristas tem aumentado muito no Brasil. No censo de 1992, que foi o primeiro levantamento feito das diaristas do Brasil, a pesquisa PNAD, do IBGE, identificou 714 mil diaristas. No último levantamento de 2011, esse número de diaristas já é quase de 2 milhões. E o que chama a atenção nessa pesquisa PNAD, do IBGE, é que menos de 25% delas são contribuintes da Previdência Social.

Portanto, existe esse segmento das diaristas, que é crescente, mas, no que diz respeito à sua formalização, aos seus direitos previdenciários, à sua proteção, como a licença-saúde, que é inerente ao período em que adoecem; a licença-maternidade; a própria aposentadoria, quando chegam à terceira idade, nada disso

as protege. Essas diaristas estão dentro das nossas residências, trabalhando por determinado período, durante o dia, por alguns dias na semana, e também se encontram nas lojas, nos consultórios, nos escritórios e em outros estabelecimentos com a mesma carga horária, ou seja, trabalhando algumas horas durante o dia, sem habitualidade.

Para enfrentar este tema, Sr. Presidente, eu apresentei, na data de hoje, um projeto de lei complementar assegurando à diarista o direito de ser inscrita como empreendedora individual, ou seja, ela é autônoma, passa a ter uma inscrição no Ministério da Fazenda, passa a ter o seu CNPJ e, a partir dali, todas as vezes em que ela prestar o seu serviço, poderá emitir a sua nota de serviço, a sua nota fiscal e terá total isenção sobre os impostos do Governo Federal, dos governos estaduais, e a sua contribuição se limitará a 5% do salário mínimo para garantir seus direitos previdenciários. Assim, no que diz respeito ao Governo Federal, a única contribuição dela é de 5% sobre o salário mínimo, conforme é assegurado a todos os empreendedores individuais. E, com essa contribuição de 5% do salário mínimo, que dá mais ou menos R\$33,90, ela teria direito à aposentadoria por idade, à licença-maternidade, à licença-saúde, à pensão por morte – os direitos previdenciários – e, perante o Município, ela teria mais uma contribuição fixa de R\$5,00, ou seja, a sua contribuição total seria de R\$38,90 por mês, para ter toda a sua proteção previdenciária e todas as suas obrigações para com o fisco municipal, estadual e nacional. É bom registrar que, ela não sendo inscrita como empreendedora individual, só a sua contribuição para a Previdência Social é de 11% sobre o salário mínimo, que hoje soma R\$74,50.

Esse alto custo previdenciário tem levado esse conjunto de mulheres e homens a não se formalizarem, a não terem a contribuição previdenciária, a não terem qualquer proteção perante o Estado Nacional, passando a ficar na informalidade. São quase dois milhões de trabalhadores nessa situação. E, como eu já havia dito, menos de 25% deles estão formalizados.

Portanto, eu espero, nesse debate da regulamentação da trabalhadora doméstica, enfrentar, também, esse outro item que diz respeito à diarista. São quase dois milhões de trabalhadoras nesse setor.

Quero também registrar, aqui, que o empreendedorismo individual, no Brasil, iniciou a sua formalização a partir de 2009, ou seja, após a aprovação da Lei Complementar nº 128, e, nesse início de 2013, são quase três milhões de empreendedores individuais no País que têm seus pequenos negócios, que precisam se formalizar para ter a proteção do Estado nacional, que têm vontade de crescer, ter acesso ao crédito e fi-

delizar sua clientela, mas, até então, o Estado nacional vivia sem dar qualquer oportunidade a este segmento.

Com o empreendedorismo individual, já são quase três milhões de pessoas que se formalizam. Há quase dois milhões de trabalhadoras diaristas que também pretendem se regularizar e cerca de onze milhões desse público potencial, em 2011, pretendiam se regularizar, e boa parte dele tem tido êxito.

No entanto, a burocracia, as condições de formalização, a necessidade de uma estrutura melhor do Estado nacional para este segmento tem levado a uma certa lentidão e morosidade. É verdade que nós temos o Sebrae, que ajuda muito esses empreendedores individuais. Firmamos, também, um convênio com os contabilistas, com base na Lei Complementar nº 128, que têm contribuído para a orientação e a formalização, mas precisamos descentralizar ainda mais. Fazemos um apelo muito grande às instituições, em especial, às Câmaras de Vereadores, aos Municípios, aos 5.564 Municípios brasileiros, para que eles possam criar, nos seus espaços, na sua estrutura, determinado segmento do funcionalismo, voltado para estimular a formalização dos empreendedores individuais e, dentro dessa lógica, também das nossas diaristas.

Quero aqui também registrar que, com a criação do Simples Nacional, em 2006, assistimos a um crescimento muito forte dos micro e pequenos empreendedores. Somos, hoje, mais de 7 milhões: são 7,2 milhões de microempreendedores e pequenos empreendedores já formalizados. Quando aprovamos esta legislação, em 2006, a Lei Complementar nº 123, havia apenas 1,337 milhão de micro e pequenos empreendedores formalizados no Brasil; já estamos chegando a 7,3 milhões. E o que chama mais a atenção é o fato de que, no mundo da geração de empregos, só na quantidade de empregos gerados, em fevereiro de 2013, conforme dados do nosso Sebrae e também do Caged, foram gerados 123.446 empregos formais. Desse total, 74.325 foram gerados junto às micro e pequenas empresas, ou seja, 60,2% de todos os empregos formais, em fevereiro de 2013, foram feitos juntos às micro e pequenas empresas, enquanto as médias e grandes empresas geraram 36.757 empregos, e, na chamada administração direta, 12.364. No caso da administração direta, eu quero chamar a atenção, porque, todas as vezes que tomam posse novos prefeitos, ocorre o aumento da geração de emprego na administração direta, mas, depois, há certa acomodação.

Se nós analisarmos o mundo do emprego nos últimos 12 meses, verificaremos a geração de 819.953 empregos, entre março de 2012 e fevereiro de 2013, gerados exatamente junto às micro e pequenas empresas. Isso demonstra que quem está gerando em-

prego, neste momento, de baixo crescimento econômico são exatamente as micro e pequenas empresas. E é por isso que a sociedade brasileira, o Congresso Nacional, cobra de todos nós um olhar diferenciado para este setor.

E aqui quero chamar a atenção para uma questão que está inviabilizando as micro e pequenas empresas no Brasil, nos mais variados Estados da Federação, que é a questão da substituição tributária. O que é isso? Os governos estaduais, na ânsia de aumentar a arrecadação do ICMS, que é o seu imposto próprio, resolvem designar uma grande indústria, um grande setor do comércio para arrecadar previamente o imposto e, em seguida, repassar para os cofres públicos, na chamada substituição tributária. Para a micro e a pequena empresa, o ICMS varia de 1,25% a 3,95%, mas, na substituição tributária, cobra-se de 17% a 25% desse micro e pequeno empresário, inviabilizando os pequenos negócios e trazendo um conjunto de custos que, na aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, não estava presente.

Nós fizemos, na última segunda-feira, uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar, exatamente, desse processo da substituição tributária, que está inviabilizando as micro e pequenas empresas. Ali, foram apresentados vários itens, entre esses a proibição da substituição tributária para as micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional, até porque elas têm um sistema de arrecadação diferenciado. E esse sistema de arrecadação tem demonstrado um aumento da arrecadação do ICMS para o Estado em face da formalização e da emissão da nota fiscal eletrônica e, ao mesmo tempo, tem permitido aos Estados que eles possam ter um sistema de controle mais efetivo entre a mercadoria que chega junto à média e à grande empresa e, em seguida, a sua comercialização para a micro e a pequena.

Infelizmente, na ânsia de arrecadar, cada vez mais, os Estados estão inviabilizando as micro e pequenas empresas com esse sistema da substituição tributária, e boa parte delas pagam duas vezes: pagam através do Simples Nacional e pagam, novamente, através da substituição tributária. Exatamente por isso, nesse debate do ICMS, em que estamos discutindo, no que diz respeito ao diferencial de alíquota entre Estados, se unifica, se deixa diferenciado, é importantíssimo que o Senado Federal, que o Congresso Nacional tenha um olhar todo diferenciado para essa questão da substituição tributária, porque ela está impactando e inviabilizando o setor que mais gera emprego no Brasil, neste momento difícil em que passam as economias dos países centrais, com reflexo nos chamados BRICS, em especial, na nossa economia.

Por essa razão, estamos fazendo todo esse debate no Congresso Nacional, inicialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, e, em seguida, queremos trazê-lo para o plenário do Congresso Nacional, para que possamos continuar fortalecendo esse setor do empreendedor individual da micro e da pequena empresa, segmentos que mais geram emprego, que mais fortalecem o mercado nacional, sem esquecer que esses segmentos também necessitam de uma melhor qualificação, de uma melhor especialização, para que eles possam, no dia de amanhã, se transformar em médios e grandes empresários e, ao mesmo tempo, melhorar a sua produtividade e a qualidade dos seus produtos.

Para isso, o Pronatec tem colaborado na formação da mão de obra de seus empregados, cujo primeiro emprego, muitas vezes, é gerado exatamente neste segmento. Mas precisamos também, na inovação tecnológica, em novos equipamentos, em substituição aos equipamentos hoje existentes, ter todo um diferencial voltado para esse segmento.

A Lei da Micro e Pequena Empresa prevê o incentivo tributário, a isenção de tributos e um conjunto de ações voltadas para a inovação tecnológica. E precisamos incluir, cada vez mais, as micro e pequenas empresas para que, no dia de amanhã, Sr. Presidente, esse importante setor da nossa economia, que emprega hoje 60,2% de todos os trabalhadores brasileiros com carteira assinada, que é responsável em grande parte pela formação da nova classe média brasileira, possa se consolidar, porque é através desse setor que efetivamente a nossa economia vai crescer.

Por isso nós, que aprovamos a Lei Complementar 123, precisamos agora enfrentar essa questão da substituição tributária, para proteger o micro e o pequeno empresário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Angela Portela, 2ª Secretária.*

*Durante o discurso do Sr. José Pimentel, a Srª Angela Portela, 2ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo o Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco/PMDB – PE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador

Mozarildo, primeiramente saúdo o retorno o V. Ex<sup>a</sup> ao nosso convívio e o abraço por isso.

Eu peço a V. Ex<sup>a</sup> para me inscrever na parte destinada a comunicações inadiáveis. Parece-me que ainda há vaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> será inscrito, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa saudação de satisfação, também, pelo retorno V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo Cavalcanti, aos trabalhos desta Casa.

Faço um relato, no cumprimento do dever de quem teve oportunidade de verificar, *in loco*, o drama que vivem pessoas que realizaram o sonho da casa própria através do Programa Minha Casa Minha Vida.

No último sábado, na cidade de Londrina, no norte do Paraná, fui convidado pelo sociólogo e professor da Universidade Estadual de Londrina, o Prof. João Batista, pesquisador – aliás, ele também foi um ativo militante do PT, há alguns anos –, para visitar o conjunto Vista Bela, do programa Minha Casa Minha Vida, em Londrina, que é um conjunto de pequenos apartamentos misturados a casas do programa. Cerca de 1.200 pessoas ou pouco mais vivem naquela localidade, e verificamos as precárias condições em que se encontram. Primeiramente, existem as irregularidades na construção: há material de qualidade inferior, com rachaduras visíveis, impedindo, inclusive, qualquer privacidade às famílias, em razão do modelo de construção; não há esgoto; os bueiros estão entupidos, e as águas das chuvas carregam lama para dentro das residências; não há posto de saúde – o mais próximo fica a cerca de 6km de distância, com atendimento precário e filas enormes; não há escola; não há creche – as mães são obrigadas a abandonar os empregos, para cuidar dos seus filhos e, com isso, inviabilizam o pagamento das prestações da casa e acabam perdendo as suas casas.

O drama maior está exatamente no fato de uma população simples, humilde e trabalhadora não ter sequer o atendimento médico. Uma senhora relatou-me o drama que vive o seu filho na cadeira de rodas. Tive a oportunidade, ao lado dele, de ouvir o relato da mãe: uma criança, na cadeira de rodas, desloca-se para o atendimento de saúde a 6km de distância, e volta sem o atendimento. Enfim, um drama que se repete em várias residências daquela localidade.

Encontrei-me, casualmente, com o prefeito da cidade, Alexandre Kireeff, o novo prefeito de Londrina,

esperança de boa gestão. Ele apontou-me a localidade em que haverá de construir creche, posto de saúde, escola de 1º e de 2º.

Essa é uma tarefa da prefeitura. Estaria faltando uma conexão entre a administração federal e as administrações municipais para estabelecer o limite de responsabilidade de uma esfera administrativa e de outra esfera administrativa?

Há deficiências que são notoriamente de responsabilidade do Governo Federal, e nós as apontamos. Há que se impor rigor maior na liberação dos recursos para a construção dessas moradias.

A realização do sonho da casa própria não pode se tornar um pesadelo. O pesadelo que pude verificar na localidade de famílias que estão desesperadas por falta de condições para uma vida digna e ameaçadas de perder as suas próprias casas, porque não podem trabalhar.

Enfim, o prefeito vai tomar as providências que cabe a ele adotar e anuncia, já para a metade do próximo ano, a inauguração de duas creches, de escola e de posto de saúde, melhorando, portanto, a qualidade de vida das pessoas que lá vivem.

Mas é preciso que o Governo Federal adote providências para uma fiscalização mais rigorosa em relação à construção dessas casas. Elas não podem ser entregues como estão sendo, com todas as precaiedades que colocam em risco, inclusive, as pessoas que nelas vivem.

Mas, coincidentemente, no dia em que visitava o Conjunto Vista Bela, do programa Minha Casa Minha Vida, o jornal *O Globo* denunciava o desvio de recursos. Mais um escândalo de corrupção no Governo, e eles se repetem! E em nenhum deles se notou a presença de qualquer mecanismo de fiscalização e controle do próprio Governo. Sempre o jornalismo investigativo, colocando luz sobre escândalos ocorridos na administração federal, dessa feita, no programa Minha Casa Minha Vida.

O Senador Aloysio, Líder do meu Partido, já anunciou aqui uma providência: está solicitando auditoria do Tribunal de Contas da União. Eu fiquei encarregado de uma outra providência: estou protocolando hoje um requerimento para ouvir, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Ministro das Cidades. Nós queremos ouvi-lo sobre os problemas que já relatei aqui e, também, sobre esses desvios ocorridos na sua pasta.

O que constatei em Londrina não é um fato isolado. Certamente se repete em muitas partes do Brasil, em muitas cidades. Aliás, recentemente, nós tivemos a denúncia em relação a fatos semelhantes no Rio de Janeiro. Nós tivemos a denúncia de que, no Rio de Janeiro, residências do programa Minha Casa Minha

Vida, prédios construídos no conjunto Zilda Arns, destinado às vítimas de enchentes em Niterói, apresentavam rachaduras e falhas estruturais. A própria Caixa Econômica Federal anunciou que iria intensificar a fiscalização do programa.

Segundo a denúncia, essas casas foram construídas sem a necessária garantia de segurança aos seus moradores. Isso revela que o que vi em Londrina não é uma exceção à regra, que nós temos a repetição desse cenário em outras localidades do País. E cito apenas esse exemplo do Rio de Janeiro por ter sido o mais recente.

Mas eu volto, Senador Agripino, à denúncia do último final de semana sobre o desvio de recursos do programa Minha Casa Minha Vida. A sensação que se dissemina é que a cultura da transgressão ganhou contornos preocupantes em nosso País. Os registros de falhas gravíssimas em construções, como a que apontamos no programa Minha Casa Minha Vida, em Londrina e também no Rio de Janeiro, e a corrupção, ex-servidores do Ministério das Cidades fraudando o programa Minha Casa Minha Vida, utilizando-se de um sofisticado estratagema.

Embora o Senador Aloysio tenha, com muita competência, abordado essa questão, eu volto a ela.

O grupo criou um esquema de empresa de fachada, grande parte delas registradas no mesmo endereço, na capital paulista, obtendo inúmeros contratos para a construção de casas populares.

A primeira indagação que deve ser apresentada ao Ministro é se não há nenhum mecanismo de fiscalização e controle no próprio Ministério. O Governo possui mecanismos de fiscalização e controle, mas demonstram ineeficácia visível.

Eu repito: em nenhum dos escândalos anunciados pela imprensa do País notou-se a presença de qualquer mecanismo de controle e fiscalização do Governo. Nenhum dos casos foi apontado por um desses mecanismos: CGU, Conselho de Ética da Presidência, enfim, os mecanismos que devem ser adotados por qualquer governo para a fiscalização e o controle das ações administrativas.

No cerne dessa denúncia desponta a RCA – Assessoria e Controle de Obras e Serviços, empresa sediada em São Paulo. O incrível é que essa empresa vai muito além da maestria empresarial, Senador Agripino. Ela consegue uma mágica: consegue ao mesmo tempo ser representante do agente financeiro, tocar as construções e também medi-las e fiscalizá-las.”

É aquilo com que, de quando em vez, brinco, dizendo: é o cabrito cuidando da horta. “Como consegue uma empresa operar em dimensões tão distintas? Ela utiliza “uma rede de empresas que os sócios e os

funcionários registraram em seus nomes e cujos endereços ou são na sede da RCA, em São Paulo, ou na casa de parentes".

Eu repito: essa denúncia foi veiculada pelo Jornal *O Globo*, no último final de semana.

O descalabro estava estampado num site da empresa, demonstrando como a RCA "frauda o processo de seleção de construtoras que vão executar obras financiadas com recursos federais encomendadas por prefeituras".

A reportagem de *O Globo* prossegue:

*Para contratar uma construtora responsável pela execução de obras no Espírito Santo, lançou um edital de convocação em dezembro de 2012.*

*O site convocou os interessados e, dias depois, divulgou os vencedores. Duas foram selecionadas; uma delas a JB Lar. Tudo como manda o figurino, não fosse um detalhe: o endereço da JB Lar é o mesmo da RCA, Av. Brigadeiro Luiz Antônio 4.553. A JB Lar foi habilitada para a construção de 95 casas no Espírito Santo. Na sexta-feira, após ser procurada pelo O Globo, a RCA tirou do ar o link 'Editais' do seu site.*

Portanto, Senador Agripino, é incrível como o Ministério não consegue enxergar esses fatos.

Concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O Sr. José Agripino** (Bloco/DEM – RN) – Senador Alvaro Dias, eu acho que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é muito mais que oportuno porque é substantivo, escorreito. Eu acho que a gente precisa fazer uma avaliação sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, que é um belo programa na sua essência, mas que tem, e talvez esse seja o objetivo dos intermediadores, um pecado de origem. A construção das casas no Minha Casa, Minha Vida pressupõe o custo baixo do terreno. Sabe-se que terreno para ter custo baixo tem que estar longe da infraestrutura, e aí é onde mora – acho, creio eu – a ação dessa tal RCA. Porque, veja bem, o que está ocorrendo no Brasil inteiro? O que ocorreu com a Prefeitura de Londrina. O terreno é escolhido, não tem creche, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem, muitas vezes, nem água nem luz, não tem acesso. E para a prefeitura viabilizar que pessoas possam morar ali é preciso que a prefeitura entre com grande parte do custo do conjunto Minha Casa, Minha Vida. O terreno situa-se distante das condições exigidas para se habitar minimamente e a prefeitura é que viabiliza. O terreno está longe, mas a prefeitura aproxima com custos, como ocorreu em Londrina, e ocorre hoje no Brasil inteiro; do contrário, o terreno teria que ser caro e inviabilizaria a prestação para o

mutuário. E aí é onde está o pecado do Minha Casa, Minha Vida, pois foi concebido baseado num preço ilusório de terreno e está transferindo para as prefeituras o custo do terreno, ou o custo da infraestrutura que possibilita a habitabilidade. É isso que está ocorrendo. Os terrenos, para serem hábeis ao Minha Casa, Minha Vida, têm que ser terrenos baratos, situam-se longe, obrigando as prefeituras a fazerem creche, escolas, acesso, energia elétrica, água, isso tudo. Aí entra a RCA. Como? Viabilizando empreendimentos – suponho eu – cabeceando, batendo o pênalti, fazendo tudo no jogo; fazendo: 1 – O agenciamento financeiro; 2 – A construção; 3 – A fiscalização; 4 – Promovendo o pagamento. E dizem que até com a participação. Está ai envolvido o nome da Erenice Guerra, ex-subchefe da Casa Civil da Presidência da República. Aí é onde eu acho que mora o perigo. É que estas RCAs da vida estão viabilizando empreendimentos que não teriam a menor condição de acontecer ou se estiverem em construção será por maquinção de consultoras ou de assessorias que estão viabilizando pardieiros ou entregando às prefeituras uma conta para a prefeitura pagar. E viabilizando, porque se supõe, Senador Alvaro Dias, que para um conjunto ser construído passe pelo crivo do Ministério das Cidades, do agente financeiro, para verificar as condições mínimas de construção e habitabilidade. Isso tudo deve estar sendo by passado pelas RCAs da vida, que estão arranjando dinheiro, construindo, fiscalizando e se pagando, e produzindo pardieiros ou obrigando a que os pardieiros, para serem habitáveis, sejam estruturados pelas prefeituras, que nada têm que ver com o programa ou a quem é dada a conta para pagar. Então, por esta razão, pelo fato deste meu raciocínio, se ele proceder, for extremamente preocupante para o programa, é que eu estou pensando e vou propor ao meu partido que entremos com uma ação, porque o Minha Casa, Minha Vida é recurso federal. Que se entregue ao Ministério Público Federal a investigação desse fato denunciado, porque ele é gravíssimo em cima de uma coisa que a gente sabe, o custo do terreno inviabiliza. Se você cria uma assessoria para by passar este problema você está criando elefantes brancos e prejudicando milhares de pessoas que comprariam uma casa e iriam morar sem condições de habitabilidade, porque a água é precária, energia é precária, não tem creche, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem nada. Tem prestação baixa, mas tem péssimas condições de moradia. Eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela qualidade do seu discurso e oferecer a modesta desta minha contribuição ao seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Agripino. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> trou-

ainda mais substância ao discurso e, sobretudo, no que diz respeito às providências. A sugestão de se convocar o Ministério Público para investigar esse fato, eu considero essencial.

O Senador Aloysio já adotou uma providência de remeter ao Tribunal de Contas uma solicitação de auditoria. Nós estamos protocolando requerimento para ouvir, no Senado, na CAE, o Ministro das Cidades, e V. Ex<sup>a</sup> sugere o encaminhamento ao Ministério Público, para instauração de procedimentos de investigação. É essencial.

Quem vai, como eu fui no sábado, visitar famílias pobres, desencantadas com o que estão vivendo... Eu vi lá uma senhora de idade limpando a sua casa, com os seus objetos do lado de fora, e ela arrastando a lama de dentro de casa para fora. São casas recentemente entregues, casas novas ainda, portanto construídas sem a necessária qualidade técnica para oferecer segurança aos seus ocupantes.

(Soa a campainha.)

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Isso tem que ser verificado. Por isso, o Ministro deve vir. Nós entendemos que tem que haver uma relação de maior eficiência entre o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e as prefeituras municipais, para que fatos como esse não se repitam.

E em relação à questão ética, sobretudo. O roubo deve revoltar em qualquer circunstância, mas certamente revolta mais quando compromete a qualidade de vida de pessoas menos aquinhoadas pela sorte, os menos favorecidos, aqueles que dependem do dinheiro público para a obtenção de uma moradia digna. Esse sonho fica comprometido pelo apetite de enriquecimento ilícito de pessoas que, à sombra do poder, lançam mão de todos os expedientes para roubar o Erário. São assaltantes do dinheiro público. E esses que ocupam cargos públicos, afastando-se deles ou não para roubar, são os execráveis chupins da República, que devem ser combatidos todos os dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino, do Democratas.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna nesta tarde de segunda-feira para fazer – o que faço prazerosamente – o registro de um fato ocorrido ontem, domingo, na capital do meu Estado, da maior importância e que não poderia deixar de ser lembrado, até porque acabamos de votar no Senado a medida provisória que, contra o nosso voto, estabeleceu 8 anos de idade como a idade para a execução, por parte do Governo Federal, da tarefa

de alfabetização de crianças. Nós éramos favoráveis, votamos, apresentamos uma emenda no sentido de que se completasse aos seis anos e justificamos.

Até me lembro de que, no encaminhamento da proposição que fiz, relatei experiências vividas por mim e pelo meu Partido. Por mim, no caso, quando fui prefeito em Natal e quando conheci uma figura que, ontem, comemorou os 40 anos do primeiro jardim de infância, o Jardim de Infância Pinóquio, que ele, como sacerdote, instalou na capital do meu Estado. Estou me referindo ao Padre Tiago Theisen.

Senador Jarbas Vasconcelos, ele é um padre belga, que eu conheci e é meu amigo, já está com a idade avançada, mas muito lúcido. Ainda hoje falei com ele. Não pude ir ao aniversário, no Bairro Igapó, mas fiz questão de falar com ele hoje. Numa festa campal, ele foi homenageado, seguramente de forma voluntária, pela população da Zona Norte de Natal, pelos feitos daquele meu amigo – orgulho-me de ser amigo do Padre Tiago – no campo da educação da pré-infância.

No domingo, comemoraram-se 45 anos de presença dele no Brasil, 57 anos de sacerdócio – porque ele está há 45 anos no Brasil, mas já era padre, na Bélgica, havia 12 anos – e 40 anos da construção do primeiro dos 33 jardins de infância feitos por ele, como padre, com ajuda ou sem ajuda do Poder Público, mantidos por ele, com ajuda ou sem ajuda do Poder Público, e que, ao longo desses anos todos, desses 40 anos, cuidou da alfabetização, na mais tenra idade, de 37 mil crianças.

Presidente Mozarildo Cavalcanti, conversando com ele – comecei a perguntar, porque ele é muito modesto e não se vangloria de nada do que fez ou do que faz – perguntei-lhe se ele tinha exemplos desses 37 mil alunos, dessas 37 mil crianças que passaram pelos 33 jardins de infância que ele construiu. O primeiro foi o Pinóquio, inaugurado 40 anos atrás. Eu perguntei se ele tinha exemplos de pessoas que tivessem saído daqueles jardins de infância e tivessem vencido na vida. Ele me disse modestamente: “Tenho muitos exemplos. Agora mesmo esteve comigo um dos meus ex-alunos que hoje é doutor na Universidade de Chicago em Física Quântica”. Imagine só, sair da periferia de Natal, de um jardim de infância filantrópico, para hoje estar em Chicago, na Universidade de Chicago, doutor, professor de Física Quântica. Isso para citar um em dezenas ou centenas de exemplos. Isso para mostrar como é importante a atuação da educação quando a criança tem dois, três, quatro anos de idade e está com os neurônios se formando.

O meu Estado deve muito ao Padre Tiago Theisen, muito. E eu aqui uso a tribuna para prestar a minha homenagem.

Quando fui prefeito de Natal, em 1979, quando assumi a prefeitura e disse que queria – eu saí da iniciativa privada e assumi a prefeitura sem conhecer um processo de serviço público; eu era construtor, nunca tinha assinado um processo “instrua-se”, “execute-se”; para mim, tudo aquilo era novidade – eu disse que queria fazer daquela casa, da prefeitura, do Palácio Felipe Camarão, a casa do pobre, a casa do povo, especialmente a casa do pobre. E fui me abrigar no casarão do Padre Tiago, na Avenida Bom Pastor, para pedir o aconselhamento da sua experiência, para ver como chegar, usando os poucos recursos públicos da prefeitura, como chegar, bem, eficientemente, aos mais pobres, para fazer do dinheiro do povo, do dinheiro público da prefeitura um instrumento de melhoria de qualidade de vida para as pessoas. E ele me ensinou muito.

Os conjuntos Promorar, os primeiros conjuntos. Lembro-me bem. O primeiro Promorar do Brasil, que era uma política habitacional nova, com a prestação equivalente ao preço de uma carteira de cigarros, Senador Paulo Paim, a prestação era o preço – eu me lembro bem – era o preço de uma carteira de cigarros; as primeiras casas do Promorar, eu fiz no local onde o Padre Tiago me levou a pé para conhecer, a maior ferida da cidade de Natal.

Foi com esse homem que eu conheci as grandes agruras da cidade, porque ele dava o exemplo da sua abnegação.

De modo que, nesta oportunidade, quero fazer o registro, com muita alegria, do aniversário de Padre Tiago, dos 40 anos de sua presença no Brasil, em Natal, na minha capital; dos 40 anos de inauguração do primeiro jardim de infância; dos 45 anos de sua presença no Brasil. E, de todos os feitos que ele pôde, com ajuda ou sem ajuda, mas eu pessoalmente ajudei muito, como prefeito e governador, mas ele quem tinha, ele é quem é o detentor do mérito maior, porque era ele quem assumia os riscos de construir e de colocar em funcionamento.

Ao padre Tiago Theisen o meu registro e as minhas homenagens em nome do povo do Rio Grande do Norte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a palavra, por permuta com o Senador Paulo Paim, o Senador Jarbas Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (Bloco/PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, para trazer ao conhecimento de meus pares e da sociedade brasileira proposta de emenda à Constituição que apresentei, no

último dia 9, a esta Casa, que pretende resolver mais um problema envolvendo o Legislativo.

Como é de conhecimento público, o Congresso Nacional está às portas de um provável tensionamento com o Supremo Tribunal Federal, em decorrência da iminente finalização da Ação Penal nº 470, a chamada ação penal dos mensaleiros, que trata do julgamento dos mensaleiros do PT e de outros partidos, denunciados por improbidade administrativa praticada durante o governo do ex-Presidente Lula.

Ainda que esteja pendente a publicação do Acórdão, aguardado para os próximos dias, e ainda que haja a expectativa de recursos por parte da defesa dos réus, na eventualidade da confirmação das penas de prisão de alguns deles, como os Deputados José Genoíno e João Paulo Cunha, do Partido dos Trabalhadores, à Câmara dos Deputados não restará outra opção que não seja obedecer à decisão daquela Corte, declarando a perda de seus mandatos, uma vez que é incompatível o exercício de mandato parlamentar por alguém condenado à pena de privação de liberdade.

Com interpretações divergentes do texto da Constituição Federal, os dois órgãos se declaram titular da competência de decidir sobre a perda dos mandatos dos Deputados condenados. O imbróglio envolvendo o Congresso Nacional em especial a Câmara dos Deputados e o Supremo, tomou os noticiários com declarações de Ministros e Deputados, mas, até agora, não se chegou a um entendimento. Estamos na condição de espectadores e sabemos que, se não houver sabedoria por parte do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, esse desfecho poderá causar uma rusga desnecessária com o Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, Sr. Presidente, não podemos ficar assistindo passivamente a posicionamentos como aquele do ex-Presidente daquela Casa, Deputado Marco Maia, que, logo após o julgamento do mensalão, insistia que o Plenário deveria ter a palavra final a respeito do mandato dos condenados na Ação Penal nº 470. Não é possível que haja interpretação diferente da expressada pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou que os réus condenados perdessem, também, os seus mandatos parlamentares.

Apesar disso, vez ou outra, vemos pessoas públicas insistindo na tese de que o Plenário é soberano, quando se trata de perda de mandatos, ainda que haja sentença transitada em julgado.

Por essa razão, para evitar que a celeuma se prolongue por mais tempo e por considerar que o decoro requerido de um parlamentar não pode conviver com a comprovada falta de ética e probidade no trato da coisa pública, a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2013, que apresentei com o apoio de mais

de 27 Senadores, acrescenta os §§ 3º-A e 3º-B ao art. 55 da Constituição Federal, prevendo que: “A perda do mandato será automática (...) quando a perda dos direitos resultar de condenação por improbidade administrativa ou da prática de crime contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado”. Prevê, ainda, que: “(...) a Mesa da respectiva Casa Legislativa limitar-se-á a declarar a perda do mandato”.

Ou seja, caso aprovada a proposta que ora fazemos, acabam as controvérsias e as ações corporativas que se queiram tomar a respeito da perda de mandato de parlamentares condenados por crime de apropriação indevida do patrimônio público.

Prefiro acreditar que o atual Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Henrique Eduardo Alves, evitará consequências desastrosas de atitudes mal pensadas e manterá sua intenção de não rever as decisões do Supremo Tribunal Federal, diferente do seu antecessor, que cogitou, inclusive, abrigar os mensaleiros nas dependências daquela Casa, caso houvesse a decretação de prisão dos mesmos durante o último recesso parlamentar, agora bem recente.

Mas não podemos ignorar que, apesar da postura do Presidente Henrique Eduardo Alves, certamente haverá pressões dos grupos partidários, cujos correligionários estejam incluídos entre os réus passíveis de prisão, para que o assunto seja decidido pelo Plenário, o que acarretaria não apenas desobediência a uma sentença exarada pela mais alta Corte judiciária do País, mas, sobretudo, a clara intenção de postergar o cumprimento da mesma. Porém, não podemos, Sr. Presidente, ficar à mercê de decisões fundamentadas no fisiologismo e clientelismo que coadunam com o malfeito, que passam a mão na cabeça de quem “meteu a mão no pote”, apenas para privilegiar aliados.

Dessa forma, acredito que não podemos nos omitir de esclarecer a matéria na Constituição Federal, para que, em episódios semelhantes que possam vir a acontecer no futuro, não seja possível haver mais qualquer tipo de dúvidas sobre esse assunto. Uma vez que a Carta Magna deste País estabeleça, claramente, que a Mesa se limitará a declarar a perda do mandato – uma mera formalidade –, não haverá mais que se sustentar quaisquer outras interpretações estapafúrdias. Sentença judicial é para ser cumprida!

Assim, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, solicito o apoio dos nobres pares para, com a aprovação da PEC nº 18, de 2013, darmos um importantíssimo passo rumo à consolidação das instituições democráticas, jurídicas e, principalmente, da democracia brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, venho à tribuna para falar um pouco sobre a questão da desaposentadoria ou desaposentação, como alguns preferem.

Quero dizer que, com alegria, recebi, hoje, o livro do Mestre em Direito da USP, Dr. Marco Aurélio Serau Júnior, sobre a desaposentação – claro que não vou ler todo o livro aqui –, que diz, com muita clareza, que o instituto da desaposentadoria é um direito do cidadão brasileiro, não traz ônus nenhum para o governo, ao contrário do que estão dizendo aqueles que fazem projeções para daqui a 20 anos, daqui a 30 anos, daqui a 40 anos, daqui a 50 anos.

A grande verdade é que o instituto da desaposentadoria é tão singelo que as inverdades são ditas e fica a impressão de que são verdades. O cidadão se aposentou, voltou a trabalhar, voltou a contribuir e o que ele está pedindo é que essas novas contribuições que ele está pagando religiosamente para a Previdência entrem no cálculo do benefício, ou seja, ele está pedindo uma revisão do seu benefício baseado nas suas contribuições.

Muito mais grave seria se começássemos aqui a discutir a tal de desoneração da folha de pagamento, que nós nunca questionamos. Aí pode? São 10 bilhões, 15 bilhões, 20 bilhões... Esse, sim, daqui a alguns anos, porque já estão quase em 70 setores, vai chegar a 100 bilhões; e aí todo mundo se cala, não diz nada, acha que está tudo certinho, que a Previdência não é deficitária mesmo e que dá para desonerar 20% sobre a folha.

Eu não questiono a desoneração, mas tenho autoridade para isso. Por que não questiono? Sempre disse que a Previdência era superavitária e continua sendo, mesmo com a desoneração. Agora, não dá para querer que o pobre do trabalhador celetista, que está contribuindo todo mês para o seu benefício, não possa usar a sua contribuição para efeito de uma revisão do benefício. É uma poupança que ele está fazendo todo mês.

Então, não é que o governo terá de pagar, porque o governo não paga coisa nenhuma. A Previdência não é do governo; a Previdência é de quem contribui, e quem contribui para a Previdência são o empregado e o empregador. Agora, ter o direito unilateral de abrir mão de recursos, isso os governantes fazem, e nós nem questionamos. Contudo, na hora de falar em fim de fator, de reajuste real, não pode, vai dar problema.

Por isso, Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo editorial de domingo. Inclusive, eu dizia aqui à Senadora Ana Amélia que, como eu estava lá em Aracaju, Sergipe, participando de um congresso exatamente sobre a questão da Previdência, com o tema “a Previdência que queremos”, acabei lendo agora esse editorial muito bem fundamentado do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em resumo, aqui se diz que é uma questão de justiça. Quem contribuiu tem direito a receber o seu benefício devido aos cálculos atuariais, usando o próprio fator previdenciário, sem problema nenhum. O trabalhador não está pedindo nada, nada, nada, só está dizendo: “Paguei, calculem”. Se ele tem direito a receber um benefício maior, naturalmente que é dele.

Quero também cumprimentar aqui os autores de outro livro que recebi: a Drª Silmara Landucci, Dr. Cleber Verde, que é Deputado Federal, e Abel Magalhães. Esse livro fala também da desaposentação.

E permita, Sr. Presidente, que eu faça aqui também um comentário rápido. Está aqui o editorial do *Estadão*, um belo editorial, intitulado “Direito dos Aposentados”, publicação de domingo, que diz, inclusive, que, no STJ, a matéria é pacífica e vencida e que tem que se pagar, mesmo a desaposentadoria. Diz aqui que, no Supremo Tribunal Federal, tanto o antigo Relator, Ministro Ayres Brito, tinha o parecer favorável, como agora o Relator, Ministro Marco Aurélio, já deu o seu parecer favorável à desaposentadoria. Diz aqui, da forma como eu também já comentei, que é inaceitável que falem de cifras bilionárias que não existem. Diz aqui, com muita clareza, que, neste País, há dinheiro para tudo, só não há na hora de olhar para o trabalhador, principalmente o celetista, em cima do qual a Previdência é mais superavitária. Ainda, aqui também, em *O Estado de S. Paulo*, fala-se de uma decisão tomada lá no meu Estado, que também garantiu plenamente a desaposentadoria.

Quero também, Sr. Presidente, na mesma linha, apresentar aqui uma matéria publicada, neste dia 15, pelo *Jornal do Comércio*, do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

O que dizem os especialistas na matéria que eu estou aqui reproduzindo? “Desaposentadoria promove justiça, dizem especialistas”. Centrais sindicais afirmam que a revisão representa o direito de o trabalhador de se beneficiar com o recolhimento de contribuições, ou seja, de se beneficiar por aquilo que ele recolheu.

Pois diz:

Aprovada [sic] na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado [...], o projeto de lei que prevê a possibilidade de renúncia da aposenta-

doria para recálculo do benefício é visto como uma conquista por advogados [...] [sindicalistas, líderes] especializados em previdência [social] [...]. “Essa lei trará justiça social para os trabalhadores aposentados, porque o Estado, quando retirou o pecúlio (devolução da contribuição feita pelo aposentado), diz que quem voltou a trabalhar é obrigado a contribuir sem ter direito a [...] [nada]. Isso é inconcebível, porque é uma contribuição sem contrapartida”, avalia o advogado André Luiz Marques, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (IAP). [Diz ele:] “A partir do momento em que o cidadão aposentou-se e continuou trabalhando e, por força de lei, é obrigado a contribuir com a Previdência, é inaceitável e até inconstitucional que essas contribuições sirvam absolutamente para nada”, acrescenta [Dr.] Marques.

A opinião do advogado repercute no mesmo sentido entre sindicalistas. [Diz o sindicalista:] “A gente via essa impossibilidade de recalculcar o valor da aposentadoria como um grande castigo [quase que uma vingança contra aqueles que contribuem religiosamente. Ele diz:], porque se o trabalhador continua na ativa, é justo”, justifica o presidente da CUT/RS, Cláudir Antônio Nespolo. [Parabéns, Cláudir. E vem o outro que representa a força sindical:] “Nós vemos com grande alegria essa posição do Senado [da República], que tem tido encaminhamentos e decisões que são de interesse do povo e dos trabalhadores”, afirma o presidente da Força Sindical do Rio Grande do Sul, Cláudio Janta. Janta argumenta que a aposentadoria já sofre com reduções pelo fator previdenciário e que o recálculo do benefício para quem continua contribuindo com o sistema [é justo] “é um direito”.

A possibilidade de renúncia da aposentadoria já existe para os servidores públicos. [Justo.] O mecanismo, chamado de desaposentadoria ou desaposentação, permite a revisão no valor do benefício, reconsiderando o tempo total de contribuição no cálculo. “Esse argumento é um dos que os advogados utilizam na sua fundamentação ao requerer judicialmente essa desaposentadoria”, explica [o líder e também os juristas] [...].

Para o advogado especializado em Direito Previdenciário Décio Scaravaglioni “hoje em dia se paga a contribuição e ela não tem destinação alguma”. Scaravaglioni ressalta que a

*contribuição dos aposentados representa valores significativos para Previdência, já que, segundo ele, a maior parte dos aposentados que seguem contribuindo com o sistema é composta por profissionais que dão continuidade à carreira e que têm um vencimento maior.*

[Aí vem. Segundo o autor, Senador] Paulo Paim [...], esclarece que a possibilidade de revisão do benefício não é um favor. “O aposentado que contribui não está pedindo nada de graça. Ele está contribuindo”, [ele só quer que o que ele contribui seja usado para cálculo].

Há 24 mil ações judiciais requerendo a desaposentadoria, de acordo com levantamento da Procuradoria do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que resultariam [hoje] em 70 mil ações, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por conta dos recursos apresentados. Segundo o levantamento mais recente do INSS, de fevereiro de 2012, [eu tinha projetado 700 mil, o INSS fala em] [...] 703 mil aposentados contribuindo com o sistema. O advogado especialista em previdência Décio Scaravaglioni salienta que o número de aposentados com direito a requerer revisão pode passar de milhares de pessoas. “Qualquer aposentado que contribuiu por algum tempo, mesmo que não esteja [...] [trabalhando], tem direito a requerer um novo benefício [se assim lhe interessar] com base na contribuição adicional [que ele fez]. [...] [Assim], o número de pedidos vai superar [...] [com certeza muito mais do que se imagina].”

O Supremo Tribunal Federal (STF) avalia a procedência de uma dessas ações, com intuito de criar jurisprudência. A ação é coletiva e de autoria da auxiliar de farmácia aposentada Lúcia Costella (primeira ação neste sentido), que requer, juntamente com outras quatro aposentadas [lá do meu Rio Grande] do Grupo Hospitalar Conceição, o direito à renúncia ao benefício, garantido na década de 1990, para recálculo do valor, considerando contribuições feitas posteriormente. [Diz ela:] “Eu me aposentei [o salário despencou] e continuei trabalhando por seis ou sete anos” [...]. [Eu quero que esses sete anos sejam usados para o cálculo do benefício.]

Para o advogado de Lúcia, Cristiano Ferreira, a legislação favorece a tramitação do processo no STF, que já obteve parecer favorável do Ministro-Relator Marco Aurélio Mello. “Não é uma garantia de que os processos [...] já estão

ganhos], mas, [com certeza], [...] é um indício [...] [de que estamos avançando].

*Defensores do projeto rechaçam argumento contrário [...] [levantados por setores governistas.]*

*Segundo artigo publicado em outubro de 2011 pelo Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência, Rogério Nagamine Costanzi, a longo prazo, a desaposentadoria poderia gerar um déficit [...]. Os dados que subsidiam o estudo são de 2010.*

*Como autor, argumento que o projeto de lei foi estruturado em estudos e que esse argumento [de déficit não têm lógica], não faz sentido. “Como é que vai dar gasto se [...] [o trabalhador] está contribuindo? [...] [Quem não está contribuindo, não vai ter o direito à desaposentadoria; só quem estiver contribuindo.] Quanto mais o trabalhador ficar em atividade, mais ele vai contribuir. [E é claro que ele vai alcançando o que eu chamo de marco zero do próprio fator previdenciário. Assim, ele terá direito à aposentadoria integral.]*

*“Falam que vai trazer um custo, um rombo para o INSS, mas isso não é representativo”, diz o advogado André Luiz Marques. “Não tem que se falar em rombo da Previdência por conta disso. O sistema de segurança não é feito para ter superávit [somente] e, muito menos, déficit. Você não pode aceitar uma contribuição sem ter a contrapartida do benefício”.*

*Entre as centrais sindicais prevalece a mesma lógica. “Essa é uma conversa pouco séria [...], [dizem os dirigentes sindicais]. “A Previdência, se você somar a contribuição dos empresários e dos trabalhadores da iniciativa privada, é superavitária, sustentável a médio e longo prazo”, pontua Cláudir Antônio Nespolo, Presidente da CUT/RS, dizendo que o problema é de gestão [palavra do líder máximo da CUT no meu Estado, endossada pela CUT nacional.]*

*“Os constituintes brasileiros destinaram à população benefícios justos, com o auxílio para crianças deficientes e aposentadoria ao trabalhador rural, só que tudo sai da contribuição dos assalariados da iniciativa privada e da contribuição empresarial. O Governo, no decorrer dos anos, não cumpriu a sua parte [...], [não fez o seu repasse e ainda se deu o direito de, recentemente, desoneras a folha em 20% Aí, sim, pode chegar a R\$100 bilhões.]*

Sr. Presidente, circula que vai haver um recurso para que o projeto, aprovado por unanimidade, em

dois turnos, na Comissão de Assuntos Sociais, possa vir a plenário.

Olha, no meu currículo, essa maldade não vai constar. O Senador ou Senadora que quiser pode assinar esse documento, não deixando nem que o projeto vá para a Câmara, para o debate lá, como haviam me dito: "Paim, o projeto vai ser votado aqui e, depois, vai para a Câmara, e o debate continuará lá." Quem quiser registrar no currículo que botou o seu nome num processinho desqualificado como esse, que rompe inclusive o acordo, que bote, mas assuma a sua responsabilidade quando, lá na frente, a população cobrar e dizer: "Muito bem, Senador. O projeto havia sido aprovado por unanimidade, e você foi um dos oito, nove, dez ou onze, que o jogou para o Plenário para não deixar votar".

Se quiserem jogar para o Plenário, joguem. Jogue para o Plenário, mas vamos votar aqui, vamos ver qual é o Senador ou a Senadora que vai votar contra o projeto. Aqui, votinho no painel, mas não esta malandragem de jogar para o Plenário, meter uma emendazinha, jogar para uma comissão, jogar para outra, escondendo-se para não assumir as suas responsabilidades.

O Senador que quiser botar o nomezinho dele nesse recursozinho aí, para mim sem-vergonha, porque desrespeita o acordo... Foi feito um acordo de que, aqui no Senado, a matéria seria votada – e foi votada –, iria para a Câmara, e o debate continuaria lá. Quem quiser botar o nomezinho ali que bote, mas pode saber que está rompendo o acordo firmado.

Senador Mozarildo, o projeto foi votado em dois turnos, por unanimidade, e não houve uma voz contra, não houve um voto contra, porque sabem que é justo. Agora, dizerem que vão fazer recurso para o Plenário só para ir enrolando, enrolando, e a matéria não ser votada não é correto. Então, tivessem me dito, lá na Comissão: "Olha, Paim, vamos votar, mas vai haver recurso." Não me disseram!

É o caso do Estatuto da Juventude. Garantiram-me que vai ser votado amanhã. Eu espero que votem. Eu sempre digo que eu cumpro a palavra dada. Quando eu disse aqui que votaria nesta ou naquela situação, daquela forma, eu sempre cumprir a minha parte. Eu espero que não haja Senador colocando, no seu currículo, na sua história, um momento como esse em que o fator não foi votado, o reajuste real para o aposentado não foi votado, a questão do Aerius não foi resolvida. E não aceitar sequer que o cidadão possa pedir o recálculo do seu benefício, com base nas suas contribuições, sinceramente, é muita maldade. É maldade, e eu vou dizer, é mais do que maldade, é meio que uma covardia. É meio que uma covardia, sim,

porque se não for covardia, vamos para o voto aqui. Pronto! Daí eu retiro o que eu disse. Vamos votar, e, se derrubarem nós todos aqui que, no meu entendimento, pensamos diferente, derrubaram. Agora, começar a lançar notinhas para a imprensa de que vamos obstruir, não vamos deixar votar, e patati-patatá, há coisa com coisa nisso aí.

Eu quero me basear nos argumentos que estão sendo colocados por toda a sociedade. Eu vejo alguns dizendo na imprensa, Senador Mozarildo: "Não! Se tiver a desaposentadoria para o trabalhador, para ele poder fazer o recálculo para ter um benefício maior, quem vai pagar é a sociedade". Só que esse malandro que diz isso – eu queria que ele dissesse isso também, quando eu desonero a folha em 20% para zero por cento e 1% – não vai dizer isso para a televisão e nem para o jornal. Vá lá e diga também quem é que vai pagar a conta, quando o empregador deixa de pagar os 20%. Eu não questiono porque eu digo que é possível, como é possível também acabar com o fator, como é possível dar o aumento real para o aposentado, como é possível, sim, que o aposentado que voltou a trabalhar possa contar esse tempo para atualizar o seu benefício.

Eu acho que estou sendo coerente. Se eu estivesse aqui contra o instituto da desoneração, podiam me cobrar: "Não! O Paim só é favorável quando beneficia o trabalhador". Eu tenho sido coerente: pode-se desonerar a folha e pode-se também acabar com o fator, garantir o aumento real e, consequentemente também, a questão da desaposentadoria.

Senador Ataídes, um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, eu tenho dito, várias vezes, a V. Ex<sup>a</sup> que eu me sinto muito contente e muito feliz em saber que, nesta Casa, há um Senador com o seu calibre, com a sua sabedoria, que defende diuturnamente essa categoria tão sofrida, tão carente e tão desprotegida. A princípio, Senador Paim, eu quero dizer que eu sou solidário com a sua indignação. Eu o percebo, nos seus discursos, sempre tão sereno, e hoje o nobre Senador está um pouco alterado, mas alterado de fato e de direito, porque o que a gente escuta por aí de rumores de desfazer esse trabalho tão bonito que você fez, que é, Excelência, um direito do nosso aposentado de querer ou não continuar aposentado, e perceber esses rumores...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – A palavra é chave, me permita.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (PSDB – TO) – Claro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – O aparte é para elogiar V. Ex<sup>a</sup>. Nós estamos dando o direito ao aposentado. Ele só quer ter o direito de continuar ou não aposentado, e não querem deixar. Agora, para

o Executivo, o Legislativo e o Judiciário pode. É bom lembrar. Eu, a qualquer momento, posso renunciar a minha aposentadoria e optar por uma melhor. Agora, o celetista, não querem deixar.

**O Sr. Ataídes Oliveira (PSDB – TO)** – Senador, isso é uma barbaridade! Eu, mais uma vez, quero aqui dizer que sou solidário. Esses colegas nossos, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, que assinarem esse papelzinho não são dignos de representarem esta Nação, porque esta causa é muito justa, com toda vénia. Eles não são justos para representarem esta sociedade. Presidente Paim, eu conheço um pouquinho da história da Previdência Social no Brasil. Percebo aqui o seguinte: falando dos trabalhadores urbanos, em 2012, eu sempre disse que a Previdência era superavitária. Eu sempre disse, ao longo dos anos. Em 2012, a Previdência arrecadou quase R\$278 bilhões. Pagou, em benefícios, R\$252 bilhões e teve um superávit, com o trabalhador urbano, de R\$25 bilhões, como V. Ex<sup>a</sup>, há poucos dias, colocou desta tribuna. Espere aí! Esse trabalhador urbano teve um superávit de R\$25 bilhões? Que Previdência deficitária é essa? Por que tirar esse direito do aposentado de querer se desaposentar e, depois, continuar trabalhando? Por que tirar esse direito, sendo que há esse superávit de R\$25 bilhões? Isso é um crime. Se isso acontecer nesta Casa, será mais uma decepção para mim, Senador Paim. Quanto ao trabalhador rural, lembro, como se fosse hoje, quando se criou o famoso Funrural. Que coisa maravilhosa a criação do Funrural! O coitado, o pobre do trabalhador rural – e eu vim de lá com minha família, abandonei meus pais aos 11 anos e fui para a cidade –, que não tinha direito a absolutamente nada, nem mesmo a comida, quando pintou o Funrural, ele passou a ter um salário mínimo como renda. Mais do que justo, Senador Paim – e V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem o que estou dizendo. Mais do que justo. Hoje os números dos trabalhadores rurais são os seguintes: arrecadou em 2012 – se eu estiver errado, depois me corrija, Senador – quase R\$6 bilhões e pagou, com esses trabalhadores rurais, R\$73 bilhões. Houve um déficit de R\$52 bilhões. Aqui, agora, está a questão, Senador. Eu me lembro, repito como se fosse hoje: aquele trabalhador que puxava a enxada dia e noite, sol e chuva, ele era realmente merecedor, um salário mínimo. Só que essa história do Funrural, naquela época, virou festa. O que tem de milhões e milhões e milhões de aposentadorias de trabalhadores, consideradas rurais, fraudulentas neste País é enorme. Este buraco hoje, que se joga em cima desse trabalhador...

(Soa a campainha.)

**O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO)** – ... que trabalhou com a enxada e a foice, ele não merece

isso. Foi o trabalhador, foi o aproveitador, foi o malandro urbano – porque bastava pegar uma declaração de um fazendeiro ou de um chacareiro, ir ao Funrural e ter a sua aposentadoria. Esse é o grande buraco do Funrural, o golpe do trabalhador rural. Não é esse lavrador, esse trabalhador rural o culpado; o culpado aqui desta diferença, desse déficit do trabalhador rural chama-se fraude. Pois bem, Senador. Eu queria colocar também o seguinte: a história da CLPS – Consolidação da Lei da Previdência Social, que o cidadão pagava, então, sobre até 20 salários mínimos. V. Ex<sup>a</sup> se lembra muito bem desta época. Trabalhava e pagava rigorosamente; aquilo fazia uma falta tremenda no salário daquele trabalhador. Aposentou-se, na intenção de que fosse viver uma vida, como todos os demais, viver uma vida sossegada no futuro. Mas, a falta de correção nessas aposentadorias, determinada por essa Consolidação da Lei da Previdência Social, foi comendo essas aposentadorias. Eu não me esqueço de que quem ganhava 20 salários chegou a ganhar um salário, um salário e meio. Na Constituição de 1988, o Governo não viu outra saída senão fazer uma ligeira correção nessas aposentadorias, e corrigiu, então, em 80%. Mas o Governo só tomou essa decisão porque havia milhares e milhares de processos de aposentados, de associações, contra a Previdência Social. Mas a correção simplesmente foi um melzinho na chupeta, de nada valeu. Esses trabalhadores que ganhavam 20, hoje continuam ganhando 2, 3 ou 4 salários. Agora ainda vem uma história que aconteceu nesta Casa, há pouco tempo, que é o fator previdenciário, que temos que derrubar. Esse é outro crime que se cometeu nesta Casa, e temos que derrubar esse fator previdenciário. É interessante, Senador, para terminar, e tenho outra preocupação muito grande: a Previdência Social, em 1998, para se eximir – imagino eu – de algumas responsabilidades com os aposentados, criou os famosos RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, que é uma preocupação enorme. Vejo que essa bomba vai explodir a curto ou médio prazo. Por que ela vai explodir? Porque jogou para cima dos Municípios e Estados a responsabilidade de arrecadar e administrar o dinheiro do recolhimento dessas aposentadorias. Percebo, Senador Paim, que alguns Municípios e Estados estão administrando essa verba com responsabilidade, mas muitos, muitos estão utilizando de toda essa verba arrecadada desses contribuintes, inclusive, aplicando erradamente esses recursos. Vejo que daqui a 10 ou 15 anos, na hora que fizerem fila nesses Municípios, nesses Estados, para requererem essas aposentadorias e se esses órgãos não tiverem dinheiro em caixa será uma bomba que explodirá no colo do Governo Federal. Para encerrar, Senador Paim, quero dizer o seguinte, mais uma vez,

que sou solidário e quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por estar sempre nessa luta, até certo ponto desigual – percebo isso – mas com êxito. Quero ser solidário sempre a V. Ex<sup>a</sup> dizendo que o problema da Previdência Social, além das fraudes, é de gestão. Mais nada. Se eu tivesse condições, eu compraria a Previdência Social para mim. É porque não tenho condições financeiras. O problema é fraude e má gestão. Muito obrigado Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Obrigado pelo apoio, Senador Ataídes. Eu pediria ao nobre Presidente, para que eu possa concluir o meu pronunciamento, que me desse cinco muitos a mais. Agradeço muito.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero registrar também que eu não estava no Rio Grande do Sul quando a Presidenta Dilma esteve lá, acompanhada da Ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ministra Maria do Rosário e do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. Essa foi a 14<sup>a</sup> visita da Presidente ao Rio Grande. E a agenda foi muito positiva. A Presidenta foi muito aplaudida na Formatura de 2.223 alunos do Programa Nacional do Ensino Técnico (Pronatec), destinado a qualificar jovens do Ensino Médio, a maioria mulheres.

Das 384 mil matrículas do Pronatec Brasil Sem Miséria em todo o país, quase 60 mil foram feitas no Rio Grande.

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece, em todo o País, 448 cursos em diferentes áreas, com duração mínima de 160 horas, destinados a pessoas com mais de 16 anos.

Além do material escolar e didático, os alunos recebem alimentação e verba para transporte. O programa, coordenado pelo MDS e pelo Ministério da Educação, está indo bem.

Destaco que a estudante Adelina Fátima apresentou um juramento em nome de todos os formandos. Ela disse: "Prometo valorizar a oportunidade que tive, aplicar os ensinamentos que recebi, exercer com zelo e empenho minha nova atividade profissional".

E acrescentou no juramento:

*Prometo vivenciar o presente com os olhos no futuro e continuar a crescer, aprendendo sempre mais. Prometo ser um exemplo para minha família e para todos que me cercam, para que acreditem que as oportunidades existem e que sempre é possível mudar.*

Todos sabem – e, Senador Ataídes, dirijo-me mais uma vez a V. Ex<sup>a</sup> – que eu sou oriundo do Senai. Por isso, eu tenho um amor enorme pelo ensino técnico e

vejo, com alegria, que milhares e milhares de jovens, em todo o Brasil, estão se dedicando à formação técnica.

Cumprimento a Presidenta Dilma, que, nesse dia, avalizou o complemento que o Governo Tarso Genro fará àqueles beneficiados pelo Bolsa-Família, com crianças na faixa de zero aos seis anos. O investimento do Estado será de R\$80 milhões até março de 2014. Cumprimento o Governador Tarso Genro, por esse complemento ao Bolsa-Família, que vai contemplar as nossas crianças.

A Presidenta esteve também no Cais do Porto, onde falou sobre a infraestrutura, entregou 25 ônibus escolares, 80 retroescavadeiras, 40 motoniveladoras, atendendo em torno de 70 Municípios.

Disse a Presidenta: "Nosso País precisa ser competitivo. Seremos competitivos se tivermos uma infraestrutura forte. Rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos são fundamentais. Sem eles, o Brasil não compete internacionalmente como deve, nem aproveita as oportunidades".

A região metropolitana da Capital gaúcha receberá duas das três obras: ainda em construção: BR-448, desafogando o trânsito da BR-116, e ganhará ainda a extensão até Estância Velha; com a mesma intenção, a BR-116 entre a Capital e Novo Hamburgo passará também por obras. A maior, de 235km, será a construção da BR-392 entre Santa Maria e Santo Ângelo.

Cumprimentamos a Presidência e o Governador Tasso, todos os que acompanharam a comitiva, porque Dilma Rousseff, com esse investimento, ultrapassou a casa de R\$2,4 bilhões destinados ao nosso Estado.

Por fim, Sr. Presidente, quero só que V. Ex<sup>a</sup> considere na íntegra os meus pronunciamentos e também uma carta que recebi, via e-mail, no congresso em que estive agora em Aracaju, promovido pelos aposentados e pensionistas, liderados pela Cobap. Trata-se de uma carta escrita pelo Sr. Valter Almeida, aposentado de Recife, onde ele fala das suas preocupações com a situação dos aposentados e pensionistas no País.

Aqui, na carta, ele diz:

*O fato, Sr. Senador Paulo Paim, é que sinto no ar um silêncio macabro e até fúnebre em respeito à solução que resolva o problema dos aposentados que ganham acima do salário mínimo. Vejo com preocupação que os projetos, na maioria de V. Ex<sup>a</sup>, que foram aprovados aqui no Senado, estão engavetados na Câmara.*

Ao longo da carta, faz um apelo para que o Senado pressione a Câmara, no bom sentido, para que vote os projetos. A esperança dos aposentados está depositada nesses projetos. Faz um apelo a todas as centrais sindicais, federações e confederações que

entendam que o assalariado de hoje é o aposentado de amanhã. Por isso, tem que haver uma grande caravana, uma grande cruzada, em nível nacional, unindo trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, para que a Câmara vote os projetos que o Senado já votou. E ele também diz que tem certeza de que o Senado, como tem feito, não deixará mal o Brasil.

O Senado vai aprovar, sim, como já o fizeram as comissões, o instituto da desaposentadoria, para que a Câmara, então, junto com o fim do fator previdenciário, com o reajuste real, com o aumento real, com a reposição de perdas, também possa votar o Estatuto da Pessoa com Deficiência e também o instituto da desaposentadoria.

Sr. Presidente, não vou ler toda a carta, que vai a detalhes, mas quero cumprimentar o Sr. Valter Almeida, que, com muita competência, escreve uma bela carta. Ele dá, em seguida, uma sugestão.

(Soa a campainha.)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ele mesmo diz na carta para mim: “Eu estou dizendo que vocês têm que pressionar a Câmara para votar os projetos que o Senado votou.” E ele diz: “Mas como é que vocês vão fazer isso?” Daí, ele propõe: “Vocês votam os projetos da Câmara. Passem a não votar também os projetos que a Câmara manda para o Senado, enquanto eles não votarem os projetos que vocês mandam do Senado para a Câmara.”

Cumprimento, pela inteligência e pela capacidade, o Sr. Valter Almeida, Sr. Presidente. Ele disse, na sua carta, com muita competência:

*Senador, há algumas coisas que estão escritas aí que eu sei que o senhor não poderá ler da tribuna. Não há problema, não precisa ler, mas leia e saiba que é isso que a maioria dos aposentados e pensionistas pensa da realidade, principalmente de a Câmara não votar [...]*

Senador Renan Calheiros, estou comentando uma carta que recebi.

Ele elogia muito o Senado e diz que, aqui, estamos cumprindo o dever de casa. Mas ele diz: “Por que a Câmara não vota?” Todos os projetos que já votamos aqui precisam ser votados lá.

(Soa a campainha.)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Aí ele dá uma sugestão – é claro que é uma sugestão –, para que a gente pressione politicamente, para que a Câmara acompanhe a mesma posição do Senado.

É claro que não é V. Ex<sup>a</sup> que vai fazer isso. Isso tem que ser feito por um movimento social, em conversa com os líderes de todos os partidos, para que a Câmara vote o fim do fator e a desaposentadoria, ma-

téria que, tenho certeza, vai para a Câmara. O Senado vai cumprir sua parte, como a cumpriu nas comissões, votando em dois turnos por unanimidade.

O acordo foi firmado comigo, Sr. Presidente. Quero aqui terminar. Foi dito o seguinte: “Paim, vai votar no Senado, e o debate continua na Câmara”. Eu espero que aconteça isso. Isto me foi dito: “Vai ser votado no Senado, e o debate continua na Câmara”. Mas só estou cobrando que volte para lá! Ele não termina aqui. Daqui, ele vai para lá.

Por isso, estou pedindo isto aos Senadores: não é preciso fazer o recurso. É terminativo, vai para lá e volta para cá de novo. Nós vamos dar a última palavra no momento adequado.

(Soa a campainha.)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup>s Senadoras.

Peço que considere na íntegra, inclusive, a carta do meu amigo, que somente comentei.

#### SEGUEM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, “Direito dos aposentados”....

O projeto de lei que assegura aos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que voltaram a trabalhar o direito de renunciar aos benefícios para requerer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o recálculo da nova aposentadoria, com a incorporação do período adicional de contribuição, repara uma injustiça e deve reduzir substancialmente a quantidade de ações abertas na Justiça por segurados que reivindicam esse direito.

Apresentado em 2010 pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto que permite a renúncia à aposentadoria para recálculo do valor do benefício foi aprovado, na forma do substitutivo do senador Paulo Davim (PV-RN), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado em caráter terminativo.

Se não houver recurso para votação em plenário, seguirá para a Câmara.

O projeto cria a figura da “desaposentadoria”. Com ela, os aposentados do INSS que voltaram a trabalhar com registro em carteira poderão se beneficiar da contribuição previdenciária que são obrigados a recolher, mas que, pela legislação atualmente em vigor, não lhes rende mais nada. Ou seja, o projeto restabelece o verdadeiro significado da contribuição previdenciária, que é um recolhimento que o segurado do RGPSS faz durante sua fase ativa com o objetivo de assegurar uma renda durante o período de inatividade.

Como a legislação não prevê a possibilidade de renúncia ao benefício, o INSS rejeita todos os pedidos de desaposentadoria apresentados por beneficiários que querem solicitar nova aposentadoria, a qual levará em conta o tempo adicional de contribuição, a idade do trabalhador e sua expectativa de vida no momento da solicitação, elevando o valor do benefício.

Muitos aposentados que voltaram a trabalhar - estima-se que haja de 500 mil a 700 mil pessoas nessa situação - tiveram de recorrer à Justiça para obter esse direito.

Estão nesse caso segurados que começaram a recolher a contribuição cedo, e, por isso, se aposentaram quando eram relativamente jovens, e os que optaram pela aposentadoria proporcional, mas continuaram trabalhando.

O governo estima que haja, no momento, 24 mil processos com pedido de reconhecimento do direito à desaposentadoria. Alguns já chegaram ao STJ.

O grande número de processos dessa natureza levou o STF a escolher, em 2011, um dos recursos que chegaram até lá para ter efeito de repercussão geral, isto é, para que sua decisão seja seguida por todas as instâncias do Judiciário.

Mas ainda não há data para o julgamento, pois o relator do processo era o ministro Ayres Britto, que se aposentou.

Em recurso apresentado por aposentados do Rio Grande do Sul em 2010, o ministro relator, Marco Aurélio Mello, votou a favor do recálculo do benefício quando o aposentado volta a contribuir, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista.

Sempre que derrotado em ações desse tipo – o que acontece na grande maioria dos casos –, o INSS tem exigido dos segurados a restituição dos valores recebidos enquanto ele esteve aposentado.

Para o relator do projeto, senador Paulo Davim, isso é “inadmissível”, pois, a seu ver, o segurado “fez jus aos proventos decorrentes do benefício da aposentadoria”.

Por isso, em seu substitutivo, incluiu um parágrafo estabelecendo que a renúncia à aposentadoria “não implica devolução dos valores percebidos enquanto esteve aposentado”.

O governo, como sempre age em casos como esses, já apresenta cálculos bilionários. Em 20 anos, a desaposentadoria poderá custar de R\$ 50 bilhões a R\$ 70 bilhões, segundo suas estimativas.

Qualquer que seja o custo, porém, o projeto apenas restabelece o direito do segurado ao benefício proporcional ao valor e ao tempo de contribuição.

Mesmo assim, o governo quer barrar o projeto ainda no Senado, alegando que não há dinheiro.

Mas ele existe, por exemplo, para pagar a aposentadoria da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, como servidora do Senado – onde foi admitida sem concurso público – com benefício vitalício de R\$ 20,9 mil, que se somará aos R\$ 15,4 mil que receberá de aposentadoria como governadora”.

Era o que tinha a dizer.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# ESTADÃO

## /Opinião

Direito dos aposentados

14 de abril de 2013 | 2h 14

O Estado de São Paulo

O projeto de lei que assegura aos aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que voltaram a trabalhar o direito de renunciar aos benefícios para requerer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o recálculo da nova aposentadoria, com a incorporação do período adicional de contribuição, repara uma injustiça e deve reduzir substancialmente a quantidade de ações abertas na Justiça por segurados que reivindicam esse direito.

Apresentado em 2010 pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto que permite a renúncia à aposentadoria para recálculo do valor do benefício foi aprovado, na forma do substitutivo do senador Paulo Davim (PV-RN), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado em caráter terminativo. Se não houver recurso para votação em plenário, seguirá para a Câmara.

O projeto cria a figura da "desaposentadoria". Com ela, os aposentados do INSS que voltaram a trabalhar com registro em carteira poderão se beneficiar da contribuição previdenciária que são obrigados a recolher, mas que, pela legislação atualmente em vigor, não lhes rende mais nada. Ou seja, o projeto restabelece o verdadeiro significado da contribuição previdenciária, que é um recolhimento que o segurado do RGPS faz durante sua fase ativa com o objetivo de assegurar uma renda durante o período de inatividade.

Como a legislação não prevê a possibilidade de renúncia ao benefício, o INSS rejeita todos os pedidos de desaposentadoria apresentados por beneficiários que querem solicitar nova aposentadoria, a qual levará em conta o tempo adicional de contribuição, a idade do trabalhador e sua expectativa de vida no momento da solicitação, elevando o valor do benefício.

Muitos aposentados que voltaram a trabalhar - estima-se que haja de 500 mil a 700 mil pessoas nessa situação - tiveram de recorrer à Justiça para obter esse direito. Estão nesse caso segurados que começaram a recolher a contribuição cedo, e, por isso, se aposentaram quando eram relativamente jovens, e os que optaram pela aposentadoria proporcional, mas continuaram trabalhando. O governo estima que haja, no momento, 24 mil processos com pedido de reconhecimento do direito à desaposentadoria. Alguns já chegaram ao STJ.

O grande número de processos dessa natureza levou o STF a escolher, em 2011, um dos recursos que chegaram até lá para ter efeito de repercussão geral, isto é, para que sua decisão seja seguida por todas as instâncias do Judiciário. Mas ainda não há data para o julgamento, pois o relator do processo era o ministro Ayres Britto, que se aposentou.

Em recurso apresentado por aposentados do Rio Grande do Sul em 2010, o ministro relator, Marco Aurélio Mello, votou a favor do recálculo do benefício quando o aposentado volta a contribuir, mas o julgamento foi suspenso por um pedido de vista.

Sempre que derrotado em ações desse tipo - o que acontece na grande maioria dos casos -, o INSS tem exigido dos segurados a restituição dos valores recebidos enquanto ele esteve aposentado. Para o relator do projeto, senador Paulo Davim, isso é "inadmissível", pois, a seu ver, o segurado "fez jus aos proventos decorrentes do benefício da aposentadoria". Por isso, em seu substitutivo, incluiu um parágrafo estabelecendo que a renúncia à aposentadoria "não implica devolução dos valores percebidos enquanto esteve aposentado".

O governo, como sempre age em casos como esses, já apresenta cálculos bilionários. Em 20 anos, a desaposentadoria poderá custar de R\$ 50 bilhões a R\$ 70 bilhões, segundo suas estimativas. Qualquer que seja o custo, porém, o projeto apenas restabelece o direito do segurado ao benefício proporcional ao valor e ao tempo de contribuição. Mesmo assim, o governo quer barrar o projeto ainda no Senado, alegando que não há dinheiro.

Mas ele existe, por exemplo, para pagar a aposentadoria da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, como servidora do Senado - onde foi admitida sem concurso público - com benefício vitalício de R\$ 20,9 mil, que se somará aos R\$ 15,4 mil que receberá de aposentadoria como governadora.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, “Desaposentadoria promove justiça, dizem especialistas. Centrais sindicais afirmam que revisão representa o direito do trabalhador de se beneficiar do recolhimento de contribuições.

Aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o projeto de lei que prevê a possibilidade de renúncia da aposentadoria para recálculo do benefício é visto como uma conquista por advogados especializados em previdência e por sindicalistas.

“Essa lei trará justiça social para os trabalhadores aposentados, porque o Estado, quando retirou o pecúlio (devolução da contribuição feita pelo aposentado), diz que quem voltou a trabalhar é obrigado a contribuir sem ter direito a benefícios. Isso é inconcebível, porque é uma contribuição sem contrapartida”, avalia o advogado André Luiz Marques, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (IAP).

“A partir do momento em que o cidadão aposentou-se e continuou trabalhando e, por força de lei, é obrigado a contribuir com a Previdência, é inaceitável e até inconstitucional que essas contribuições sirvam absolutamente para nada”, acrescenta Marques.

A opinião do advogado repercute no mesmo sentido entre sindicalistas. “A gente via essa impossibilidade de recalculcar o valor da aposentadoria como um grande castigo, porque se o trabalhador continua na ativa, é justo”, justifica o presidente da CUT/RS, Cláudir Antônio Nespolo.

“Nós vemos com grande alegria essa posição do Senado, que tem tido encaminhamentos e decisões que são de interesse do povo e dos trabalhadores”, afirma o presidente da Força Sindical do Rio Grande do Sul, Cláudio Janta.

Janta argumenta que a aposentadoria já sofre com reduções pelo fator previdenciário e que o recálculo

do benefício para quem continua contribuindo com o sistema “é um direito”.

A possibilidade de renúncia da aposentadoria já existe para os servidores públicos. O mecanismo, chamado de desaposentadoria ou desaposentação, permite a revisão no valor do benefício, reconsiderando o tempo total de contribuição no cálculo.

“Esse argumento é um dos que os advogados utilizam na sua fundamentação ao requerer judicialmente essa desaposentadoria”, explica Marques.

Para o advogado especializado em Direito Previdenciário Décio Scaravaglioni “hoje em dia se paga a contribuição e ela não tem destinação alguma”.

Scaravaglioni ressalta que a contribuição dos aposentados representa valores significativos para Previdência, já que, segundo ele, a maior parte dos aposentados que seguem contribuindo com o sistema é composta por profissionais que dão continuidade à carreira e que têm um vencimento maior.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto de lei, esclarece que a possibilidade de revisão do benefício não é um favor.

“O aposentado que contribuiu não está pedindo nada de graça. Ele está contribuindo”, defende.

Há 24 mil ações judiciais requerendo a desaposentadoria, de acordo com levantamento da Procuradoria do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que resultariam em 70 mil ações, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por conta dos recursos apresentados.

Segundo o levantamento mais recente do INSS, de fevereiro de 2012, há 703 mil aposentados contribuindo com o sistema.

O advogado especialista em previdência Décio Scaravaglioni salienta que o número de aposentados com direito a requerer revisão pode passar de milhares de pessoas.

“Qualquer aposentado que contribuiu por algum tempo, mesmo que não esteja recolhendo agora, tem direito a requerer um novo benefício com base na contribuição adicional. Então, o número de pedidos vai superar o de contribuintes aposentados ativos.”

O Supremo Tribunal Federal (STF) avalia a procedência de uma dessas ações, com intuito de criar jurisprudência. A ação é coletiva e de autoria da auxiliar de farmácia aposentada Lúcia Costella (primeira ação neste sentido), que requer juntamente com outras quatro aposentadas do Grupo Hospitalar Conceição, o direito à renúncia ao benefício, garantido na década de 1990, para recálculo do valor, considerando contribuições feitas posteriormente. “Eu me aposentei e continuei trabalhando por seis ou sete anos”, explica Lúcia.

Para o advogado de Lúcia, Cristiano Ferreira, a legislação favorece a tramitação do processo no STF, que já obteve parecer favorável do ministro-relator Marco Aurélio Mello.

“Não é uma garantia de que os processos vão ser favoráveis, mas a legislação (aprovação na comissão do Senado) é um indício positivo”, defende.

Defensores do projeto rechaçam argumento contrário do governo.

Segundo artigo publicado em outubro de 2011 pelo diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Rogério Nagamine Costanzi, a longo prazo a desapossentadoria poderia gerar um déficit previdenciário de R\$ 69 bilhões. Os dados que subsidiaram o estudo são de 2010.

O senador Paulo Paim (PT/RS) argumenta que o projeto de lei foi estruturado em estudos e que esse argumento não faz sentido. “Como é que você vai dar gasto se você está contribuindo?”, questiona. “Quanto mais o trabalhador ficar em atividade, mais ele vai contribuir”, completa.

“Falam que vai trazer um custo, um rombo, para o INSS, mas isso não é representativo”, atesta o advogado André Luiz Marques.

“Não tem que se falar em rombo da Previdência por conta disso. O sistema de seguridade social não é feito para ter superávit e, muito menos, déficit. Você não pode aceitar uma contribuição sem ter a contrapartida do benefício”, explica.

Entre as centrais sindicais prevalece a mesma lógica. “Essa é uma conversa pouco séria por parte dos agentes do governo.

A Previdência, se você somar a contribuição dos empresários e dos trabalhadores da iniciativa privada, é superavitária, sustentável a longo prazo”, pontua Cláudir Antônio Nespolo, presidente da CUT/RS, dizendo que o problema é de gestão.

“Os constituintes brasileiros destinaram à população benefícios justos, como o auxílio para crianças deficientes e aposentadoria ao trabalhador rural, só que tudo sai da contribuição dos assalariados da iniciativa privada e da contribuição empresarial.

O governo, no decorrer dos anos, não cumpriu a sua parte que era repassar à Previdência os custos desses setores”, defende.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, por uma questão de compromissos assumidos anteriormente, eu não pude acompanhar a presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira passada, dia 12, ao estado do Rio Grande do Sul.

Eu estava na cidade de Aracaju, capital do Sergipe, participando do Primeiro Seminário Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos. O evento foi uma promoção da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) e Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de Sergipe (FAAPI-SE).

Falei lá sobre o projeto de desaposentadoria, o fim fator previdenciário, perdas salariais, Estatuto do Idoso, conjuntura nacional.

Mas, Sr. Presidente, a presidente Dilma Rousseff estava acompanhada das ministras Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do governador do estado, Tarso Genro, além de deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores.

Esta foi a décima quarta visita ao Rio Grande do Sul após a sua chegada a Presidência da República. E esta também foi uma agenda das mais positivas.

A presidente foi a estrela da formatura de 2.223 mil alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), destinado a qualificar jovens do Ensino Médio e beneficiários de programas sociais.

Das 384 mil matrículas do Pronatec Brasil Sem Miséria em todo o país, quase 60 mil foram feitas no Rio Grande do Sul.

O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece, em todo o país, 448 cursos em diferentes áreas. Com duração mínima de 160 horas, os cursos são destinados a pessoas com mais de 16 anos.

Além de material escolar e didático, os alunos recebem alimentação e transporte. O programa é executado pelo MDS e Ministério da Educação em parceria com governos estaduais, prefeituras e iniciativa privada, por meio do Sistema "S" (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sest e Senar), entre outros.

A estudante Adelina Fátima leu o juramento em nome de todos os formandos. Disse ela: Prometo Valorizar a oportunidade que tive / Aplicar os ensinamentos que recebi / Exercer com zelo e empenho / minha nova atividade profissional / Prometo / Vivenciar o presen-

te / Com os olhos no futuro / E continuar a crescer / Aprendendo sempre mais / Prometo / Ser um exemplo / Para minha família /. E para todos que me cercam / Para que acreditem / Que as oportunidades existem / E que sempre é possível mudar.

Todos vocês sabem que eu sou oriundo do ensino técnico. Fui estudante do SENAI. E quando vejo hoje o nosso país avançando nesse sentido, tudo isso, me deixa muito orgulhoso.

Dilma também avalizou o complemento que o governo Tarso Genro fará aos beneficiados pelo Bolsa Família com crianças na faixa de zero aos seis anos. O investimento do Estado será de R\$ 80 milhões até março de 2014.

Logo em seguida, no Cais do Porto, a nossa Presidenta falou sobre infraestrutura e entregou 25 ônibus escolares, 80 retroescavadeiras e 40 motoniveladoras, para 69 municípios.

E sobre investimento em rodovias ela disse: "Nossa país precisa ser competitivo. Seremos competitivos se tivermos uma infraestrutura forte. Rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos são essenciais para o país. Sem eles o Brasil não compete internacionalmente como deve, nem aproveita oportunidades".

A Região Metropolitana da Capital receberá duas das três obras. Ainda em construção, a BR-448, desafogo para o trânsito da BR-116, ganhará extensão até Estância Velha.

Com a mesma intenção, a própria BR-116, entre a Capital e Novo Hamburgo, passará por melhorias. A maior obra, de 235 quilômetros, será a construção da BR-392 entre Santa Maria e Santo Ângelo.

Esses investimentos anunciados para o Rio Grande do Sul pela presidente Dilma Rousseff ultrapassam a casa dos 2,4 bilhões de reais. O meu estado está de parabéns.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Prezado Senador Paulo Paim, não sei se eu estou sentindo algo que não existe ou se é impressão minha. O fato é que eu sinto no ar um silêncio macabro e até fúnebre a respeito de uma solução que resolva os problemas dos aposentados do RGPS que recebem acima de um salário mínimo.

A solução mais consistente que eu vejo, Caro Senador é ainda os projetos de sua autoria que não são votados e que se encontra de maneira vergonhosa trancada na gaveta da Câmara por ordem da PRESIDENTE e dos seus aliados que não tem nenhum compromisso com os aposentados, se caracterizando, na minha concepção a ser até preconceito e com isto uma desobediência a nossa CONSTITUIÇÃO.

Os seus projetos Caro Senador, é ainda a nossa principal esperança, porque se forem votados e aprovados sem remendos pela a Câmara, tudo estará resolvidos mesmo que a Presidente vete, que com certeza ela irá fazer, é só o Congresso criar vergonha e derrubar este voto. Entretanto eu acho que isto ainda é um sonho e ao mesmo tempo um pesadelo porque eu acredito, e tenho certeza que muitos aposentados também, não estão mais confiantes de que isto possa acontecer, a não ser que outras providências sejam tomadas por nós os aposentados com ajuda dos que dizem que estão do nosso lado.

Na minha maneira de ver os aposentados, os trabalhadores que serão os aposentados de amanhã e todos os seus familiares, tem que ter brio, vergonha na cara, dignidade e deixar de serem masoquistas e nas eleições de 2014 não votarem nestes carrascos de aposentados e trabalhadores do Brasil.

Quanto aos outros que dizem nos apoiar como as Centrais Sindicais, eu sugiro que esclareçam os trabalhadores que eles serão os aposentados do futuro e que eles, até para o seu próprio bem, fiquem do lado dos aposentados nesta guerra que também é deles e assim ficaremos fortes e com certeza as nossas chances de vitória será quase certa.

Os sindicatos podem até fazer greve porque não? Já que se trata do futuro dos trabalhadores. Quanto aos poucos parlamentares que falam que estão do nosso lado, tem que demonstrar a sua lealdade e tomar atitudes que nos prove os seus apoios. Por exemplo: o Senado que aprovou os seus projetos por unanimidade porque não obriga a Câmara a votar os projetos dos aposentados? Ai pode surgir à pergunta, como obrigar a Câmara a votarem estes projetos, é simples é ter dignidade e já que os Deputados não votam projetos que são enviados pelo o Senado, o Senado também não vote os projetos que vierem da Câmara e esta teoria Senador Paim partiu do Senhor em um de seus pronunciamentos. Como projetos eu sugiro que se faça em caráter de urgência, inclusive a suas votações um que acabe com o voto secreto e outro que defina como prioridade de votação nas duas casas Senado e Câmara aqueles projetos por ordem de data, ou seja: um projeto mais recente não poderia ser votado primeiro do que outro mais antigo e seguir o mesmo raciocínio que norteia a votação das medidas provisórias que tem que ser votadas se não tranca a pauta e também os vetos se não forem apreciados e votados com trinta dias trancaria a pauta das duas casas.

Estas são as minhas sugestões, Prezado Senador Paulo Paim. Como o Senhor ver nós aposentados temos sugestões que tenho certeza que resolveria muita coisa neste País inclusive organizar a bagunça que ocorre no Congresso nacional porque é um absurdo que projetos recentes sejam votados primeiro do que outro que já tem cinco anos, isto é uma vergonha, uma covardia, como confiar numa instituição que só votam projetos de interesse próprio ou quando gera milhões de votos para suas permanências no poder.

Tudo isto que eu escrevi é o meu ponto de vista e tenho absoluta certeza que é também, de todos os aposentados, entretanto não tenho muita esperança que vá causar algum efeito lá no Congresso e tenho motivo para pensar assim mais eu vou continuar escrevendo e lutando, fazendo videos no You Tube, mesmo porque estou exercendo o meu direito constitucional e praticando a DEMOCRACIA de maneira dura e firme mais honesta e verdadeira.

Para encerrar Paulo Paim eu tenho que pedir ao Senhor e acho que tenho o respaldo não só dos aposentados mas de milhões de outros irmãos brasileiros, que o Senhor pense e reflita com a possibilidade de deixar este partido o PT porque Senador eu já admirei muito o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva eu lia tudo sobre ele, sabia do todo o programa do partido dos trabalhadores que era uma maravilha e que prometia corrigir com as injustiças que foram cometidas contra os aposentados, entretanto Senador não foi nada disto, foi tudo ao contrário e a nossa situação se agravou mais ainda, sem falar em outras promessas não compridas e no aumento dos escândalos e corrupções que continuamos a presenciar com indignação todos os dias em nosso querido Brasil. Eu faço este pedido Senador porque eu acho muito difícil que seus projetos a respeito dos aposentados sejam aprovados. Este partido não lhe prestigia Senador, não sei por que o Senhor fica no partido no qual não tem a menor identificação com os seus ideais políticos. O Senador seria bem vindo em qualquer outro partido desde que não seja da base do governo e com certeza o Senhor teria a chance de ser candidato e até eleito Presidente da República, eu mesmo e a minha família votaria com bastante orgulho no Senhor, só não votaria no Senhor se fosse candidato pelo o PT.

#### VALTER ALMEIDA – APOSENTADO EM RECIFE-PE

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador Paulo Paim, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Renan.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti; Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> Senadoras, há nove anos, está em tramitação no Congresso Nacional o Estatuto da Ju-

ventude, e estamos muito perto de um final feliz para esse Estatuto. Será a primeira legislação, em nível constitucional, a tratar da juventude como política de Estado. Ensinou-nos Roosevelt: "Nem sempre podemos construir o futuro para a nossa juventude, mas podemos construir nossa juventude para o futuro."

O Estatuto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma bandeira histórica dos movimentos juvenis que irá garantir a todos que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade uma série de benefícios. Entre esses

direitos, que até hoje se encontravam negados aos jovens, está a meia-entrada em eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e de lazer, uma das principais reivindicações dos jovens, que ressalto pelo seu grande significado emblemático.

A meia-entrada permitirá que muitos jovens de família com menor poder aquisitivo consigam ingressar em teatros, em cinemas e em muitos outros espetáculos de natureza cultural. Essa possibilidade de acesso mais barato aos eventos dessa natureza é de suma importância para o futuro dos jovens.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é nessa etapa da vida que o contato com as produções artístico-culturais é mais profícuo, contribuindo de forma muitas vezes determinante para a formação da personalidade do indivíduo. É nessa etapa da vida que normalmente descobrimos nossas potencialidades e definimos nossa visão de mundo, nossas opções profissionais e, principalmente, as bases de nosso caráter.

O mais importante, contudo, é que a aprovação do Estatuto significa que aos jovens serão dadas melhores condições de acesso à cultura de nosso País e, sem dúvida, a possibilidade de serem ainda mais ativos na construção de um Brasil mais soberano e mais desenvolvido.

Assim, reitero, Sr. Presidente, a participação da juventude é sempre importante para o amadurecimento da consciência nacional, da cidadania e da fundamental renovação. A alma da juventude é intrinsecamente revolucionária. É preciso que assim seja sempre. Se tivermos jovens irrequietos, libertários e mudancistas, não teremos, sem dúvida, adultos reacionários. Triste da nação cujos jovens envelhecem precocemente!

Falo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a experiência de quem, no movimento estudantil, esteve nas ruas, brigando para implementar essa revolução que hoje chamamos democracia. O custo, como todos sabem, foi muito alto, e, hoje, na maturidade democrática, não devemos ser complacentes com qualquer gesto ou intenção que tenda a abolir direitos e liberdades, principalmente a liberdade de expressão, o direito à diferença, à divergência.

Eu disse no meu discurso de posse como Presidente do Senado Federal e reitero aqui: temos um compromisso com a liberdade de expressão, e qualquer tentativa tendente a constrangê-la será rechaçada pelo Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL) – Encerrando, Presidente Mozarildo Cavalcanti, essas breves palavras, saúdo os jovens de todo o Brasil que participaram dessa luta. Gostaria de fazer uma menção especial à juventude do PMDB, que está prati-

camente acampada em Brasília há meses, na busca da aprovação do Estatuto. Mesmo que tardivamente, o Estatuto da Juventude, depois de longa tramitação, será, se Deus quiser, amanhã, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Antes de encerrar, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

Hoje, acaba sendo uma grande oportunidade para que possamos acertar a mão com relação à apreciação definitiva dessas matérias.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Renan, eu estava ali conversando com a imprensa, e eles falavam também do Estatuto da Juventude, como também da desaposentadoria. Eu não poderia deixar de vir aqui cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Desde o primeiro momento em que não somente eu, mas também jovens de todos os partidos, inclusive do seu Partido, entregamos um grande documento pedindo o Estatuto da Juventude já, V. Ex<sup>a</sup> deu todo o apoio para que a Comissão o votasse. Inclusive na questão do requerimento de urgência, nós viemos aqui, falamos com V. Ex<sup>a</sup>, que nos disse: "Hoje, vamos votar a urgência, mas, na semana que vem, na terça-feira, amanhã, ou na quarta-feira, o número 1 da pauta será a aprovação do Estatuto da Juventude". Nós estamos ajustando todos os entendimentos com o MEC, para não trazer prejuízo às cotas, que é um sucesso absoluto; a votação no Senado e na Câmara e também a questão da meia-entrada. Os artistas estão fazendo um apelo para que haja um limite, para que não sejam 100%. Isso também está sendo costurado com a juventude brasileira de todos os partidos, com os líderes de todos os partidos, com o movimento social e sindical. Todos estão trabalhando em sintonia com a conversa que tivemos com V. Ex<sup>a</sup>.

(*Soa a campainha.*)

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Quero dizer que muitos duvidavam, mas V. Ex<sup>a</sup>, no exercício da Presidência, votou a PEC das domésticas, que é um sucesso absoluto e que a sociedade está assimilando. V. Ex<sup>a</sup> votou o Estatuto da Juventude. V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza, vai colaborar para o andamento dessa matéria. V. Ex<sup>a</sup> já deu o sinal verde do seu Partido e a sua orientação àqueles que V. Ex<sup>a</sup> lidera. V. Ex<sup>a</sup> lidera todos na Casa, mas há um setor... V. Ex<sup>a</sup> sabe que o PMDB é o maior Partido do Estatuto da Juventude. Quanto ao próprio Fundo dos Estados, V. Ex<sup>a</sup> trouxe ao plenário, com um debate democrático. Pode ser que não tenha sido aquilo que eu gostaria, mas V. Ex<sup>a</sup> assumiu o compromisso que o Supremo exigiu de colocar a matéria em votação. V. Ex<sup>a</sup> não vacilou e a colocou em votação. E que prevaleça a vontade da maioria! Enfim, quero cumprimentá-lo pelo mandato como Presidente da Casa. Está deixando muita gente que o criticou com a

boca meio aberta, com boca de jacaré. Estamos naquela do avestruz que enfa a cabeça na areia, porque não tem o que dizer. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu queria também cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo grande trabalho que fez na construção desse acordo, para que, rapidamente, no Senado Federal, pudéssemos apreciar o Estatuto da Juventude.

Há pouco, eu ouvia o discurso de V. Ex<sup>a</sup> com relação à desaposentadoria, à defesa da desaposentadoria. Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o recurso para o Plenário do Senado Federal só teria sentido se a matéria estivesse tramitando terminativamente na Comissão, mas ela vai ainda à Câmara dos Deputados.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Exatamente!

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL)

– E os argumentos que V. Ex<sup>a</sup> levantou hoje aqui são irrespondíveis, do ponto de vista de que não penalizam a Previdência, de que, na medida em que o trabalhador não se aposenta por opção pessoal dele e continua pagando para a Previdência, acontece exatamente o oposto.

Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, da forma que puder, eu quero assumir o compromisso com V. Ex<sup>a</sup> e com o Brasil no sentido de que daremos a última palavra com relação a essa questão, também afirmando o Congresso Nacional definitivamente com relação à sua análise e ao término da sua tramitação.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu sabia que podíamos contar com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi feliz. Daqui, vai para lá e ainda volta para cá. E nós vamos ter que apreciar...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL)

– Se for alterada, a matéria volta para cá.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – E nós a apreciaremos aqui, neste plenário. Meus cumprimentos, mais uma vez, a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL)

– Um grande abraço, Senador Paim! Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mozarildo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB de Tocantins, por permuta com a Senadora Angéla Portela.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO.)

Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para falar sobre o nosso querido Estado do Tocantins e das suas potencialidades, dos seus incentivos e das oportunidades que nosso Estado oferece a todos os empresários brasileiros e ao povo brasileiro, ao povo do nosso País.

Sr. Presidente, mais uma vez, assomo a esta tribuna para falar sobre o meu querido Estado do Tocantins, um Estado jovem, pleno de oportunidades, com vasto potencial de crescimento.

Tocantins tem o quarto melhor PIB da Região Norte do País e ocupa o 24º lugar no ranking nacional. Com relação à taxa de crescimento anual, o Estado ocupa o primeiro lugar do ranking, registrando 14,2% em 2010.

No que diz respeito ao crescimento acumulado nos últimos oito anos, o Estado também se destaca no cenário nacional. Tocantins cresceu o dobro da média nacional, realidade já apresentada no último balanço divulgado pelo IBGE em 2009.

A produção da bioenergia, por exemplo, é uma das principais vocações do Estado. Tocantins conta com duas usinas de biodiesel em funcionamento e mais três em instalação, cuja matéria-prima é fornecida por milhares de propriedades produtoras de soja e de outras plantas similares.

Sr. Presidente, nosso Estado tem 14 milhões de hectares disponíveis para cultivo. Desse total, pelo menos 5 milhões de hectares correspondem a pastagens degradadas, prontas para serem destinadas à produção, sem a necessidade de derrubar uma única árvore sequer e sem a desvantagem de desvirtuar as terras que hoje produzem alimentos.

A projeção do Governo do Estado é que, nos próximos dez anos, 24 usinas de etanol e 20 usinas de biodiesel sejam instaladas numa área de quase um milhão de hectares, sem contar outros investimentos associados à atividade, que certamente serão realizadas nesse período.

É claro que a produção de matéria-prima para os biocombustíveis são apenas uma parcela do total da produção agrícola do Estado. O setor agrícola é o carro-forte da economia tocantinense e corresponde a mais de 80% da riqueza produzida no Estado. E não poderia ser diferente, dadas as características naturais do Estado, que são essenciais para a agricultura e a pecuária.

Metade do nosso território é composto por terras férteis. A água é farta, pois o Tocantins é banhado pela maior bacia hidrográfica inteiramente brasileira, formada pelos Rios Tocantins e Araguaia, que cortam o Estado de Norte a Sul. Essa situação geográfica dá também ao Estado a condição de construir o maior modal logístico de transporte do País, ao abrigar o também maior eixo ferroviário brasileiro.

Os terrenos de plantio são planos, na sua absoluta maioria. As estações climáticas são bem-definidas, e a quantidade de horas de luz solar é abundante e

superior à media nacional. Portanto, Sr. Presidente, lá, temos terras férteis, temos água e muito sol.

Além do imenso potencial para o plantio de matérias-primas para o biocombustível, Tocantins já é uma referência para o agronegócio brasileiro. Somos os maiores produtores de grãos da Região Norte do País, com destaque para a soja. A soja e a carne bovina lideram o ranking de exportação do Tocantins. De janeiro a outubro do ano passado, a exportação no Tocantins apresentou alta de mais de 24,66%, subindo de US\$447 milhões para mais de US\$594 milhões. Só nos primeiros nove meses de 2012, o Estado ultrapassou todo o montante de exportações de 2011, que foi de aproximadamente de US\$486 milhões.

A produção de minerais é outro ponto forte do Estado do Tocantins que quero destacar. Temos uma forte indústria de matérias-primas voltadas para a construção civil, o que se harmoniza com o crescimento que o Estado vem experimentando desde sua criação.

A produção de argila e areia, rochas britadas e cascalho, além de calcários que são aplicados na fabricação de cimento e na correção de solo, já é uma realidade. A esmeralda, a granada e o quartzo são algumas das gemas que produzimos no Estado. Contudo, o que mais chama a atenção no momento em relação à produção de minérios é o imenso potencial a ser explorado nos próximos anos. A produção de rochas fosfáticas e de zirconita secundária está sendo implantada, assim como lavras de ouro e manganês. A produção de minério de ferro está sendo viabilizada no Município de Lagoa da Confusão. Com certeza, o Tocantins ainda produzirá muito mais nessa área. Firmo minha convicção, pois o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral está avaliando as promissoras reservas de fosfato, minério de ferro, níquel, cobre e rochas ornamentais.

No que se refere à atividade turística, o Tocantins tem clara vocação para o turismo verde. Localiza-se no território do Estado, por exemplo, a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. Localizada no Rio Araguaia, tem cerca de 20 mil quilômetros quadrados, e é um dos principais santuários ecológicos do nosso País.

O Rio Araguaia, por sua vez, é referência nacional quando o assunto é pesca esportiva. As praias que se formam tanto no Rio Araguaia quanto no Rio Tocantins, durante o período das secas, atraem milhares de turistas anualmente. Os parques estaduais do Cantão e do Jalapão, além de sua relevância ecológica e turística, também são verdadeiros polos econômicos e geram emprego e renda para os habitantes das cidades que os circundam. Estão à espera dos turistas centenas de cachoeiras no entorno da nossa capital,

Palmas, uma ocorrência geográfica relativamente rara e de grande beleza.

O Tocantins teve a graça de herdar do antigo norte goiano localidades de inegável importância histórica. Os principais exemplos são as cidades de Porto Nacional, Monte do Carmo e Natividade. Em particular, destaco a cidade de Natividade, carinhosamente considerada pelos tocantinenses como a capital cultural do Estado. A cidade ganha tal título por manter ruas e casas construídas nos séculos XVIII e XIX com as mesmas características do ciclo do ouro daquela época. É em Natividade, aliás, que ocorre a tradicional romaria do Senhor do Bonfim, a festa popular mais importante do nosso Estado.

A infraestrutura do Tocantins, no que diz respeito ao transporte, está estruturada sobre dois eixos importantes: a Ferrovia Norte–Sul e a Hidrovia Tocantins. Praticamente concluídos, esses eixos já transformaram o Estado em um grande corredor logístico, que passa a ligar o norte ao centro do País; e, o que é mais importante, por intermédio de meios de transportes baratos e minimamente poluentes.

A Ferrovia Norte-Sul já opera com bastante eficiência e permite, por exemplo, o escoamento e a exportação de minério de ferro por intermédio do Parque Multimodal de Guaraí.

Mas não nos situamos somente no eixo de desenvolvimento Norte–Sul. No sentido Oeste–Leste, o Tocantins, mais uma vez por sua posição geográfica, é engrenagem estratégica para o crescimento brasileiro. No extremo Sul, a Ferrovia de Integração Oeste–Leste está em construção e ligará Figueirópolis, no Tocantins, às cidades de Ilhéus, Caetité e Barreiras, no Estado da Bahia.

A ligação, Srs. Senadores e Sr<sup>a</sup>s Senadoras, forma mais um corredor de transporte e tornará ótima a operação do Porto de Ponta da Tulha e ainda abrirá nova alternativa de logística para portos no Norte do País, que já recebem cargas via Ferrovia Norte–Sul e Estrada de Ferro Carajás.

No outro extremo do Estado, na região do Bico do Papagaio, mais um projeto importante está em execução. A região se destaca pelo inquestionável potencial que detém para receber e escoar a produção industrial da Zona Franca de Manaus para as Regiões Sul e Sudeste, bem como ser um centro de distribuição de alimentos para a Região Amazônica e também para o exterior. Tamanha potencialidade fez projetar obras estratégicas que permitirão a integração do Porto de Praia Norte às rotas de três dos principais portos do País: o de Manaus, o de Belém e Itaqui.

O Porto de Praia Norte, verdadeira rota alternativa de saída do corredor centro-norte, recebe investimentos

públicos e privados próximos de meio bilhão de reais, o que gera cerca de mil empregos diretos para os moradores daquela região, ou seja, do Bico do Papagaio.

Na região mais central do Tocantins, a Plataforma Multimodal de Porto Nacional/Palmas, o centro nervoso da Ferrovia Norte-Sul, é parte do complexo logístico, que, atualmente, forma o maior modal de transporte do País, como já havia afirmado.

Tocantins oferece um dos melhores leques de incentivos fiscais do País. São muitos, e eu gostaria aqui de assinalar só alguns deles: o Proindústria; o Prosperar, que é do comércio atacadista, produção de carne, produção de frutas e pescados; indústria automobilística; complexo agroindustrial; o E-Commerce, comércio atacadista de produtos farmacêuticos; indústria de confecção e a Prologística. Modalidades que disponibilizam entre si outros benefícios, reduções tributárias e facilidades para instalação e manutenção do empreendimento.

Esse tipo de apoio geralmente é voltado para pequenas, médias e grandes empresas, uma vez que uma microempresa pode optar pelos incentivos, desde que esteja enquadrada no Simples Nacional. A ideia é conquistar novos empreendimentos e novos empresários, que venham a se instalar no Estado, gerando empregos e impulsionando a arrecadação de impostos, de modo que contribuam para o desenvolvimento econômico do Tocantins.

Porém, mesmo incentivando constantemente empreendimentos maiores, o Governo do Estado entende que são os empresários de micro e de pequenas empresas os grandes responsáveis pela geração de emprego no Tocantins. É por isso que também há projetos voltados exclusivamente para esse público.

E é sabido, Presidente – nós temos falado sempre aqui –, que realmente é o empresário a força motriz deste País. É ele que gera emprego e que distribui renda, o que o nosso Estado de Tocantins tanto necessita. E sabemos que quem dá emprego neste País é o pequeno e o médio empresário.

Eu percebo, através do Sebrae, uma empresa que foi criada com a finalidade exclusiva de dar suporte a pequenas e a médias empresas, que, hoje, há algo em torno de R\$2,5 bilhões aplicados em banco. O Sebrae podia pegar esse dinheiro, hoje aplicado, e investir nessas pequenas e médias empresas, que, com certeza, o País melhoraria o seu crescimento. Nós teríamos, Senador Ciro Nogueira, mais emprego, mais crescimento, mão de obra qualificada e, com certeza, principalmente, o nosso Estado cresceria muito mais.

Pois bem, entre as ações mais recentes, está a implantação do Femep – Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em maio deste

ano. A partir da criação do fórum, muito tem sido feito para beneficiar as MPEs.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) –

Entre as ações, está o estudo para a implantação do Projeto Integrar, que deve fazer valer a Lei da Redesim do Estado. O objetivo é reunir todos os processos para abertura, alteração e encerramento de empresas em um só lugar, diminuindo a burocracia e o tempo gasto com esse tipo de procedimento. A expectativa é a de que, a partir do momento em que a Redesim estiver plenamente funcionando, os empreendedores possam diminuir o tempo de espera para abrir uma empresa, que é em torno de 60 dias – o que é um absurdo –, para, no máximo, sete dias.

Para 2013, o Governo do Estado prepara um leque de vantagens para atração de novas empresas e valorização das já instaladas no Estado.

Parque tecnológico construído – prevê a implantação do primeiro parque tecnológico do Estado, onde pesquisas poderão ser desenvolvidas e novas empresas incentivadas.

Novo distrito industrial, em Palmas, entregue com toda a infraestrutura pronta – o projeto deve custar cerca de R\$7 milhões, advindos do Fundo de Desenvolvimento Econômico.

Distrito industrial da cidade de Paraíso, localizada a cerca de 60 km de Palmas, também entregue com todas as obras de infraestrutura.

Em andamento, a construção de um porto na cidade de Praia Norte, extremo norte do Estado. O investimento é de um grupo alemão que apostou na implantação de um porto às margens do Rio Tocantins. O Ecoporto Praia Norte vai diminuir o tempo do translado de produtos da região Norte do País até o Sul e o Sudeste. Sabemos que o problema logístico de nosso País é um dos grandes gargalos e esse porto, com certeza, irá viabilizar o transporte dos nossos alimentos, de nossa produção.

Entreposto fiscal do Governo do Amazonas funcionando dentro do porto de Praia Norte. O entreposto fiscal vai atender a produção da Zona Franca de Manaus, o que deve gerar uma redução de custos para as empresas. O acordo entre os dois Estados...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) –

... já foi assinado. Entre as vantagens para o Tocantins está o lucro com serviços e a movimentação financeira que o porto vai gerar na região.

Estou quase concluindo, Presidente.

Primeira usina de energia fotovoltaica do Brasil funcionando (Sky Solar – Porto Nacional) – acabamos

de instalar a primeira usina fotovoltaica do País – e indústria de painéis (Braxcel – Peixe).

Distrito de Colinas inaugurado e com empresas instaladas – as obras já foram concluídas com água, energia, asfalto, meio fio e iluminação pública

Digitalização de processos da Jucetins, nossa junta comercial do Estado.

Regulamentação da Lei Geral no Estado, decreto assinado em abril deste ano – a ação favoreceu cerca de 47 mil empresários tocantinenses, em especial os de micro e pequenas empresas, para que possam participar de processos de compras governamentais.

Validação da Redesim no Tocantins, desburocratizando processos de abertura, encerramento e alterações em documentação de empresas, além de beneficiar também outros processos.

Pois bem, Presidente, era tão-somente o que eu queria descrever em relação ao nosso querido Estado do Tocantins.

O nosso Governador Siqueira Campos está de braços abertos aguardando os nossos empresários que queiram investir naquela região. E eu posso afirmar como tocantinense: lá é um paraíso de oportunidades, Senador Paim; quem quiser desbravar, quem quiser sucesso, quem quiser oportunidade procure o Estado do Tocantins.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Ataídes, é um minuto no máximo, só para cumprimentá-lo – eu tive que sair, mas voltei a tempo de pegá-lo na tribuna. Eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo alerta que está fazendo, o que fez também no meu aparte. Refiro-me à situação da previdência dos Municípios. Criaram fundos de previdência nos Municípios e em muitos Estados, independentes do fundo nacional, e nós estamos vendo que esse dinheiro também está sendo usado, em inúmeros casos, indevidamente. Depois quebra o Município, o prefeito sai, e os trabalhadores ficam sem o seu fundo de pensão, seu fundo de aposentadoria. Ao me alertar outro dia, V. Ex<sup>a</sup> dizia que vai apresentar um trabalho mostrando essa situação delicadíssima dos fundos de previdência dos Municípios, que merecem uma fiscalização – eu diria até uma auditoria. Depois, lá na frente, não adianta chorar, porque vai ficar todo mundo sem o direito à aposentadoria. V. Ex<sup>a</sup> me alertou outro dia quanto a essa questão e, ao cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, sugiro: vamos fazer uma audiência pública na comissão correspondente para debater a matéria, para evitar fazer no futuro o que fazemos hoje: “Ah, usaram o dinheiro da Previdência para construir Brasília, a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói...”. Usaram até para o petróleo, para a Petrobras foi usado também, para as grandes usinas e, depois, ninguém devolveu

o dinheiro, como não vão devolver agora o que está acontecendo na Previdência. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) – Obrigado.

Presidente, permita-me mais um minuto.

Senador Paim, eu vejo que é uma bomba-relógio que explodirá a médio/longo prazo em nosso País. Eu não tenho dúvida disso por dois motivos.

(Soa a campainha.)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) –

Primeiro: em 1998, como eu disse, foi criado o RPPS, que dá aos Estados e Municípios o direito de recolher de 11% a 20% daquela contribuição patronal.

Evidentemente, os Estados e Municípios vão recolher o mínimo, que é 11%. Começa por aí a deficiência de caixa.

Segundo: administrar esse rio de dinheiro. A informação que eu tive recentemente é de que esses RPPS hoje têm quase R\$90 bilhões em caixa. E, se governadores e prefeitos não tiverem competência, responsabilidade para administrar esse dinheiro, na hora em que esses beneficiários pegarem a fila – porque começou agora, começou em 1998 –, quando eles pegarem a fila para requerer os direitos deles, para ter os direitos...

(Interrupção no som.)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) –

– ... e não houver esse dinheiro em caixa...

(Soa a campainha.)

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco/PSDB – TO) –

– ... vai explodir essa bomba.

E, Senador Paim, vou começar a fazer um estudo sobre esse assunto; um estudo bem aprofundado. E concordo e coaduno com V. Ex<sup>a</sup>. Precisamos fazer debates, chamar aqui presidentes destas... Porque cada um tem CNPJ próprio. Chamar esses presidentes dessas entidades, desses fundos, melhor dizendo. Vamos chamá-los, vamos conversar com eles, vamos ver como está sendo gerado e administrado esse rio de dinheiro.

Muito obrigado, Senador Paim. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a palavra, a Senadora Angéla Portela, do PT de Roraima.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, queria dar boas-vindas ao Senador Mozarildo, que passou um período afastado aqui do nosso Senado e que teve como seu suplente o Senador Sodré Santoro, desenvolvendo trabalho com muita dignidade, com muita competência. Está de

parabéns o Senador pelo trabalho realizado durante esses quatro meses. E nós ficamos muito felizes com a volta do Senador Mozarildo Cavalcanti aqui entre nós, também realizando um trabalho que muito dignifica o povo do nosso Estado, o povo de Roraima.

Mas Sr. Presidente, eu gostaria de trazer um tema de extrema relevância para meu Estado de Roraima, principalmente para o Poder Legislativo estadual. Trata-se de uma situação um pouco preocupante, e nós queríamos aqui, neste plenário, torná-la pública e apelar para o Presidente da Assembleia Legislativa, o nosso amigo, uma pessoa séria e trabalhadora, o Deputado Chico Guerra. Apelar para que ele possa efetivamente buscar uma solução para essa questão que aflige tanto os servidores comissionados da Assembleia Legislativa, que foram de extrema importância e relevância para esses anos em que a Assembleia Legislativa tem funcionado, de forma eficiente, de forma eficaz, graças ao trabalho realizado pelos servidores comissionados, quanto a situação dos servidores que realizaram um concurso público para formar os quadros da Assembleia Legislativa, em 2010, que anseiam por assumir os seus cargos na Assembleia Legislativa.

Eu queria aqui lembrar que, historicamente, a Assembleia sempre contou com grande número de servidores comissionados. Essa situação é, hoje, objeto da atenção do Ministério Público Estadual.

De acordo com o Ministério Público, cerca de mil desses funcionários encontram-se em situação irregular. Em função desse quadro, o Ministério Público ingressou com ação judicial solicitando a demissão desses funcionários, assim como a proibição de que a Assembleia Legislativa nomeie novos comissionados enquanto não realizar concurso público.

Complica-se ainda mais a situação quando se sabe que a Assembleia já realizou concurso público, em 2010. Nesse concurso, aprovaram-se 126 candidatos, que, em tese, estariam já em condições de ser nomeados.

À época, o próprio Ministério Público questionou judicialmente o concurso. Propunha que o concurso fosse anulado. O governo estadual defendeu a validade desse concurso que, em sentença de primeira instância, foi mantido. O Ministério Público recorreu dessa decisão, mas as nomeações ainda não ocorreram.

Vive-se, portanto, um impasse. Na verdade, um duplo impasse, pois é necessário avaliar tanto a situação dos servidores comissionados quanto a situação dos concursados ainda não nomeados.

Devemos reconhecer que, por definição, sempre será necessário ao Poder Público contar com os servidores comissionados. Esse princípio é ainda mais

válido quando se fala no Poder Legislativo, por sua própria natureza e dinâmica.

Não se deve, portanto, crucificar os comissionados, antes pelo contrário, devido à grande importância, nesses anos todos da Assembleia Legislativa, desde a criação do Estado de Roraima, do trabalho que eles têm realizado, um trabalho profícuo e que tem que ser reconhecido.

Entretanto, não podemos compactuar com essa indefinição que aflige tanto servidores comissionados como aqueles que esperam ser chamados no concurso público realizado em 2010. No caso específico dos servidores da Assembleia Legislativa de Roraima, a solução não é nem jamais seria uma demissão em massa. Nós não defendemos jamais uma situação dessas. As condições de contratação e permanência dos servidores devem ser examinadas com atenção, à luz da legislação vigente. Se confirmadas, as irregularidades apontadas pelo Ministério Público devem ser devidamente corrigidas, respeitando esses servidores comissionados. Nada disso interfere, porém, nos direitos dos concursados. Esses direitos foram reconhecidos em sentença do Desembargador Ricardo Oliveira, prolatada em 23 de maio de 2012. Trata-se, portanto, de decisão de segunda instância; mas, lamentavelmente, as nomeações ainda não ocorreram.

Sabemos que inexistem impedimentos para essas nomeações. Não há problemas de natureza orçamentária nem funcional. Nessas condições, nós queríamos recomendar o cumprimento das regras do jogo; que a nomeação dos concursados seja imediata. O concurso foi realizado e teve a sua validade reconhecida em decisão judicial. Os aprovados devem, portanto, ter seus direitos reconhecidos, assim como as sentenças devem ser cumpridas.

Então nós apelamos ao Presidente Chico Guerra, que é o Presidente da Assembleia Legislativa, para que definitivamente possa resolver essa situação, que possa resolver definitivamente esse impasse que tanto aflige, que tanto angustia esses servidores e essas servidoras que são pais e mães de família do nosso Estado de Roraima.

Assim, meus amigos, este é um dos temas que eu gostaria de abordar hoje, tornando pública aqui no Senado Federal a situação desses servidores comissionados e concursados da Assembleia Legislativa do nosso Estado de Roraima.

Outro tema que eu desejo registrar aqui, que eu desejo destacar nesta segunda-feira é em relação ao trabalho que vem sendo realizado lá no Estado de Roraima quanto ao Pronatec. Desejo registrar aqui o trabalho extremamente interessante que passou a ser

desenvolvido, contribuindo, valorizando a educação do nosso País e do nosso Estado de Roraima

O Pronatec, que foi um programa criado pelo Governo do Presidente Lula, da Presidenta Dilma, um programa que visa a formar, capacitar, preparar mão de obra para o mercado de trabalho brasileiro, é um programa que tem extrema importância, extrema relevância em nosso País.

No nosso Estado de Roraima, esse projeto vem sendo executado pelo Senai e também pela rede estadual de ensino. Com a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, o Senai dedicou-se com entusiasmo a participar da busca de suas metas.

Passou a ser, em 2011, a única instituição do ensino profissionalizante de Roraima a atender o programa logo após a sua criação. No segundo momento, a rede estadual de ensino também passou a oferecer vagas visando contemplar o Pronatec.

Eu gostaria de lembrar aqui que a qualidade da educação básica é hoje o grande desafio ligado à nossa geração.

O Brasil vive, graças às políticas econômicas dos Governos Lula e Dilma, um momento de desenvolvimento que nos aponta cada vez mais na direção do emprego, passando a ocupar o posto de sétima economia do mundo.

Dante dessa realidade, surge a urgente necessidade de formar profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho globalizado e cada vez mais exigente.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec, surgiu justamente como resposta imediata para essas novas questões e tem por meta beneficiar 3 milhões de brasileiros com a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.

Concedo um aparte ao Senador Ataídes.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco/PSDB – TO) – Senadora Angela Portela, o Pronatec é uma ideia brilhante, maravilhosa. Eu concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> quando fala do Pronatec. Agora, o que me deixa muito triste, Senadora, é saber dessa parceria do Pronatec com os entes do Sistema S, em especial o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar, Sesi e Senai do vosso Estado. Eu discordo. Eu discordo pelo seguinte, Excelência: Sesi e Senai têm bilhões de reais de dinheiro do povo aplicado no mercado financeiro hoje no Brasil. Se eles têm milhões, bilhões aplicados, por que o Pronatec tem que botar mais dinheiro do povo em cima dessas entidades? Só é esse o meu questionamento, Excelência. E eu gostaria muito que o Ministro da Educação olhasse com muito carinho essa parceria, porque, enquanto o Governo está botando o dinheiro do Pronatec em

cima do Sistema S, eles estão oferecendo cursos com preços exorbitantes, tirando de sua responsabilidade a gratuidade e usando o dinheiro do Pronatec para fazer essa gratuidade. Então, Pronatec é uma ideia maravilhosa para este País, para a profissionalização do nosso trabalhador, mas me deixa muito preocupado essa parceria com os entes do Sistema S. Era só isso que eu queria registrar, Senadora. Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Senador Ataídes, eu queria aqui lembrar – e eu vou apresentar números – que, no meu Estado de Roraima, o Sistema tem executado, de forma muito competente, muito comprometida, o Pronatec.

Eu, como sou uma Senadora que atua na área de educação, jamais poderia deixar de acompanhar a execução de um projeto de extrema relevância para o nosso País como o Pronatec. E, lá no meu Estado, eles têm executado com competência...

E eu acredito que o Ministério da Educação, o Ministro Aloizio Mercadante deverá reconhecer os resultados alcançados pelo Pronatec lá em Roraima.

Eu estou acompanhando, acompanhando como Senadora de Roraima, a execução desse projeto. No momento em que eu vir que existe alguma irregularidade, que existe algum não cumprimento das metas, que existe algum desvio de recursos, eu vou estar atenta também a essas questões. Mas eu não posso deixar de registrar, neste momento, os números que são de extrema relevância para a formação profissional dos trabalhadores e dos jovens do nosso Estado de Roraima.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco/PSDB – TO) – Senadora, eu fico muito contente em saber que está funcionando muito bem e que a nobre Senadora está fazendo o devido acompanhamento; fico muito contente. A única coisa que me preocupa, Senadora, é saber que existe um rio de dinheiro dessas duas entidades que está no mercado financeiro, especulando no mercado financeiro. Ou seja, para que o dinheiro do Pronatec, sendo que essas empresas têm esse rio de dinheiro? Eu não tenho dúvida da competência e da responsabilidade do Ministro da Educação, o Ministro Aloizio Mercadante; com certeza, ele está muito atento. Então, a minha preocupação é esta: há dinheiro para oferecer esses cursos gratuitos? Há. Então, por que o dinheiro do Pronatec? É só esse o registro mesmo.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, primeiro, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> que sempre que vem à tribuna trata de temas de todo o interesse do nosso povo, de toda a nossa gente. Eu diria que V. Ex<sup>a</sup>, nesse aspecto de valorizar o ensino

técnico, está coberta de razão. No Governo Lula e Dilma, nós mais que triplicamos o número de escolas técnicas no País; e mais que dobramos o número de universidades também. Essa formação técnica vai permitir que a nossa juventude se prepare, que ganhe um salário melhor e que depois, inclusive, possa fazer uma universidade no período em que entender mais adequado. Sei da posição do Senador Ataídes, dessa posição firme que tem em relação ao Sistema S, mas minha formação foi no Senai, a de Lula também foi no Senai. Diria que, se pegarmos Câmara e Senado, veremos que aqui há mais de uma centena de parlamentares que passaram pelos cursos do Sistema S. Se o Sistema S tem problemas – e sobre isso tenho conversado com V. Ex<sup>a</sup> –, temos de aperfeiçoá-lo, de melhorá-lo. Mas o Pronatec, como V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem, foi uma bela iniciativa do Governo da Presidente Dilma e do Presidente Lula, ou de Lula e de Dilma, não importa a ordem, já que ambos caminham na mesma linha. O Ministro Aloizio Mercadante tem colaborado muito, incentivado e multiplicado o número de escolas. Por isso, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Antes, eu falava da tribuna e dizia que a Presidenta Dilma esteve no Estado este fim de semana, na sexta-feira, e levou mais escolas técnicas, mais investimentos para essa área. Que bom que o seu Estado vai pela mesma linha! Sou fã do Pronatec.

**A SR<sup>a</sup> ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Sem dúvida nenhuma é um programa de extrema relevância e importância. Por isso, estamos aqui a destacar esses números do Pronatec e do Sesi/Senai.

O Senai integrou-se a esse esforço do Governo Federal, do Ministério da Educação, em 2011, e abriu 85 matrículas em cursos vinculados ao Pronatec, quando ainda não se tinha confirmado se seria uma parceria com os Estados ou com o Sistema S. Foram cursos como o de auxiliar administrativo, desenhistas de produtos gráficos/web, instalador e reparador de redes de computador. Como se vê, são cursos voltados para a nova realidade do mercado de trabalho e para a crescente necessidade de contarmos com técnicos da área tecnológica, em especial na informática.

Esse esforço acentuou-se em 2012, quando o Senai-RR fixou meta inicial de 1.540 matrículas, mas superou essa previsão. Alcançou nada mais do que 2.354 matrículas, não apenas nos cursos originais, mas em diversos outros, igualmente necessários para a realidade econômica com a qual convivemos hoje, analisando o mercado de trabalho local e nacional.

Passou, também, a atender outros Municípios, além de Boa Vista, a nossa capital. Um esforço que merece a nossa atenção, o nosso reconhecimento.

Então, manifesto, aqui da tribuna, o meu reconhecimento pelo trabalho realizado pelo Senai de Roraima, assim como a expectativa de que esse trabalho se amplie ainda mais ao longo dos próximos anos.

Não podemos deixar de registrar, de falar, mais uma vez, aqui, de destacar, como bem colocou o Senador Paulo Paim, que os Governos Lula e Dilma sempre priorizaram a educação em nosso País, ampliando o número de vagas no ensino médio e tecnológico, profissionalizante. Inclusive, o nosso Estado de Roraima será contemplado com mais um instituto federal, que irá atender 1.250 jovens no ensino profissionalizante e técnico. As obras deverão iniciar logo mais, a partir de maio; o Instituto Federal já está tomando todas as providências para o início dessas obras.

Não podemos deixar, também, de reconhecer a ampliação das vagas nas universidades federais, a valorização dos cursos, a abertura de cursos noturnos para beneficiar os trabalhadores, os estudantes de baixa renda que precisam trabalhar, ampliando também as vagas no ProUni.

O ProUni é de fundamental importância para o nosso País. Não podemos deixar, também, de destacar o Fies, que está possibilitando que os alunos de baixa renda tenham acesso ao ensino superior privado.

Então, são inúmeras as ações que a gente gostaria de destacar, com veemência, no Governo da Presidenta Dilma na área de educação.

Reconhecemos, Sr. Presidente, que há muito a ser feito, mas o Governo da Presidenta Dilma é consciente da necessidade de avançarmos, inclusive aprovando o Plano Nacional de Educação, que define metas e diretrizes para a educação do nosso País até 2020. No momento, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos e deverá passar ainda pela Comissão de Educação e outras comissões.

Então, há urgência, há necessidade da aprovação do Plano Nacional de Educação para que nós tenhamos metas claras, diretrizes para todas as modalidades de ensino, para a educação em nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Angela Portela, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa o Senador Mozarildo Cavalcanti para integrar, como titular, as Comissões de Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Desenvolvimento Regional e Turismo, em substituição ao Senador Sodré Santoro, nos termos dos **Ofícios nºs 80 a 84, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

São os seguintes os Ofícios:

Of. nº 80/2013-BLUFOR

Brasília, 15 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência, para indicar, pelo Bloco Parlamentar, União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Sodré Santoro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Of. nº 81/2013-BLUFOR

Brasília, 15 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Sodré Santoro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Of. nº 82/2013-BLUFOR

Brasília, 15 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro Titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Sodré Santoro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força – PTB/PR/PSC/PPL.

Of. nº 83/2013-BLUFOR

Brasília, 15 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar,

pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro Titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Sodré Santoro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força – PTB/PR/PSC/PPL.

Of. nº 84/2013-BLUFOR

Brasília, 15 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro Titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em vaga anteriormente ocupada pelo nobre Senador Sodré Santoro.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força – PTB/PR/PSC/PPL.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Respeitando a alternância entre Líderes e oradores inscritos, passo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, pela Liderança do PMDB.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo tempo regimental, Senador Romero.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para mim é uma honra poder estar me dirigindo a todas as pessoas que estão nos acompanhando pela TV e pela Rádio Senado, Sr. Presidente.

Queria fazer quatro registros rápidos. Serei rápido, Senador Cícero Lucena – pode ter certeza disso – e Senador Ciro Nogueira também.

O primeiro deles é agradecer à Confederação Nacional do Comércio a outorga do colar de grande mérito das Federações do Comércio da Amazônia Legal, que me honraram com essa distinção, na sexta-feira passada, na cidade de Porto Velho.

Houve um encontro de presidentes das federações dos comércios de toda a Amazônia Legal, com onze Estados representados, e eu, o Governador de Rondônia, Confúcio Moura, e o empresário Sérgio Longen fomos homenageados com esse reconhecimento, que para nós é um incentivo muito grande.

Queria registrar, efetivamente, corroborando inclusive o que disse lá no meu discurso, representando os agraciados com o prêmio, o nosso reconhecimento ao

trabalho da Federação do Comércio, da Confederação Nacional do Comércio e ao Sistema S.

O Senador Ataídes tem feito uma campanha e um questionamento sobre o Sistema S, a Senadora Angela Portela falou aqui também, mas, no caso da Amazônia e no caso de Roraima, temos um trabalho, feito tanto pelo Sesc/Senac quanto pelo Sesi e também por outras confederações, extremamente relevante e importante para o nosso Estado.

Então, gostaria aqui de agradecer e registrar o trabalho do Sesc, do Senac, porque também foram parte da homenagem que fizeram a mim.

Quero também, Sr. Presidente, registrar, com satisfação, que a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei do Orçamento Federal para 2013, que nós votamos só este ano por conta da questão dos *royalties*. E a sanção da Presidente Dilma orgulha-me muito porque foi uma sanção feita sem nenhum veto. O orçamento foi sancionado sem nenhum veto neste ano! E o Governo tem um instrumento efetivo para trabalhar, para ampliar os investimentos e para aumentar a geração de emprego, Senador Paim, porque este é um desafio que nós temos. Nós estamos vivendo uma encruzilhada econômica, um desafio importante. Tem caído o nível de crescimento do emprego. Nós temos que retomar o nível do crescimento da economia e também do crescimento do emprego, e, sem dúvida nenhuma, o instrumento federal é o meio adequado para isso.

Inclusive, o Governo encaminhou esta semana a nova margem da LDO, os novos parâmetros macroeconômicos para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. Encaminhou 4,5% de previsão de inflação, 4,5% de crescimento da economia e R\$67 bilhões de abatimento do superávit primário, previsto em R\$167 bilhões.

Portanto, esses são os dados macroeconômicos que o Governo enviou para confecção do orçamento do ano que vem. Isso suscita um desafio que nós temos: retomar o crescimento de 2013, para chegar a 2014 com um crescimento de 4,5%, como está sendo previsto, e também endurecer no combate à inflação, para que nós tenhamos a condição efetiva de diminuir a inflação no ano de 2013 e chegar em 2014 ao centro da meta, que é 4,5% de inflação.

Ouço, com satisfação, o Senador Ataídes Oliveira.

**O Sr. Ataídes Oliveira** (Bloco/PSDB – TO) – Senador Romero, fico muito contente de ouvir V. Ex<sup>a</sup> dizer que o Sesi/Senai, em especial no seu Estado, tem trabalhado corretamente, porque eu também tive dito nesta tribuna que sou um defensor do Sistema S, que, como o Pronatec, é uma ideia maravilhosa de profissionalizar o nosso trabalhador, de qualificar o nosso trabalhar e dar-lhe oportunidade. Agora o que eu busco, Senador Jucá, é transparência no sistema,

que não existe. Trata-se de um sistema criado há mais de 70 anos, com uma arrecadação que deve chegar, neste ano, a algo em torno de R\$18 bilhões do dinheiro público, sem nenhuma transparência. Essa é a minha preocupação. E, quando me refiro ao Pronatec, é com muito carinho. Agora, não consigo ver é botar dinheiro do Pronatec em cima de R\$5 bilhões do Sesi/Senai aplicado em banco. E tive uma informação ontem – ontem, não: na sexta-feira –, Senador, que me deixou estarrecido, e acho que não é de conhecimento do povo brasileiro e até mesmo desta Casa: as confederações dos entes do Sistema S, que devem ter recebido, no ano passado, algo em torno de quase R\$1 bilhão das entidades, não podem ser fiscalizadas por órgão nenhum deste País! Veja só: CNI, CNA, CNT, CNC não podem ser fiscalizadas por nenhum órgão de fiscalização. Então, quero me coadunar com V. Ex<sup>a</sup>, porque também sou um defensor do Sistema S, mas busco a transparência, a seriedade no Sistema, e aumentar esses cursos gratuitos, que hoje são cobrados com preços exorbitantes. É isso que eu defendo, Senador Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR) – Registro, Senador Ataídes, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> e também que entendo que deve haver transparência e fiscalização e prestação de contas. Acho que temos que fortalecer as confederações, mas, efetivamente, todo trabalho deve ser transparente.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer um registro que é salutar de ser feito de que economistas do mundo inteiro criaram novos parâmetros para analisar a condição de vida nos países. Além, Senador Cícero Lucena, de se ter o parâmetro econômico com avaliação do PIB, economistas do mundo inteiro criaram um índice que leva em conta o bem-estar da população. Isso está sendo medido em 50 dos principais países do mundo. O índice de bem-estar da população leva em conta fatores como nutrição, assistência médica, moradia e sustentabilidade ambiental. Quem lidera esse Índice de Progresso Social – que é assim que o índice é chamado –, o país que lidera esse índice é a Suécia; em segundo lugar, está o Reino Unido; em terceiro lugar, a Suíça, o Canadá, a Alemanha e os Estados Unidos; e o Brasil, Senador Cyro Miranda, está em 18º lugar nesse índice do progresso, atrás do Chile, da Costa Rica e da Argentina.

Portanto, temos um desafio grande pela frente, Senador Sérgio Souza, que preside esta sessão, que é não só ser medido pelo IDH, mas ser medido também, além de pelo PIB e pelo IDH, por esse Índice de Progresso Social, que é um índice mais humanista, que efetivamente leva em conta a condição de medir, se fosse possível medir, a felicidade da população de determinado país.

Então, sem dúvida nenhuma, eu quero louvar esse novo índice. Eu acho que é mais um dado que se soma, para que governantes e sociedade debatam a situação de cada país, e a gente encontre caminhos efetivos para melhorar a condição de vida da população.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer e agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

Como próximo orador inscrito, passo a palavra ao ilustre Senador Ciro Nogueira, do PP do PI.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelo prazo regimental, Senador Ciro.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco/PP – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para tratar de um tema que tem tomado a mídia, as discussões em todos os lugares do nosso País.

A sociedade brasileira se vê, mais uma vez, envolvida por um sentimento de injustiça e impunidade.

A morte do estudante Victor Hugo Deppman, de 19 anos, assassinado por um adolescente na porta de sua casa na semana passada, em São Paulo, causou uma verdadeira comoção pelo País. E se tratou de divulgar muitos outros incidentes envolvendo adolescentes por todo o nosso Brasil. Isso passa a representar, Sr. Presidente, um marco na mobilização dos brasileiros que exigem mecanismos legais para dar um basta aos incontáveis crimes cometidos por adolescentes que atuam protegidos pela menoridade.

Cada vez mais fatos que despertam emoções intensas e chocam o País ocorrem, e essas discussões vêm à tona por conta desses fatos. Entretanto, Srs. Senadores, diante desse clamor por justiça que ouvimos em todos os cantos deste Brasil, penso que o Congresso Nacional deve dar sua resposta definitiva à sociedade nesse sentido de discutir – de forma madura e desapaixonada – a questão da redução da maioridade penal.

Vamos pensar no absurdo que é saber que a vida do estudante Victor Hugo custará, no máximo, a reclusão de três anos ao assassino, que, aliás, está tão amparado pela nossa legislação, que nem mesmo terá o seu nome revelado, porque ele é menor de idade.

Vamos pensar, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, que o assassino do estudante Victor Hugo, assim como milhares de outros criminosos em todo o País, empunham mais do que uma arma, uma pistola, uma faca: eles também estão armados com a cláusula do Estatuto da Criança e do Adolescente que garante que menores de 18 anos não podem ser penalizados ou punidos.

Não restam dúvidas: acredito que somente a redução da maioridade penal poderá acabar de vez com a sensação de impunidade que amedronta nossas famílias. Por essa razão, apresentei o projeto de lei no qual defendo, veementemente, essa posição. Além disso, os menores apreendidos devem ter um tempo maior de internação, considerando-se a gravidade das infrações. Quanto mais grave o crime, maior deve ser a pena, que, aliás, deve ser integralmente cumprida, mesmo que o menor passe de 21 anos de idade.

Sr. Presidente, o Direito deve acompanhar a evolução da sociedade. Há duas décadas, pessoas amadureciam bem mais tarde que hoje em dia. Atualmente, as crianças e adolescentes têm acesso a todo tipo de informação, ou seja, o jovem menor de 18 anos antigamente era muito mais ingênuo do que é o menor de hoje, e muito mais passível de ser reeducado. Os adolescentes deste século XXI são perfeitamente capazes de compreender seus atos e devem ser responsabilizados por isso.

A sociedade evoluiu, de modo que a legislação deve adequar-se aos novos tempos. O fato é que devemos enfrentar essa discussão, sabendo que, se escoelhermos manter em 18 anos o limite para a condição de impunidade, estaremos desprezando o desenvolvimento mental de nossos jovens.

A redução da maioridade, por si só, não resolveria os graves problemas de segurança em nosso País, mas é indiscutível que o endurecimento de suas leis vai diminuir o número de crimes praticados por menores que, em função da impunidade, sentem-se incentivados à prática do crime.

Por último, ao lado da redução da maioridade penal, temos que continuar defendendo a adoção de políticas públicas que favoreçam nossas crianças e adolescentes, tratando-os como prioridade em educação, saúde, lazer, alimentação, profissionalização, dignidade e respeito. Garantir a inclusão de nossas crianças e nossos jovens a melhores condições de vida é um dos principais passos para evitar que eles entrem no mundo do crime. Ao lado de tudo isso, será necessário um sistema que assegure aos infratores a verdadeira justiça reeducativa, com oportunidades dignas de recuperação e ressocialização, porque todos merecem uma nova chance, ao mesmo tempo em que a sociedade não pode ficar refém da insegurança que resulta de uma legislação que só tem favorecido a prática de todos esses crimes.

Isso tem que mudar. É por essa mudança que vamos lutar em uma discussão de alto nível que esta Casa terá de travar nos próximos meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. PMDB – PR) – Obrigado, Senador Ciro. Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que esse é um tema que sempre me tem preocupado muito. Inclusive, sou autor de um projeto de lei que está na relatoria, há bastante tempo, do Senador Eduardo Suplicy. Já pedi a ele a agilidade necessária, e, infelizmente, ocorre um trágico desses na cidade e no Estado de São Paulo, e talvez isso vá sensibilizá-lo a trazer pelo menos para o debate esse projeto de lei.

O que diz o projeto?

Não se trata da redução da maioridade penal, mas nos casos de reincidência de menor infrator em crimes graves, ele será julgado pelo Código de Processo Penal e aplicado a ele a pena do Código Penal brasileiro. Até a idade de 18 anos, ele vai ficar recluso no estabelecimento adequado. Mas, após os 18 anos, ele vai para o estabelecimento como qualquer cidadão que tenha sua maioridade penal já atingida.

Isso porque, no Brasil hoje – e aí louvo V. Ex<sup>a</sup> pela sensibilidade de trazer este tema ao Senado –, há uma sensação de impunidade, pois o menor é utilizado, por vezes, por organizações criminosas para o cometimento de crimes graves, sob o manto de que ao menor não chegará a punibilidade, ele não terá os mesmo rigores da lei que tem um adulto.

Então, parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e pode contar também com a minha atuação nesse sentido.

**O SR. CIRO NOGUEIRA** (Bloco/PP – PI) – Eu que agradeço.

O senhor tem toda a razão. E muitos desses jovens nem cometem o crime, mas são utilizados por essas quadrilhas para assumirem esses crimes.

O que é certo, Senador Sérgio, é que nós temos de trazer esse debate, e algo tem de ser feito, urgentemente, para acabar com a sensação de impunidade que campeia pelo nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – E cabe a nós congressistas.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Ciro Lucena, do PSDB da Paraíba, pelo tempo regimental.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ciro, que vai, junto comigo, atuar na Subcomissão para Acompanhamento das Obras da Copa e das Olimpíadas, tem a palavra pelo tempo regimental.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Sérgio. Para mim é uma honra ser chamado de Senador Ciro, embora seja Cícero. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cícero Lucena, desculpe-me, mas é uma honra...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tinha terminado de ouvir o Senador Ciro, e nada mais natural do que haver a confusão.

Mas, Sr. Presidente, para mim também é uma honra estar ao seu lado como relator, no sentido de que a gente possa cumprir o nosso papel na Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento da Copa. Com fé em Deus, faremos um bom trabalho, cumpriremos os nossos objetivos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é com pesar que ocupo este espaço para registrar o falecimento do advogado, procurador aposentado, escritor, ex-prefeito de João Pessoa e ex-governador da Paraíba Dr. Dorgival Terceiro Neto, aos 80 anos.

Ele faleceu na última sexta-feira, dia 12, sendo que, há 30 dias, estava internado no Hospital da Unimed. Segundo a família, duas paradas cardiorrespiratórias, em decorrência de um AVC, provocaram a sua morte.

Dorgival Terceiro Neto foi velado no Palácio da Redenção, em João Pessoa, e o seu sepultamento foi na sua terra natal, a cidade de Taperoá.

O ex-Governador deixa a viúva, a Sr<sup>a</sup> Marlene Muniz Terceiro Neto; os filhos Dorgival Terceiro Neto Júnior, Germana Terceiro Neto Parente Miranda e Adriana Terceiro Neto Bernardo de Albuquerque; oito netos, além de genros e nora.

Filho de Melquíades Vilar e de Eliza Vilar, começou seus estudos na cidade de Patos, no Sertão da Paraíba, no Ginásio Diocesano, e, no ano de 1950, seguiu para a cidade de João Pessoa, onde concluiu seus estudos no Liceu Paraibano e prestou vestibular para o curso de Direito, curso este que concluiu, em 1957, pela Faculdade de Direito da Paraíba, hoje Universidade Federal da Paraíba.

Iniciou a vida profissional no Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e, posteriormente, passou a trabalhar no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Foi um dos incentivadores da federalização da faculdade local e ainda exerceu as funções de assessor do Conselho Estadual de Desenvolvimento e de diretor de crédito e fomento do Banco do Estado da Paraíba, o antigo Paraiban. Foi Procurador do Estado da Paraíba e, por fim, foi professor de Direito Civil e de Direito Agrário da Universidade Federal da Paraíba.

Dorgival Terceiro Neto iniciou sua carreira política no início da década de 70. Em 1971, foi nomeado Prefeito de João Pessoa pelo então Governador Ernani Sátiro. Na época, os prefeitos das capitais não eram eleitos, como nas demais cidades. Ao terminar

o mandato de prefeito, foi eleito indiretamente, em 1974, para o cargo de Vice-Governador da Paraíba, na chapa encabeçada por Ivan Bichara Sobreira. Na época, os governadores e vices também não eram eleitos diretamente, eram escolhidos pelos Deputados Estaduais, no chamado Colégio Eleitoral, e nomeados pela Presidência da República.

Dorgival Terceiro Neto assumiu o mandato de Governador no dia 14 de agosto de 1978, em consequência da renúncia de Ivan Bichara, que se candidatou ao Senado, mas não obteve êxito. Ficou no cargo de Governador até 15 de março de 1979, quando o Professor Tarcísio de Miranda Burity assumiu o governo do Estado.

Assumiu a Cadeira nº 07 na Academia Paraibana de Letras em 17 de junho de 1999, tendo como patrono Arthur Achiles. Foi recepcionado pelo jornalista e acadêmico Luiz Gonzaga Rodrigues.

Portanto, gostaria de solicitar, nos termos do disposto nos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador da Paraíba Dorgival Terceiro Neto, bem como a apresentação de condolências à família por parte do Senado Federal. O requerimento foi assinado por mim e também pelo Senador Cássio Cunha Lima.

Sr. Presidente, há um tema sobre o qual tenho falado praticamente todas as semanas nesta Casa. Refiro-me à seca do Nordeste e, em particular, à seca da Paraíba.

Ontem, estive na cidade de Guarabira, no Brejo Paraibano. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha ideia, há poucos anos, era inadmissível, na Paraíba, fazer qualquer comentário sobre uma possível seca nesta região chamada Brejo Paraibano. Podia até haver menos chuvas, um inverno com mais ou menos chuvas, mas falar em seca era algo inadmissível. Ontem, na cidade-polo dessa região do Brejo Paraibano, a cidade de Guarabira, participei de uma caminhada até a cidade vizinha de Cuitegi e de lá até a barragem que abastece hoje essa cidade.

Sr. Presidente, trago esse relato para, de forma clara, demonstrar que as ações do Governo não estão compatíveis com a necessidade e o sofrimento da população. Eu estou falando de abastecimento d'água para seres humanos.

Na região, estão cadastrados cerca de 50 carros-pipas. Há um mercado paralelo em que outros 70 carros-pipas estão pagando R\$50,00 por cada carrada à Cagepa – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – para carregar seus caminhões nesse manancial. Pois bem, Sr. Presidente, esses carros-pipas estão vendendo a água por R\$300,00, numa demonstração clara de que o número de cadastros de carros-pipas

é insuficiente, menos da metade dos carros que estão sendo utilizados para abastecer as comunidades: 50 são cadastrados, e outros 70 estão comercializando a água. E a demanda é maior do que a desses 120 carros-pipas, porque muitos estão precisando da água, não recebem do Governo e não têm os R\$300,00 para pagar por um carro-pipa.

Essa é uma demonstração clara daquilo que venho dizendo. É para isto que venho alertando desta tribuna e desta Casa: o Governo precisa dimensionar melhor a gravidade da seca, da sede, da fome no Nordeste.

Se falarmos sobre a questão da fome, Sr. Presidente, o alimento, no Nordeste, infelizmente, assumiu preços exorbitantes. O valor do Bolsa Família não tem reajuste – é pouco o que pagam – e se mantém ao longo dos anos como base principal para atender e ajudar a enfrentar a fome do povo nordestino. Os preços de alguns alimentos estão sofrendo aumento de até 600%.

Há poucos dias, estive em Esperança, dando entrevista a um programa de rádio. Lá se falava que a fava, na área produtora, custava R\$4,00 há pouco tempo; agora, está custando R\$24,00 o quilo da fava. Sr. Presidente, com os R\$70,00 do Bolsa Família, poderiam ser comprados de 16 quilos a 17 quilos de fava, mas, hoje, com esse valor, compram-se três quilos apenas. Esse é um exemplo da gravidade da situação que estamos vivendo hoje no Nordeste.

Está chovendo, mas não chegou junto com a chuva o alimento, não chegou junto com a chuva o abastecimento de água para a população. Pelas notícias e informações que temos, esse inverno não vai repor as condições hídricas no Nordeste para atender à demanda necessária. Portanto, o Governo precisa ter sensibilidade, gerenciamento, competência e vontade política para enfrentar esse problema.

Por falta de transporte, o milho ainda não chegou à Paraíba, onde 70% do rebanho já estão disseminados. Está em tempo de o Governo planejar a chegada ao Estado do milho de que ele sabe que vai precisar neste ano. É preciso começar a fazer o transporte para estocar milho na Paraíba, para nós não sofrermos da mesma forma que estamos sofrendo hoje.

É preciso redimensionar a questão dos carros-pipas, até porque, quanto maior a seca, mais distantes ficam os mananciais para abastecer os carros-pipas. Ao ficarem distantes os mananciais, aumenta o tempo, diminui a quantidade de transporte por dia, e, consequentemente, menos pessoas são atendidas e abastecidas. É preciso redimensionar essa quantidade e planejar a questão do transporte do milho.

Por fim, trato de outro assunto que é fundamental. Não adianta o Governo dizer que disponibilizou o

recurso de R\$2 bilhões para o financiamento do pequeno e médio agricultor! Desde 2007, tenho um projeto aqui, para que se dê anistia a esses pequenos agricultores, porque isso já está na conta do balanço do Banco do Nordeste como prejuízo. E são recursos do Fundo Constitucional do Nordeste. Portanto, podem e devem ser anistiados os pequenos agricultores, que, ao longo desses anos, vêm enfrentando secas e condições precárias, não podendo gerar renda e cumprir com seus compromissos.

Por isso, Sr. Presidente, nós pedimos para que o Governo adote medidas, de uma vez por todas, para tornar os nossos pequenos e médios agricultores do Nordeste adimplentes, para que, consequentemente, eles possam ter a chance mínima de acesso ao Banco do Nordeste para financiar o custeio para a manutenção do rebanho e também para ter condições de produzir algo. Do jeito que vai, o Banco do Nordeste, em vez de facilitar esses empréstimos, de fazer essa anistia, está entrando com ações na Justiça para tomar as terras dos pequenos e médios agricultores nordestinos. Do jeito que vai – repito –, o Banco do Nordeste vai terminar sendo o maior latifundiário do Nordeste por tomar terra dos pobres agricultores nordestinos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Meu muito obrigado. Que Deus proteja a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cícero Lucena, meu colega, V. Exª poderia assumir a Presidência, para que eu pudesse fazer meu pronunciamento na tarde noite de hoje?

*O Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.*

**O SR. PRESIDENTE** (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Cícero Lucena; caros ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado; senhoras e senhores, estou no Senado da República há quase dois anos. Cheguei aqui em junho de 2014, por ocasião da escolha pela Presidente Dilma da Senadora Gleisi Hoffmann para integrar seu quadro de Ministros como Ministra Chefe da Casa Civil.

No ano de 2012, ao final do ano, uma revista de circulação nacional me deu o título de terceiro Senador mais atuante do Congresso Nacional no ranking do progresso.

E, hoje, pela manhã, no final da manhã, recebi uma honraria da Associação Comercial do Estado do Paraná, uma das mais antigas do Brasil, que tem mais de cem anos. Essa honraria é concedida a poucos ci-

dadãos paranaenses e é intitulada de Cidadania ACP, Cidadania da Associação Comercial do Paraná. Ela é concedida, Sr. Presidente, somente àqueles que defendem os princípios da ética, do respeito humano, da liberdade e da democracia.

Sou autor de um projeto de lei que, já aprovado no Senado Federal, encontra-se na Câmara dos Deputados, para instituir no currículo escolar, no ensino fundamental, a disciplina Cidadania, Moral e Ética e, no ensino médio, a disciplina Ética Social e Política. E aqui, desta tribuna, já justifiquei as razões da minha sugestão para incluirmos tais disciplinas no currículo. Principalmente, nós precisamos resgatar um pouco mais esse convívio em sociedade, o respeito ao próximo, o respeito ao mais idoso, o respeito ao cidadão. Cada vez mais, percebo que damos mais valor aos animais domésticos do que a um irmão de mesmo sangue.

Percebo também que há uma crítica muito forte aos políticos brasileiros pela sua postura. Nos nossos meios de comunicação, são recorrentes os momentos que demonstram situações que colocam todos nós, políticos, no constrangimento. Sugiro que venhamos a ensinar um pouco mais de política ao cidadão brasileiro, não a política ideológica, a política partidária – essa, não; essa se tem de aprender nos bastidores de cada um dos partidos –, mas a política em que o cidadão conhece um pouco mais os seus direitos e também os seus deveres com a sociedade e com a Pátria e, principalmente, saiba escolher seus representantes.

Pesquisas feitas logo após as eleições demonstram, normalmente, que 80% da população não se lembram mais em quem votou meses após as eleições, principalmente nas eleições proporcionais, em que escolhe seu legítimo representante seja na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, na Câmara Distrital ou no Congresso Nacional. E, mais do que isso: precisamos formar cidadãos que serão os representantes no futuro.

Esse projeto, que já está na Câmara dos Deputados, foi anexado a outro projeto e está pronto para votação. Espero que venha em forma de lei e que possamos incluir disciplinas tão importantes como Ética Social, Cidadania Moral e Política, no currículo escolar. O tamanho, a quantidade e o conteúdo quem vai decidir é a sociedade brasileira dentro do Conselho Nacional de Educação.

Sr. Presidente, também sou um defensor aguerrido das bandeiras do meu Estado, das bandeiras do Estado do Paraná. Por muitos anos, esse Estado e os Estados do Sul têm sido tímidos. Percebo, cada vez mais, que precisamos empunhar essas bandeiras e tratá-las de forma diferenciada dentro do Congresso Nacional. Precisamos criar o ambiente propício e fa-

vorável à sua aprovação. Um projeto de lei não deve nascer, ser aprovado e ser instituído no mesmo dia. Ele tem que ser gestado, ele tem que ser construído, ele tem que ser preparado para se tornar, um dia, lei.

Há três bandeiras do meu Estado que gostaria de citar no dia de hoje.

Em 1988, quando da instalação da Constituinte, nos artigos próprios da Constituição Federal, foram definidas as competências para legislar sobre matéria tributária. Sobre o que a União diz que é dela, ela legisla. Depois, vem o Estado; depois, os Municípios. E foi dito que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços seria de competência dos Estados. E foi dito que o ICMS seria cobrado na produção, no Estado que produz.

Por meio de uma emenda de um membro da Constituinte, foi colocada uma vírgula e a palavra "exceção" para estabelecer que isso se daria com exceção da energia elétrica. Isso foi feito porque, nos anos 80, Itaipu produzia metade da energia elétrica do Brasil. Com isso se retirou a prerrogativa de gerar ICMS no local da produção. Nesse caso foi para o consumo, mas com exceção do petróleo, porque, nos anos 80, nós éramos grandes importadores de petróleo. E se retirou. No caso do petróleo também será no consumo, assim como no caso do gás natural e dos hidrocarbonados.

No entanto, passaram-se quase 25 anos, e a realidade do País é outra. Nós temos vários Estados brasileiros produzindo energia elétrica, e outros chegando agora com grandes usinas, como aquelas que estão sendo construídas no Estado de Rondônia, Jirau e Santo Antônio; e, no Estado do Pará, Belo Monte.

Nós deixamos de ser um país com taxa alta de importação de petróleo para sermos autossuficientes, se considerarmos a balança do que exportamos e do que importamos. Descobrimos a maravilha do pré-sal – e já se está produzindo, e muito. E agora, neste mês de maio, nós vamos ter um leilão que vai do Estado do Espírito Santo até o Estado do Maranhão, uma fronteira enorme na qual novos campos de petróleo poderão ser instalados e prospectados, gerando uma riqueza ímpar para o Nordeste brasileiro, Senador Cícero, que passará a ser um grande produtor de petróleo, a exemplo de poucos Estados, como o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado do Ceará e o Estado de Sergipe, que hoje são considerados produtores de petróleo. O Estado de Mato Grosso pode ser um grande produtor de gás natural.

Então, se considerarmos, hoje, o número de Estados produtores e o número de Estados consumidores... A realidade é diferente. Por isso, eu tenho defendido que nós devemos rever essa questão do ICMS da energia, do petróleo, do gás e dos hidrocar-

bonados, para que tenhamos uma regra só. Se este é o ano do Pacto Federativo, vamos discutir todos os temas para que possamos dar um mesmo tratamento a todos os Estados, a todas as unidades federativas, sem desconsiderarmos a necessidade do tratamento do desenvolvimento regional.

Também é uma das bandeiras do meu Estado a discussão das linhas que tratam o mar territorial. No Paraná e no Piauí, diferentemente de qualquer outro Estado brasileiro que tem mar, as linhas se cruzam a poucos quilômetros da costa. Ou seja, não é considerada no Brasil a regra global: que são as linhas paralelas e os meridianos, utilizados por qualquer cidadão brasileiro hoje para se localizar, que nós chamamos de coordenadas geográficas.

Além de outras bandeiras, Sr. Presidente, cito também a criação do Tribunal Regional Federal, que tem sido objeto de muitos comentários nos últimos dias, na imprensa nacional, na imprensa local e também nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. E eu venho à tribuna para dizer ao povo brasileiro que a criação do Tribunal Regional Federal é benéfica à população. O art. 27, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu § 6º, que criou os atuais cinco tribunais existentes hoje no Brasil, diz que nós devemos levar em consideração dois princípios para criar esses tribunais: territorialidade e número de processos.

Há cinco tribunais hoje no Brasil: um no Rio Grande do Sul, chamado de 4ª Região, próximo à costa brasileira; um no Estado de São Paulo, na capital de São Paulo, a pouco mais de 100 quilômetros da costa brasileira; outro no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, às margens da costa brasileira; outro na cidade de Recife, no Nordeste, às margens da costa brasileira. Tudo bem, grande número da população brasileira, a grande maioria está nessa costa. E, como considerar a questão da territorialidade, se há somente um tribunal no interior do País, que está aqui, na Capital Federal, em Brasília, que atende todo o Centro-Oeste, atende parte do Nordeste, atende o Norte inteiro? Vai de Minas Gerais ao Amapá, a Roraima, ao Amazonas, ao Acre, a Rondônia, ao Pará, à Bahia, pega o Mato Grosso, pega Goiás, o Tocantins.

Um desembargador federal recentemente me confessou que julga mil processos por mês, e ainda tem, no seu gabinete, uma pilha de mais de 25 mil processos.

Nós criamos, na Constituição de 1988, os tribunais regionais federais. E aí, Sr. Presidente, eu digo a V. Exª que também não está sendo observado o outro princípio, que é o princípio do número de processos. Nós tínhamos, no Brasil, em 1989, 96 mil processos para os cinco tribunais hoje existentes. Atualmente,

nós temos 1,1 milhão de processos nas pilhas dos tribunais espalhados pelo Brasil, desses cinco tribunais. Então, também não estamos observando o princípio do número de processos.

Agora, que processos são esses? É bom que se diga que 80% são de natureza previdenciária. Oitenta por cento! Isso quer dizer que há quase um milhão de processos parados nos porões dos tribunais regionais federais hoje, que são da sua aposentadoria, da revisão da sua aposentadoria.

Sr. Presidente, o fato de haver essa morosidade toda na Justiça Federal do 2º grau faz com que o cidadão brasileiro seja desestimulado a buscar a justiça, porque, se fosse um tribunal otimizado, um processo rápido, célere, que fosse perto da sua sede, da sua residência, do seu domicílio, não seria mais barato? Não seria mais eficiente? Nós teríamos mais brasileiros buscando a Justiça, buscando, na Justiça, os seus direitos.

Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores, não posso, de forma alguma, como Coordenador da Frente Parlamentar Pró-Tribunais Regionais Federais no Brasil, admitir o que tem sido falado na imprensa e nos Poderes da República. Dizem que não se justifica a criação desses tribunais.

O custo, o impacto orçamentário financeiro dado pelo próprio Poder Judiciário, pelo Superior Tribunal de Justiça, entregue à Frente Parlamentar Pró-Criação dos TRFs, no ano de 2012, demonstra que é em torno de R\$400 milhões. Muito distante dos R\$8 bilhões de que ouvimos falar. O custo total da Justiça Federal brasileira de 1º, 2º e 3º graus não chega a R\$8 bilhões. Setenta, 75% desse custo é do primeiro grau.

Então, Sr. Presidente, considerando a morosidade da Justiça Federal hoje, de segundo grau, que julga causas importantíssimas para a sociedade brasileira... E não é somente a previdenciária. Eu cito aqui também a discussão que tem o cidadão com relação à prestação da sua casa própria, financiada pelo Minha Casa, Minha Vida; financiada pela Caixa Econômica ou por qualquer órgão federal.

É a Justiça Federal a competente para discutir o valor da parcela que você está pagando, se você considerar que não é correta; é a Justiça Federal a competente para discutir e para julgar os crimes de contrabando, descaminho, tráfico de armas, de drogas, os crimes internacionais. E o meu Estado, o Estado do Paraná, e o Estado do Mato Grosso do Sul sofrem, e sofrem muito com isso por conta da morosidade da Justiça, porque nós somos fronteiras, e temos grandes, largas fronteiras secas com o Paraguai e com a Bolívia. Vários Estados brasileiros sofrem da mesma forma.

Assim, Sr. Presidente, na minha humilde visão, 96 mil processos em 1999 justificaram a criação de cinco Tribunais Regionais Federais no Brasil; 1,1 milhão de processos pode, sim, justificar a criação de mais quatro tribunais no Brasil para observar também o princípio da territorialidade. Teremos um na capital do Estado do Paraná, Curitiba; teremos um na capital do Amazonas, Manaus; um na Bahia e o outro em Minas Gerais, em Belo Horizonte. Só assim nós daremos à Justiça brasileira a celeridade de que ela precisa e daremos ao jurisdicionado o tratamento que ele merece por ser cidadão brasileiro.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu rogo ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que seja promulgada essa proposta de emenda constitucional o mais rápido possível. Chegou à Mesa do Congresso na última sexta-feira. Já está com todos os autógrafos prontos, e essa proposta já está gestada dentro do Congresso Nacional. É uma emenda constitucional proposta por um Senador da República. No ano de 2001 foi votada no Senado Federal. Desde 2002 foi aprimorada na Câmara dos Deputados, sendo votada em primeiro e segundo turno agora, no ano de 2012. Portanto, está devidamente pronta para ser promulgada, e é justificável a criação dos quatro Tribunais Regionais Federais no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e a todos uma boa tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Cícero Lucena. Bloco/PSDB - PB) – Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, Senador Sérgio Souza, de estar subindo à tribuna do Senado nesta noite, na semana em que Brasília completa 53 anos, para celebrar avanços, celebrar conquistas da população do Distrito Federal e do Governo do Distrito Federal que representa a população, já que foi eleito para governar o Distrito Federal; mas, infelizmente, com muita tristeza, subo a esta tribuna para denunciar o verdadeiro descaso, o abandono do Distrito Federal.

É um absurdo que na Capital da República, em pleno Séc. XXI, nós estejamos vivendo nas nossas cidades do Distrito Federal o verdadeiro abandono, a falta de Governo que nós estamos presenciando neste momento. E nós poderíamos dizer que esse abandono se reflete em praticamente todas as áreas da administração pública.

O País acompanhou, pesaroso, surpreso, estupefato, a notícia do fechamento da maternidade do Hospital Regional de Ceilândia, cidade mais populosa do Distrito Federal, após a morte de sete bebês, de sete

recém-nascidos, dois deles por uma bactéria chamada *Serratia*, que foi a causa já comprovada dessas mortes.

A morte dessas sete criancinhas, desses sete bebês revela a face mais cruel do abandono em que vive o Distrito Federal, da falta de governo em que vive o Distrito Federal.

É importante registrar, Sr. Presidente, que o Governador de Brasília atual, Agnelo Queiroz, é médico, assumiu e fez sua campanha colocando a saúde pública como uma prioridade do seu Governo e que ele seria o secretário de saúde nos primeiros seis meses.

O que a gente percebe, até este momento, é que não houve nenhuma mudança fundamental, expressiva, relevante na saúde do Distrito Federal. As pessoas continuam passando semanas, meses para conseguir um atendimento, para conseguir fazer um exame, uma cirurgia. Demoraram seis dias para o Secretário de Saúde se dirigir ao Hospital de Ceilândia para ver *in loco* o que estava acontecendo naquela unidade hospitalar e que ocasionou a morte dessas crianças.

Isso é revoltante, porque a própria imprensa indica que servidores daquele hospital já haviam alertado as autoridades do Distrito Federal da possibilidade de contaminação, pela situação precária daquele hospital. E é inadmissível que, em pleno Séc. XXI, possamos imaginar um surto desses, de mortes desse tipo por falta de higiene, por falta de higiene numa maternidade, maternidade essa que está fechada, maternidade que fazia o maior número de partos no Distrito Federal.

Mas como disse, infelizmente, o abandono não é só na saúde, porque não mudou nenhuma concepção no sistema público de saúde do Distrito Federal. Continua-se comprando, de forma emergencial, remédios que já se sabe de antemão que precisarão ser comprados. E ao ter que comprar de forma emergencial, continua-se comprando remédio acima dos preços de mercado, como a imprensa tem demonstrado.

Mas na segurança não é diferente, Sr. Presidente. A violência que assola o Distrito Federal faz com que, hoje, qualquer mãe de família, qualquer pai de família viva uma verdadeira aflição quando seus filhos saem de casa até o momento do retorno desses filhos. Tivemos a oportunidade de ouvir relatos comoventes de pais e mães nas cidades de Brazlândia, nas cidades de Taguatinga, de Ceilândia e de Samambaia nesse final de semana, quando realizamos os Congressos Zonais do Partido Socialista Brasileiro, sobre a total insegurança que paira sobre o Distrito Federal: as drogas sendo comercializadas nas portas das escolas; as pessoas sendo ameaçadas. A cidade está acompanhando os crimes graves que aconteceram recentemente e a têm sobressaltado, que infelizmente se transformaram em rotina na vida dos cidadãos brasilienses.

Os dados da violência de 2011 e de 2012, em relação aos de 2010, são chocantes. É importante que as pessoas saibam que em 2010, no ano da maior crise política do Distrito Federal, tivemos quatro governadores. Ainda assim, os índices de violência, nos anos já concluídos, de 2011 e de 2012, em todos os tipos de crimes violentos, aumentaram de forma impressionante.

É inimaginável a notícia de que em pleno Séc. XXI uma criança foi tragada – e morreu – por um bueiro, após uma chuva forte. O bueiro era um verdadeiro buraco. O fato é que esse mesmo risco, essa mesma situação que causou a morte dessa criança existe em praticamente todas as cidades do Distrito Federal.

Infelizmente, como mostrou o jornal, é uma situação comum, fruto do abandono. Esse abandono começa com os administradores regionais. Muitos deles sequer são moradores das cidades que administram. Não conhecem as cidades, não conhecem as pessoas das cidades, estão ali por um mero arranjo político, eleitoral. Não guardam nenhuma relação de compromisso com a cidade.

Tive a oportunidade de, há alguns dias – e postei isso no Facebook –, ir ao Condomínio Sol Nascente. É inimaginável, inadmissível que em plena Capital da República, a menos de 40 km do Palácio do Planalto, do Palácio do Buriti, tenhamos uma comunidade, que não é pequena, com centenas de milhares de pessoas vivendo daquele jeito. Nas ruas, o esgoto segue a céu aberto, as pessoas não têm como sair para trabalhar nos dias de chuva porque, literalmente, têm de atravessar poças enormes. Não conseguem encontrar nenhum pedacinho de chão nas suas ruas por onde possam passar sem atolar o pé na lama. Esta é a Capital da República, no ano de 2013, na qual nós estamos vivendo! É inadmissível!

E, ao mesmo tempo em que a gente percebe o relato desses absurdos, temos aqui o Tribunal de Contas do Distrito Federal apontando superfaturamento na compra da merenda escolar, superfaturamento na compra de alimentos não perecíveis da merenda escolar, em dois contratos emergenciais assinados pela Secretaria de Educação.

Minha gente, dois anos e três meses depois de iniciado o governo, será que o Governo não sabe que tinha que comprar merenda escolar? Por que tudo tem que ser feito de forma emergencial? Eu só posso imaginar que existe um interesse obscuro na compra emergencial, que é o de favorecer determinadas empresas e fazer com que, efetivamente, o DF compre por preços muito mais elevados do que poderia comprar. Estamos falando de merenda escolar! De acordo com o Tribunal, todos os produtos – todos os produtos!

– apresentavam preços entre 40% e 118% acima do valor de mercado.

De um lado, o abandono da saúde, o abandono da segurança, o abandono das cidades; de outro lado, o superfaturamento, o superfaturamento da merenda escolar. Para beneficiar quem? Com que objetivo? Compras emergenciais na saúde, compras emergenciais na educação, dois anos e três meses depois de iniciado o Governo.

Os contratos foram assinados com a empresa Atacadista de Alimentos Fonte Fofinho Ltda. e Comércio e várias outras. O Tribunal relata os valores que o próprio GDF já tinha contratado. Portanto, tinha ata de preço, podia ter comprado por valor muito mais baixo, mas optou pela compra emergencial de forma superfaturada. Mas não é só, infelizmente não é só.

Superfaturamento do estádio. O Tribunal de Contas do Distrito Federal também apontou vários superfaturamentos ao longo da obra e, agora, mais recentemente, superfaturamento na execução da cobertura do estádio. Suspendeu o edital e fez com que o Governo do Distrito Federal reduzisse em 23% o custo do pregão para sinalização do estádio. E se não fosse essa ação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que o Governo do Distrito Federal reputa como uma ação política de quem quer atrapalhar o Governo do Distrito Federal?

Ora, está aqui. O Governo foi capaz, em função da decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de reduzir em 23,6% o custo do pregão para sinalização dos estádios. Por que não fez antes? E se o Tribunal de Contas não tivesse apontado, de forma preventiva, essa questão? É o mesmo descaso!

Este Governo demonstra falta de compromisso com a história da cidade, com a história do País ao se submeter a todas as exigências da FIFA. E quanto ao nome do Estádio de Brasília, carinhosamente batizado de Mané Garrincha, o Governador, de forma subserviente, mais uma vez se curvou à pressão da FIFA e vetou o projeto de lei que garante o nome Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Quero dizer ao Governador Agnelo que para a população de Brasília esse estádio será sempre Mané Garrincha. Mané Garrincha é um nome que expressa, mais do que qualquer outro, a criatividade da população brasileira, a criatividade do futebol brasileiro, do futebol arte brasileiro.

As trapalhadas do Governo não param por aí. Semana passada, o Governo do Distrito Federal publicou, quebrando o sigilo fiscal, a dívida de imposto de milhares de contribuintes no Diário Oficial do Distrito Federal. São mais de 300 páginas publicadas,

com uma extensa lista de nomes e CPFs de pessoas que deviam o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

Hoje, o jornal *Valor Econômico* trouxe uma matéria que mostra o completo desconhecimento da empresa de Cingapura, Jurong, para planejar o desenvolvimento do Distrito Federal. Foram apresentados dados completamente equivocados. Os próprios técnicos da Codeplan acabaram contestando os dados da empresa de Cingapura.

Fico impressionado como um governo, realmente sem projeto e sem ideia, vai buscar numa empresa de Cingapura a alternativa, a receita, para o desenvolvimento!

Tenho certeza de que vamos ter um conjunto de papéis – papel aceita tudo – para serem utilizados na campanha eleitoral, como se fossem um programa de governo.

É a população do Distrito Federal que não tem acesso, que não tem direito a uma saúde de qualidade, que não tem direito a segurança, que está custeando com seus impostos a contratação de uma empresa que não tem a menor relação com Brasília, para que seja apresentado o que seria um programa, o que será apenas – não tenho dúvida – um instrumento de campanha eleitoral.

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, é com muita tristeza, é com muita indignação, como uma pessoa apaixonada por esta cidade, que viveu a vida toda nesta cidade, que tem profundo compromisso com o Distrito Federal, que subo a esta tribuna para denunciar o descaso, o desmando, o abandono.

Gostaria muito de estar aqui celebrando avanços, conquistas para a população do Distrito Federal, mas não tenho elementos para fazê-lo neste momento. Sinto-me na obrigação de subir à tribuna para denunciar o desgoverno, a falta de governo que infelicita o Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Cícero Lucena deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Não há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

**ORDEM DO DIA****1****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO  
Nº 4, DE 2012**

(*Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 258, de 2013*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 2012, do Senador Inácio Arruda, que declara nula a Resolução da Mesa do Senado Federal que extinguiu o mandato do Senador Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont, adotada em 9 de janeiro de 1948. Parecer favorável, sob nº 156, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

**2****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011**

(*Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 259, de 2013*)

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011 (nº 4.529/2004, na Casa de origem, do Deputado Benjamin Maranhão), que institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. Pendente de Pareceres da CCJ, CAS, CE, CMA e CDH.

**3****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 117, DE 2012**

(*Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 280, de 2013*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2012 (nº 7.330/2010, na Casa de origem) de iniciativa da Presidência da República, que dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008. Pareceres favoráveis, sob nºs 207, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy; e 208, de 2013, de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Humberto Costa, com a Emenda nºs 1-CAE, que apresenta.

**4****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 84, DE 2013**

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 209, de 2013,

da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Humberto Costa), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2013.

**5****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que cria Tribunal Regional Federal. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

**6****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 89, DE 2011**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, I; devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

**7****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 86, DE 2011**

(*Incluído em Ordem do Dia,  
nos termos do Requerimento nº 176, de 2013  
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda  
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

**8****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 46, DE 2012**

*(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

**9****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 61, DE 2012**

*(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 - CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Ta-

ques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

**10****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre Os medicamentos de uso humano.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 # CCJ (substitutivo), que oferece.

**11****PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 101, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

**12****PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 60, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

**13****PROJETO DE RESOLUÇÃO  
Nº 61, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Sup I icy.

**14**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 157, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 157, de 2013, do Senador Jayme Campos, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, dos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003, e 150, de 2009, a fim de que tenha tramitação autônoma (disposições sobre rótulos de bebidas).

**15**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 161, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 161, de 2013, do Senador Armando Monteiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (exoneração de fiança).

**16**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 169, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 169, de 2013, do Senador José Agripino solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (Veiculação de mensagens contra exploração sexual e o uso seguro da Internet).

**17**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 170, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimentos nº 170, de 2013, do Senador José Agripino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (Veiculação de mensagens contra exploração sexual e o uso seguro da Internet).

**18**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 173, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 173, de 2013, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, 180, 298 e 540, de 2007; 265 e 482, de 2008; 12, 128, 229, 230, 243, 315, 350 e 507, de 2009; 75, 538, 591 e 719, de 2011; 62, 86, 113, 135, 376 e 382, de 2012; todos Complementares, por regularem matéria correlata (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**19**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 190, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 190, de 2013, do Senador Eduardo Braga, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (equipamento pedagógico em escolas da educação básica).

**20**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 192, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 # Complementar (tratando em conjunto com os Projetos cie Lei do Senado nºs 481 e 701, de 2007; 467, de 2008; 90, de 2010; 105 e 344 de 2011; e 136, de 2012 # todos Complementares), além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (atividades passíveis de aderirem ao Simples Nacional).

**21**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 204, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 2013, do Senador Lobão Filho, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2012, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55,

125, 180, 274, 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 90, 97, 209 e 371, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma (altera a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e o Código de Defesa do Consumidor).

**22**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 217, DE 2013**

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 217, de 2013, de autoria do(a) Senador Walter Pinheiro, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (proibição da cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada).

**23**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 230, DE 2013**

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 230, de 2013, de autoria do(a) Senador Deicídio do Amaral, que solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2012, além das Comissões constantes do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (veda

comércio de refeição rápida acompanhada de objeto de apelo infantil).

**24**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 262, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 262, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 702, de 2012, que a Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, passe a ser composta por vinte e dois membros.

**25**  
**REQUERIMENTO**  
**Nº 263, DE 2013**

Votação, em turno único, do(a) Requerimento nº 263, de 2013, de autoria do(a) Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 1 minuto.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**Bloco-PTB** - Epitácio Cafeteira\*  
**Bloco-PMDB** - João Alberto Souza\*\*  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PR** - Antonio Carlos Rodrigues\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*  
**Bloco-DEM** - Wilder Moraes\*\* (S)

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**Bloco-PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferreira\*\*

### Piauí

**Bloco-PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Garibaldi Alves\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**Bloco-PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**Bloco-PSC** - Eduardo Amorim\*\*

### Mandatos

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**Bloco-PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Aníbal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSDB** - Ruben Figueiró\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PTB** - Gim\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rolemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSD** - Kátia Abreu\*  
**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\*\* (S)  
**Bloco-PPL** - João Costa\*\* (S)

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**Bloco-PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**Bloco-PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### **Bloco Parlamentar da Maioria - 28**

**PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1**

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

### **Bloco de Apoio ao Governo - 25**

**PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2**

**PRB-1 / PSOL-1**

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antônio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

### **Bloco Parlamentar Minoria - 16**

**PSDB-12 / DEM-4**

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Morais.	DEM/GO

### **Bloco Parlamentar União e Força - 12**

**PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1**

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54<sup>a</sup> LEGISLATURA

### (por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015 \*\*: Período 2011/2019

## **COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**

### **PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

### **1<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE**

Jorge Viana - (PT-AC)

### **2<sup>º</sup> VICE-PRESIDENTE**

Romero Jucá - (PMDB-RR)

### **1<sup>º</sup> SECRETÁRIO**

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

### **2<sup>a</sup> SECRETÁRIA**

Angela Portela - (PT-RR)

### **3<sup>º</sup> SECRETÁRIO**

Ciro Nogueira - (PP-PI)

### **4<sup>º</sup> SECRETÁRIO**

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

## **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

**1<sup>º</sup>** - Magno Malta - (PR-ES)

**2<sup>º</sup>** - Jayme Campos - (DEM-MT)

**3<sup>a</sup>** - João Durval - (PDT-BA)

**4<sup>a</sup>** - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</b></p> <p>Líder <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (65,68)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 20</b></p> <p><b>Eunício Oliveira</b> (65,68)</p> <p>Vice-Lideres do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Francisco Dornelles</b> (63)</p> <p>Vice-Lider do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 2</b></p> <p><b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p>Vice-Lider do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b></p> <p><b>Paulo Davim</b> (75)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</b></p> <p>Líder <b>Wellington Dias - Bloco</b> (24,70,91)</p> <p>Vice-Lideres Acir Gurgacz (49,55,69,93) Rodrigo Rollemberg (67,99) Inácio Arruda (89,100) Eduardo Lopes (37,45,64,101)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 12</b></p> <p><b>Wellington Dias</b> (24,70,91)</p> <p>Vice-Lideres do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,96) Paulo Paim (97) Eduardo Suplicy (98)</p> <p><b>Líder do PDT - 5</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (49,55,69,93)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PSB - 4</b></p> <p><b>Rodrigo Rollemberg</b> (67,99)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lidice da Mata (29,38,83)</p> <p><b>Líder do PC DO B - 2</b></p> <p><b>Inácio Arruda</b> (89,100)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Eduardo Lopes</b> (37,45,64,101)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,76)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</b></p> <p>Líder <b>Mário Couto - Bloco</b> (34,61)</p> <p>Vice-Lideres Wilder Moraes (102) Ataídes Oliveira (103) Cyro Miranda (31,94)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b></p> <p><b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62)</p> <p>Vice-Lideres do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b></p> <p><b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,77)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</b></p> <p>Líder <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Lideres Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) João Costa (81,82) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b></p> <p><b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Alfredo Nascimento</b> (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (17,47,48,72)</p> <p><b>Líder do PPL - 1</b></p> <p><b>João Costa</b> (81,82)</p>	<p><b>Governo</b></p> <p>Líder <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Lideres Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lidice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

**Notas:**

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
65. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
82. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**Leitura:** 27/02/2013

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (2)
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (2)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. João Costa (PPL-TO) (4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

**Notas:**

- \*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

### MEMBROS

#### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(3)</sup>**

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

#### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(4)</sup>**

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

#### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

#### **Membro da Comissão Diretora**

##### **Notas:**

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

**2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI**

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento:** 14/02/2012

**Designação:** 28/02/2012

**MEMBROS****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )**

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

**Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup>**

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

**Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB( Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

### **3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

**Designação:** 04/04/2012

**Instalação:** 13/11/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Humberto Costa (PT) <sup>(3)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(3)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(3)</sup>	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

\*\*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Designação:** 17/07/2012

**Instalação:** 08/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012

**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4,5)</sup>
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) <sup>(2)</sup>	3. Senadora Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO <sup>(12)</sup>
	4. VAGO <sup>(3,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) <sup>(7,9)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) <sup>(6,10,11)</sup>

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

**PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a ( Art. 118, § 4º, do RISF)

**Notas:**

\*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

\*\*, Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

\*\*\*. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

\*\*\*\*. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

\*\*\*\*\*. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

**Secretário(a):** Reinilson Prado dos Santos

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33031176

**E-mail:** rprado@senado.gov.br

**5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO  
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(7)</sup>

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

**Designação:** 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) <sup>(2,4)</sup>
Senador Paulo Davim (PV) <sup>(2,4)</sup>	2. Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(5,6)</sup>	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

- \*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).
- 2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.
- 3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.
- 4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).
- 5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).
- 6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).
- 7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

**Designação:** 15/08/2012

**Instalação:** 30/08/2012

**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 05/02/2013

**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 05/04/2013

**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 06/05/2013

**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 04/06/2013

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
VAGO <sup>(9)</sup>	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) <sup>(6)</sup>
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(8)</sup>
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(1,3,4)</sup>	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS  
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012  
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

**PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

- \*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- \*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- \*\*\*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- \*\*\*\*. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- \*\*\*\*\*. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- \*\*\*\*\*. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- \*\*\*\*\*. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- \*\*\*\*\*. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
  1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
  2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
  3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
  4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
  5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
  6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
  7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
  8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
  9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

**Finalidade:** Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

**PRESIDENTE:** Sidnei Agostinho Beneti

**Designação:** 22/11/2012

**Instalação:** 04/04/2013

**MEMBROS**

---

Sidnei Agostinho Beneti

---

Gamil Föppel El Hireche

---

Carlos Pessoa de Aquino

---

Edemundo Dias de Oliveira Filho

---

Denis de Oliveira Praça

---

Maria Tereza Uille Gomes

---

Marcellus Ugiette

**Secretário(a): REINILSON PRADO**

**Telefone(s): 33033492**

**Fax: 33031176**

**E-mail: rprado@senado.gov.br**

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR  
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

**Finalidade:** Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Luis Felipe Salomão

**Designação:** 22/11/2012

**Instalação:** 03/04/2013

---

**MEMBROS**

---

---

Luis Felipe Salomão

---

---

Marco Maciel

---

---

José Antônio Fichtner

---

---

Caio Cesar Rocha

---

---

José Rogério Cruz e Tucci

---

---

Marcelo Rossi Nobre

---

---

Francisco Antunes Maciel Müssnich

---

---

Tatiana Lacerda Prazeres

---

---

Adriana Braghetta

---

---

Carlos Alberto Carmona

---

---

Eleonora Coelho

---

---

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

---

---

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

---

---

Francisco Maia Neto

---

---

Ellen Gracie Northfleet

---

---

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

---

---

José Roberto de Castro Neves

---

---

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

---

---

Walton Alencar Rodrigues

---

---

Roberta Maria Rangel

---

**Notas:**

\*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

\*\*. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

## **9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) <sup>(4)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(4)</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Mário Couto (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(1,3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. Senador Magno Malta (PR) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE  
À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL**

**Finalidade:** Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Senador Pedro Simon (PMDB) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romero Jucá (PMDB) <sup>(2)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(2)</sup>	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Senador Paulo Paim (PT) <sup>(4)</sup>	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(4)</sup>
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(4)</sup>	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cyro Miranda (PSDB) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Senador Gim (PTB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplente os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(58)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(13,68)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Jader Barbalho (PMDB) (36,37,49,50,60)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(29,45)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. João Vicente Claudino (PTB) (67)
Gim (PTB) (67)	2. Eduardo Amorim (PSC) (48,67)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. João Costa (PPL) (38,39,51,52,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,67)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Maríon Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcicio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Redatinha Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 57/2013-GLDBAG).

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

### **1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 26/04/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

## **2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(36)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(36)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b> <sup>(8,42)</sup>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) (26)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) (18)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b> <sup>(22)</sup>	
Waldemir Moka (PMDB) (23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) (6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) (2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) (23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) (3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) (23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) (23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) (23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) (23,30,35)
Ana Amélia (PP) (14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) (10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) (23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) (23,30,35)
<b>Bloco Parlamentar Minoría ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB) (34)	1. Aécio Neves (PSDB) (34)
Lúcia Vânia (PSDB) (34)	2. Cyro Miranda (PSDB) (9,11,13,34)
José Agripino (DEM) (7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) (34)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b> <sup>(22,27)</sup>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) (41)
Eduardo Amorim (PSC) (1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) (24,41)
João Costa (PPL) (28,29,32,39,41)	3. VAGO (19,20,33,41)

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, da Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésia Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria:** 7 titulares e 7 suplentes. **Bloco de Apoio ao Governo:** 7 titulares e 7 suplentes. **Bloco Parlamentar Minoria:** 4 titulares e 4 suplentes. **Bloco Parlamentar União e Força:** 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cicero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. N° 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).

## 2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)<sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)<sup>(5)</sup>

**RELATOR:**

**Instalação:** 07/03/2012

**Prazo final:** 22/12/2012

**Prazo prorrogado:** 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )<sup>(2)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- \*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- \*\*. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(78)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) <sup>(78)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(83,23)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Aníbal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(38)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (11,71)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(38,59)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antônio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,82)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.N° 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.N° 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Oficio nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Oficio nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cicero Luceena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Oficio GSRR nº 0014/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude do Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude do Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão(OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunicio Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferrago, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 81/2013-BLUFOR).

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

#### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(1)</sup></b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(1)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB)	1.
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

**Notas:**

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(63)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(63)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(15,68)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(36)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) <sup>(47)</sup>
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(13,23)</sup>
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(69)</sup>	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(16)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(30)</sup>
	9.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(39)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(60,41)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(44,60,2,19,41)</sup>
Roberto Requião (PMDB) <sup>(60,26,27,28,38,41)</sup>	2. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(44,54,60,41)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(60,6,12,25,41)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(60,41)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(60,29,31,37,41)</sup>	4. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(44,60,41)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(60,17,41)</sup>	5. VAGO <sup>(44,41)</sup>
Ana Amélia (PP) <sup>(44,60,41)</sup>	6. VAGO <sup>(44,20,41)</sup>
Benedito de Lira (PP) <sup>(44,45,46,52,53,60,41)</sup>	7. VAGO <sup>(10,41)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(44,60,41)</sup>	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) <sup>(44,60,41)</sup>	9. (41)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(59,3)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(59,32)</sup>
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(59,14,22)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(59,70,5)</sup>
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(59)</sup>	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(59,4)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(51,59,18)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(7)</sup>	5. Ataídes Oliveira (PSDB) <sup>(59,61,62,8,42,43)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(39,48)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) <sup>(66)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(55,64,66)</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(66,71,72)</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB) <sup>(66,67,1,40)</sup>
VAGO <sup>(66,11,24)</sup>	3. VAGO <sup>(57,66,34,35)</sup>
VAGO <sup>(58,66,24)</sup>	4. VAGO <sup>(49,50,56,65,66)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferroço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB).

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Ofº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(58)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) <sup>(58)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(64,11)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(33)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. VAGO (14,55,61)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(33,40)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. João Costa (PPL) (39,59,65)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marímor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Mínoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude do Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro(Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 06/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares(OF. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).
63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Oficio GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 15/03/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(3)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(10)</sup></b>	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(10)</sup></b>	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(7)</sup>	1. VAGO <sup>(7,16)</sup>
VAGO <sup>(16)</sup>	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(1,5)</sup>
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO <sup>(7,9,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO <sup>(8)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(6)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(3,7,12)</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC) <sup>(7,13,14,15,17)</sup>

**Notas:**

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nº's 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(13)</sup>

**RELATOR:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(13)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(6)</sup>	1. Anibal Diniz (PT) <sup>(6,9)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO <sup>(14)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,3,4,7)</sup>	1. Ivo Cassol (PP) <sup>(10)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(11)</sup>	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(8)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) <sup>(5,9,12)</sup>	1. VAGO <sup>(14)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
- \*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

#### **5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20**

**Finalidade:** Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

**Notas:**

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- \*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(60)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(60)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(66,14)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) (47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) (12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (68)	4. Anibal Diniz (PT) (13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) (10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) (21,59)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(41)</sup></b>	
VAGO (58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) (6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) (2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (36,58)
Paulo Davim (PV) (31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO (16,30,58,62)	4. VAGO (19)
Sérgio Petecão (PSD) (18,58)	5. VAGO (11)
VAGO	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB) (3,7,15,34,44,61)	1. VAGO (5,22,57)
VAGO (4)	2. VAGO (56)
VAGO (17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) (46)
	4.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(41,49)</sup></b>	
Magno Malta (PR) (1,54,65)	1. VAGO (45,53,65)
Gim (PTB) (9,42,64,65,69)	2. VAGO (63,65)
VAGO (65)	3. VAGO (48,51,55,65)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculado ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipéribé é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) <sup>(7)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,6)</sup>	1.

**Notas:**

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

## 6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Aprovação do Requerimento:** 29/03/2012

**Instalação:** 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

**Notas:**

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

\*\*. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

### **6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA**

**Finalidade:** Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP)<sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)<sup>(1)</sup>

**Instalação:** 09/04/2013

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
	1.

**Notas:**

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

#### **6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 09/04/2013

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

**Notas:**

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

\*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(41)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) <sup>(41)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(7,48)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) (43)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) (43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) (3)
Aníbal Diniz (PT) (44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) (17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) (16)
Lídice da Mata (PSB) (42)	6. João Capiberibe (PSB) (15)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(22)</sup></b>	
Ricardo Ferraço (PMDB) (40)	1. Sérgio Souza (PMDB) (40)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (40)	2. João Alberto Souza (PMDB) (40)
Pedro Simon (PMDB) (23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) (40)
Eunício Oliveira (PMDB) (40)	4. Romero Jucá (PMDB) (40)
Luiz Henrique (PMDB) (40)	5. Ana Amélia (PP) (40)
Francisco Dornelles (PP) (40)	6. Sérgio Petecão (PSD) (12,13,14,21,28,32,33,40)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Alvaro Dias (PSDB) (38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (38)
Paulo Bauer (PSDB) (2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (38)
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) (45,10,30)
Cyro Miranda (PSDB) (50)	4.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(22,29)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (47,51,52)	1. Gim (PTB) (46,47,34)
Fernando Collor (PTB) (47,31)	2. Eduardo Amorim (PSC) (47,1)
Magno Malta (PR) (47,25,26,35,36)	3. VAGO (47,19,20,37)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antônio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunicio Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(OF. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. 14/2013-GLDEM).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).

## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

## 7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(3)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(7)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoría ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- \*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- \*\*\*\*. Em 08.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

### **7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 11/08/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(5)</sup></b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcidio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- \*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcidio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

#### **7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 01/03/2011

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(6)</sup></b>	
Blaíro Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(13)</sup></b>	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(13)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude do o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blaíro Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blaíro Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blaíro Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blaíro Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blaíro Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(52)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(52)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b> <sup>(8,59)</sup>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b> <sup>(24)</sup>	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (58,25,54)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Eunício Oliveira (PMDB) (25,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,61,51)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b> <sup>(24,40)</sup>	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (57,60,35,45)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
João Costa (PPL) (60,34)	3. Eduardo Amorim (PSC) (56,60,41,42,48)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferreira, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

\*\*\*\*\*. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/1-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 18/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moazrillo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (OF. GLPMDB n° 114/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (OF. BLUFOR nº 63/2013).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR nº 62/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. n° 115/2013-GLPSDB).

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Instalação:** 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(2)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) (3,4,8,11)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
11. Em 04.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 139/2013-GLPMDB).
- \*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nº's 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

## 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Instalação:** 16/05/2012

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Jayme Campos (DEM)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

**Notas:**

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- \*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- \*\*. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(46)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(46)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(10,49)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(29)</sup></b>	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
<b>Bloco Parlamentar Minoría ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(29,36)</sup></b>	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (30,50,51,52)	2. VAGO (50)
João Costa (PPL) (50)	3. (50)

**Notas:**

\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga com partilha). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga com partilha). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declarar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).

### **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(1)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(6)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
<b>PSC</b>	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(4)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(8)</sup></b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

#### **9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(2)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(1,4)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(9)</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(3,8)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- \*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(64)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(64)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(15,65)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(37)</sup></b>	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldis Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5,18,48)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(37,45)</sup></b>	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\* Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\* Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Redentor Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentor Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldis Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldis Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Oficio GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(34)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) <sup>(34)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL ) <sup>(38,7)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(32)</sup>	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(33,40)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(10,12)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(8,9,17)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) <sup>(40)</sup>	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,19,20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV ) <sup>(21)</sup></b>	
Lobão Filho (PMDB) <sup>(31)</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2,4,11,31)</sup>
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(22,23,27,28,31)</sup>	2. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(31)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(31)</sup>	3. Ivo Cassol (PP) <sup>(31)</sup>
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(31,36)</sup>	4. Benedito de Lira (PP) <sup>(26,31)</sup>
Ciro Nogueira (PP) <sup>(31)</sup>	5. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(5,6,13,15,35)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(31)</sup>	6. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(30,37)</sup>	1. VAGO <sup>(30,37)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(30)</sup>	2. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(30)</sup>
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL ) <sup>(21,24)</sup></b>	
Gim (PTB) <sup>(25,39)</sup>	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) <sup>(39)</sup>
Alfredo Nascimento (PR) <sup>(3,16,39)</sup>	2. VAGO <sup>(16,29,39)</sup>
Eduardo Amorim (PSC) <sup>(39)</sup>	3. (39)

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Camo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

\*\*\*\*\*. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

\*\*\*\*\*. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, da solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

\*\*\*\*\*. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of.º 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of.º 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of.º 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.º 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of.º 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of.º 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of.º 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of.º 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF.º 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 18/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/I2-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferreira, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).

34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rolemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

### **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

### **11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL**

**Finalidade:** Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PSD, PV )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL )</b>	
Aníbal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PR, PSC, PPL )</b>	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

**Notas:**

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aníbal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

\*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)*

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
<b>PT</b>	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
<b>PTB</b>	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Lidice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Antônio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

<b>PSD</b>	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
VAGO	

**Atualização:** 03/04/2013**Notas:**

- \*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.
- 1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) <sup>(1)</sup>	PR

**Atualização:** 11/03/2013**Notas:**

- 1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

**4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>	PROCURADORA

**Atualização:** 06/03/2013**Notas:**

- 1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 15/03/2013

**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)<sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)<sup>(2)</sup>1<sup>a</sup> Designação: 03/12/20012<sup>a</sup> Designação: 26/02/20033<sup>a</sup> Designação: 03/04/20074<sup>a</sup> Designação: 12/02/20095<sup>a</sup> Designação: 11/02/20116<sup>a</sup> Designação: 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

**PT**

Angela Portela (RR)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**

VAGO

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

VAGO

**PSB**

Lídice da Mata (BA)

**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**Vanessa Grazziotin (AM)<sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PPL**

João Costa (TO)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 03/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(2)</sup>**1<sup>a</sup> Designação:** 23/03/2010**2<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011**3<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

**PT**

Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

Armando Monteiro (PE)

**PP**

Ivo Cassol (RO)

**PDT**

VAGO

**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PC DO B**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PPL**

João Costa (TO)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1<sup>a</sup> Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1<sup>a</sup> Designação:** 30/11/2010**2<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011**3<sup>a</sup> Designação:** 21/03/2012**4<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

**PT**

Paulo Paim (RS)

**PSDB**

Cícero Lucena (PB)

**PTB**

VAGO (2)

**PP**

Ana Amélia (RS)

**PDT**

VAGO

**PSB**

João Capiberibe (AP)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

VAGO

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PC DO B**

Vanessa Grazziotin (AM) (1)

**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PPL**

João Costa (TO)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 15/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.

**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**1<sup>a</sup> Designação:** 14/03/2011

**2<sup>a</sup> Designação:** 21/03/2012

**3<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

Ricardo Ferraço (ES)

**PT**

---

Anibal Diniz (AC)

**PSDB**

---

Cyro Miranda (GO)

**PTB**

---

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

---

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

---

VAGO

**PSB**

---

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

---

Wilder Morais (GO)

**PR**

---

VAGO

**PSD**

---

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**

---

Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>

**PV**

---

Paulo Davim (RN)

**PRB**

---

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE)

**PPL**

---

João Costa (TO)

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 14/03/2013

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1<sup>a</sup> Designação:** 12/09/2012**2<sup>a</sup> Designação:** 11/03/2013

---

**MEMBROS**

---

**PMDB**

---

Luiz Henrique (SC)

**PT**

---

Jorge Viana (AC)

**PSDB**

---

**PTB**

---

João Vicente Claudino (PI)

**PP**

---

Ivo Cassol (RO)

**PDT**

---

**PSB**

---

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

---

Wilder Morais (GO)

**PR**

---

Blairo Maggi (MT)

**PSD**

---

Kátia Abreu (TO)

**PC DO B**

---

Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

---

Paulo Davim (RN)

**PRB**

---

Eduardo Lopes (RJ)

**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE)

**PPL**

---

João Costa (TO)

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

**Representante da sociedade civil organizada**

---

**Pesquisador com produção científica relevante**

---

**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

---

---

**Atualização:** 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

## COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

COMPOSIÇÃO<sup>2</sup>

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. <sup>5</sup>
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>4</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	2. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>4</sup>
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) <sup>4</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) <sup>3</sup>
Wilder Morais (DEM/GO )	2. Jayme Campos (DEM/MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

3- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

5- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Girotto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) <sup>4</sup>
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) <sup>4</sup>
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) <sup>2</sup>
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) <sup>3</sup>
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) <sup>5</sup>
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB <sup>1</sup>	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

---

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE**

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**  
 (Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados<sup>21</sup>

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: **Senadora Vanessa Grazziotin**<sup>15, 20 e 27</sup>  
 Vice-Presidente: **Deputado Fernando Ferro**<sup>15, 20 e 27</sup>  
 Relator: **Deputado Sarney Filho**<sup>16, 20 e 27</sup>

Instalação: 27-2-2013<sup>15, 20 e 27</sup>

Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
<b>Jorge Viana (PT/AC)</b> <sup>7</sup>	<b>1. Wellington Dias (PT/PI)</b> <sup>7</sup>
<b>Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)</b> <sup>7, 13 e 17</sup>	<b>2. Lindbergh Farias (PT/RJ)</b> <sup>7</sup>
<b>Blairo Maggi (PR/MT)</b> <sup>7, 23 e 26</sup>	<b>3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)</b> <sup>7</sup>
<b>Cristovam Buarque (PDT/DF)</b> <sup>7, 22</sup>	<b>4. 7 e 17</b> <b>5. 22</b>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
<b>Sérgio Souza (PMDB/PR)</b> <sup>3, 14 e 29</sup>	<b>1. Vital do Rêgo (PMDB/PB)</b> <sup>3 e 29</sup>
<b>Eduardo Braga (PMDB/AM)</b> <sup>3 e 29</sup>	<b>2. Romero Jucá (PMDB/RR)</b> <sup>3 e 29</sup>
<b>Ciro Nogueira (PP/PI)</b> <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	<b>3. 3 e 29</b>
<b>Sérgio Petecão (PSD/AC)</b> <sup>3, 18 e 29</sup>	<b>4. 3, 19 e 29</b>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
<b>Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</b> <sup>2</sup>	<b>1. 2 e 24</b>
<b>Wilder Morais (DEM/GO)</b> <sup>6, 10 e 25</sup>	<b>2. Jayme Campos (DEM/MT)</b> <sup>6, 10 e 28</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
<b>João Vicente Claudino (PTB/PI)</b> <sup>4 e 29</sup>	<b>1. 8, 9 e 12</b> <b>2.</b>
<b>PSOL<sup>1</sup></b>	
<b>Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)</b> <sup>5 e 29</sup>	<b>1.</b>

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal), eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 19</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) <sup>2</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. <sup>14</sup>
	2. <sup>14</sup>
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) <sup>2 e 11</sup>	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2</sup>
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) <sup>2</sup>	1. Rebecca Garcia (PP/AM) <sup>2</sup>
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) <sup>2 e 18</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) <sup>2 e 17</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13 e 17</sup>
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 e 16</sup>	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) <sup>2 e 16</sup>
PTB <sup>1</sup>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

## Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Lider do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nº's 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo  
Endereço na Internet: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: **11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>**

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: \_\_\_\_\_  
Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Morais (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3</sup> 2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**  
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino <sup>4</sup>  
 Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço <sup>4</sup>

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>1</sup>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) <sup>2</sup>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>3</sup>

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**  
 (Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores<sup>18</sup> e 13 (treze) Deputados<sup>19</sup> e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011  
 Designação: 14-12-2011  
 Instalação: 8-2-2012  
 Prazo Final: 19-8-2012  
 Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013<sup>20</sup>  
 Prazo Final Prorrogado: 9-8-2013<sup>21</sup>

Presidente:	Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente:	Deputada Keiko Ota
Relatora:	Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES) <sup>22</sup>	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) <sup>23</sup>	2. Lídice da Mata (PSB/BA) <sup>24 e 25</sup>
	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR) <sup>26</sup>	4. <sup>27</sup>
	5. <sup>28</sup>
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>29 e 30</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>31, 4, 9 e 13</sup>	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) <sup>2, 8, 12 e 16</sup>
	3.
	4.
	5. <sup>32</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) <sup>33</sup>
PSOL <sup>34</sup>	
5	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vago em razão da reunião do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim <sup>14 e 16</sup>	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) <sup>9 e 12</sup>
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) <sup>10 e 11</sup>	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. <sup>2, 4 e 13</sup>
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1 Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>b</sup>
PTB <sup>1</sup>	
Magda Mofatto (PTB/GO) <sup>15</sup>	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

## Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) <sup>1</sup>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) <sup>1</sup>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 5</sup>	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
PSD <sup>4</sup>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
	PT
	1.
	2.
	PMDB
Leandro Vilela <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende <sup>1</sup>
Luiz Pitiman <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel <sup>1</sup>
	PSDB
	1.
	PP
Roberto Britto <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro <sup>1</sup>
	DEM
Augusto Coutinho <sup>1</sup>	1. João Bittar <sup>1</sup>
	PR
	1.
	PSB
	1.
	PDT
	1.
	Bloco Parlamentar (PV / PPS)
Augusto Carvalho <sup>1</sup>	1.
	PTB
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro<sup>1</sup>  
Relator: Senador Romero Jucá<sup>1</sup>

Instalação: 12-3-2013<sup>1</sup>

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,  
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
Relator: Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

Instalação: 2-4-2013<sup>2</sup>

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

## CONSELHOS E ÓRGÃO

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL<sup>1</sup>

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA<sup>2</sup>Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA<sup>2</sup>

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUET JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSE CATARINO NASCIMENTO</b>	VAGO <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

## SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

[ssccn@senado.gov.br](mailto:ssccn@senado.gov.br)[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

## COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

Edição de hoje: 172 páginas  
(OS: 11592/2013)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

